

**Comissão Permanente de Descentralização
e Obras Municipais**

Parecer

Relativo à **Proposta n.º 915/2013** – *Aprovar o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da proposta; e,*

Relativo à **Proposta n.º 916/2013** – *Aprovar a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às Freguesias, ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, nos termos da proposta.*

Capítulo 1 - Metodologia

A natureza, a um tempo, juridicamente complexa, e a outro tempo, logisticamente desafiante, da reorganização administrativa da cidade de Lisboa - na expressão feliz utilizada nos considerandos da Proposta n.º 915/2013, a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro procede *"(...) num só movimento, a uma reorganização administrativa, que consiste na alteração das autarquias locais Freguesias, que alteram os seus territórios e recebem competências oriundas de um Município, bem como a uma reestruturação de serviços das autarquias envolvidas, através da reafecção de recursos da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia da cidade, que assumem a condição de serviços integradores."* - influenciou decisivamente as opções metodológicas tomadas na feitura do presente relatório, no quadro das iniciativas levadas a cabo pela Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais.

Por um lado, era imprescindível ouvir a Câmara Municipal de Lisboa e registar para memória futura o testemunho dos decisores políticos da reforma.

Por outro lado, tinham de ser auscultados os Presidentes de Junta de Freguesia, na sua dupla qualidade de agentes e destinatários da mudança, sobre as dúvidas suscitadas em razão das recomendações da conferência de representantes e das propostas apresentadas pelo PSD, PS e Deputados Municipais Independentes.

Paralelamente, no decurso dos trabalhos da 5.ª Comissão, foi recebido o pedido de audição das estruturas sindicais representativas dos trabalhadores do município de Lisboa, pelo que também estes foram ouvidos no imediato em conjunto com a 1.ª Comissão Permanente.

Por motivos de economia de tempo, optou-se pelo pedido de pronúncia por escrito dos Presidentes de Junta de Freguesia, a que a maioria dos autarcas anuiu.

Como adiante se verá, abordam matérias transversais e genéricas, que dizem respeito a todo o território concelhio, por serem as mais comuns e significativas, mas também, e em igual medida, muitas outras são abordadas em detalhe ou com especificidades locais.

Por se entender que os contributos produzidos devem ser conhecidos de todos os membros que compõem os diferentes órgãos municipais, em razão da adequada ponderação que devem merecer para aperfeiçoamento das propostas em apreço, mas também para constituir um acervo documental desta reforma jurídico-administrativa em que o município de Lisboa, mais uma vez, é pioneiro, optou-se por verter no presente relatório todos os momentos de participação e pronúncia, já que se considerou que os anexos também o integram.

Cumprе, analogamente, chamar a atenção para o facto de que, se é verdade que a 5ª Comissão Permanente (de Descentralização e Obras Municipais) foi chamada a analisar agora as Propostas 915/2013 e 916/2013, não deixa de ser menos verdade que continuará a acompanhar este processo, provavelmente durante todo o mandato, pelo que, numa futura avaliação da implementação da reforma, daqui a seis meses ou um ano, continuarão a ter utilidade os testemunhos ora recolhidos.

Para simplificar a leitura, concentram-se num capítulo próprio as propostas transversais, mais relevantes, das Juntas de Freguesia, remetendo-se o conhecimento das sugestões específicas para leitura integral das pronúncias que constam dos Anexos.

Por fim, termina-se com as conclusões relativas à reforma administrativa, ao seu processo de implementação e sugerindo aperfeiçoamentos possíveis.

No início, a título enquadrador, para os menos familiarizados com o tema, apresenta-se uma breve síntese do que está em causa, nas propostas em apreço, antecedida de uma introdução que situa as ações da Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais.

Capítulo 2 - Introdução

A reforma administrativa da cidade de Lisboa constitui um marco indelével na já longa tradição municipalista de Portugal. Se, durante diferentes períodos históricos, houve sucessivos avanços e recuos nos ímpetus reformistas em termos de ser o governo local mais ou menos descentralizado, de ter mais ou menos competências, não restam dúvidas de que, com o dealbar do poder local democrático, se inaugurou uma nova e definitiva página neste domínio.

Em Lisboa, em particular, na sequência da bem-sucedida experiência da delegação de competências da Câmara nas Freguesias, a partir da década de noventa do século passado, o corolário lógico seria transformar as mesmas em competências próprias das Juntas de Freguesia, desiderato que agora se atinge com a Lei n.º 56/2012, de 8 novembro.

Acresce que este foi também um processo de reforma concebido, planeado e implementado pelo município de Lisboa, em suma, uma reforma das autarquias de Lisboa, levada a cabo pelos seus eleitos, para melhor servir os cidadãos.

É neste quadro que, na sequência da apresentação pelo Partido Social Democrata de uma proposta de criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa, para “(...) *definir e garantir a equidade (...) nos critérios de descentralização de competências e respetivas verbas financeiras e de recursos humanos da Câmara*

Municipal para as 24 Juntas de Freguesia de Lisboa.”, a Conferência de Representantes da Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 17 de dezembro, recomendou à Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais que promovesse “(...) todas as diligências necessárias ao devido acompanhamento, pela Assembleia Municipal, do processo de transferência de competências, recursos financeiros e recursos humanos do município para as 24 freguesias de Lisboa.”

Consequentemente, os Grupos Municipais do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e Grupo dos Deputados Municipais Independentes apresentaram um requerimento conjunto, em 18 de dezembro de 2013, solicitando a audição urgente do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com o Pelouro das Finanças e Recursos Humanos, Dr. Fernando Medina e da Vereadora com o Pelouro da Modernização Administrativa, Dra. Graça Fonseca, visando dar cumprimento à recomendação, consensualmente adotada, da Conferência de Representantes à Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais e já mencionada.

Do mesmo modo, aventou-se a necessidade de audição dos Presidentes de Junta, dos sindicatos e, eventualmente, de dirigentes municipais. Em moldes e no tempo a definir pela Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, como já foi explicitado no capítulo referente à Metodologia.

Capítulo 3 - Breve Síntese das Propostas

Em linha com o que foi explicitado no início dos trabalhos da Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, importa situar aqui, de modo muito sucinto, o que está em causa com as propostas objeto de parecer neste relatório. Apenas e só de modo a enquadrar as audições realizadas e as pronúncias recebidas.

Proposta n.º 915/2013

A CML considera as seguintes **missões estruturantes**:

I. Limpeza

1. Assegurar a limpeza dos equipamentos e espaços estruturantes. Para tal, são considerados estruturantes 8 postos de limpeza, conforme subanexo A;
2. Apoio às freguesias para eventos de relevância para a cidade, de grande dimensão (+1000 pessoas em permanência) e de notoriedade nacional/internacional;

II. Pavimentos pedonais

1. Manter e conservar pavimentos pedonais de equipamentos ou espaços estruturantes;
2. Manter e conservar a calçada artística – subanexo B;
3. Manter e conservar o pavimento pedonal de passagens aéreas ou inferiores;

III. Mobiliário Urbano

1. Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano existente em equipamentos ou espaços estruturantes;

IV. Sinalização Vertical e Horizontal

1. Conservar e reparação a sinalização em equipamentos, espaços e vias estruturantes;

V. Licenças

1. Utilização/ocupação da via e ruído associadas a obras;

2. Utilização/ocupação da via pública associada a venda ambulante;
3. Permissões associadas a filmagens e sessões fotográficas;
4. Permissões utilização/ocupação para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de caráter temporário e licenças para a realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos desde que associadas ao desenvolvimento de atividades ou à realização de iniciativas e eventos organizados ou coorganizados pela CML;
5. Permissões utilização/ocupação para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de caráter temporário e licenças para a realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos desde que associadas a eventos com relevância para a cidade, de grande dimensão (+1000 pessoas em permanência) e notoriedade nacional ou internacional;

VI. Habitação Municipal

1. Intervenções para a melhoria das condições dos fogos municipais, que se encontrem sob gestão de entidades terceiras;

A CML considera ainda os seguintes **espaços estruturantes**:

I. Espaços Verdes

1. (sub-anexo C)
2. Rio seco e Quinta da Paz (ainda com obras a decorrer)
3. Espaços verdes situados em equipamentos, espaços ou vias considerados estruturantes

II. Feiras

Assegurar a gestão e manutenção corrente, incluindo limpeza das Feiras das Galinheiras, Relógio e Ladra.

A CML considera como **vias de natureza estruturante**, para efeitos de exercício das competências no âmbito da rede viária e sinalética as constantes no sub-anexo D;

A CML considera **equipamentos estruturantes**:

- I. **Parques Infantis**, quando situados em espaços ou equipamentos estruturantes
- II. **Balneários, lavadouros e sanitários**, quando situados em espaços ou equipamentos estruturantes
- III. **Chafarizes, fontanários, fontes e lagos**, quando situados em espaços ou equipamentos estruturantes, e ainda:
 1. Fontes da Praça D. Pedro IV (Rossio);
 2. Fonte Monumental da Alameda;
 3. Lagos do jardim do Campo Grande;
 4. Fontes do Martim Moniz;
 5. Fonte do Largo D. Estefânia;
 6. Lago do Campo Santana;
 7. Lagos e fontes do Parque das Nações;

A estes ainda se incluem todos aqueles constantes da Carta Municipal de Património Edificado e Paisagístico

IV. **Mercados** (gestão e limpeza)

(Consideram-se para este ponto todos os espaços situados dentro e no perímetro do mercado)

1. Mercado da Ribeira
2. Mercado de Campo de Ourique
3. Mercado do Rato
4. Mercado de Xabregas
5. Aglomerado da Praça de Espanha

A CML deve desenvolver uma estratégia integrada para assegurar a manutenção e desenvolvimento da rede de mercados;

Qualquer alteração de função nos mercados não estruturantes fica sujeita a parecer prévio **vinculativo** da CML;

V. Escolas

Creches abrangidas pelo Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa

VI. Equipamentos sociais

Gerir, conservar e reparar a Quinta Pedagógica, Escolas de condução, "Espaço a Brincar", Espaço Juventude, Incubadora Social de Lisboa, Unidade de Atendimento da Pessoa Sem Abrigo e outros equipamentos sociais de âmbito municipal cuja gestão se encontre cedida a terceiros;

VII. Equipamentos culturais

Gerir, conservar e reparar os seguintes equipamentos:

1. Arquivo Municipal

- a) Arquivo Municipal Central;
- b) Arquivo Municipal Arco do Cego;
- c) Arquivo Municipal Fotográfico;
- d) Arquivo Municipal Videoteca;
- e) Depósito do Alto da Eira;

2. Museus e locais de investigação, bem como os equipamentos associados:

- a) Museu da Cidade;
- b) Museu Rafael Bordalo Pinheiro;
- c) Museu do Teatro Romano;
- d) Museu de Santo António;
- e) Mude – Museu do Design e da Moda, Coleção Francisco Capelo;
- f) Atelier-Museu Júlio Pomar;
- g) Museu do Aljube (em constituição)
- h) Cal - Centro de Arqueologia de Lisboa;
- i) Gabinete de Estudos Olisiponenses;
- j) Centro de Acolhimento das Muralhas;
- k) Galerias Romanas;

- l) Gabinete de Azulejaria – oficinas;
- m) Gabinete de apoio ao Museu do Teatro Romano;
- n) Gabinete de Arqueologia no Rêgo;

3. Galerias e ateliês municipais:

- a) Galeria Quadrum – Coruchéus;
- b) Galeria Boavista;
- c) Ateliês dos Olivais – Contador-Mor;
- d) Ateliês dos Coruchéus;
- e) Ateliês Av. da Índia;
- f) Ateliês do Rêgo;

4. Residências artísticas da Boavista;

5. Bibliotecas municipais e equipamentos associados:

- a) Biblioteca de Belém;
- b) Biblioteca Camões;
- c) Biblioteca dos Coruchéus,
- d) Biblioteca das Galveias;
- e) Biblioteca de Marvila (em construção);
- f) Biblioteca Orlando Ribeiro (com exceção do Auditório);
- g) Biblioteca da Penha de França;
- h) Biblioteca Municipal e Hemeroteca (antigo Complexo Desportivo da Lapa);
- i) Biblioteca por Timor;
- j) Bibliotecas Itinerantes;
- k) Biblioteca-Museu República e Resistência – Espaço Cidade Universitária;
- l) Livraria Municipal.

As Bibliotecas, mesmo as não estruturantes, integram a Rede Municipal de Bibliotecas, geridas no âmbito do Programa Estratégico Biblioteca XXI

VIII. Equipamentos desportivos

- 1. Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso
- 2. Complexo Desportivo Municipal do Alto do Lumiar
- 3. Complexo Desportivo Municipal Professor Moniz Pereira

4. Complexo Desportivo Municipal do Areeiro
5. Complexo Desportivo Municipal do Campo Grande
6. Complexo Desportivo Municipal dos Olivais
7. Complexo Desportivo da Lapa

No caso da **Freguesia Parque das Nações** a CML assegura a gestão e manutenção dos equipamentos, até que a Junta de Freguesia disponha dos meios e recursos próprios necessários e adequados.

Qualquer **alteração à função de um espaço ou equipamento não estruturante** carece de um parecer prévio vinculativo da CML.

Os **licenciamentos** de recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de carácter temporário e licenças para a realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos, nas zonas constantes do sub-anexo E e no Largo do Intendente, carecem de autorização do Presidente da CML, com vista à gestão integrada da cidade.

Para a gestão integrada e partilha de informação devem ser usados os seguintes **recursos informáticos**:

- a) Aplicação de gestão, registo e consulta de processos de licenciamento municipal;
- b) Aplicação de gestão de ocorrências e pedidos de intervenção, aplicação que permite, aos munícipes, reportar de forma direta situações que exijam reparações ou manutenções na cidade, seguir a evolução da resolução destas situações, e garantir a articulação entre os serviços responsáveis pela sua resolução;
- c) Serviços de integração e comunicação de informação com os sistemas de informação da Câmara Municipal de Lisboa.

Os autos que resultem da fiscalização das freguesias devem ser remetidos à CML para procedimento de contraordenação e eventual sanção.

Proposta n.º 916/2012

No que concerne aos “Critérios de transição dos trabalhadores do mapa de pessoal do Município de Lisboa para as Juntas de Freguesia de Lisboa” a que se refere a parte I da proposta n.º 916/2013, importa reter o seguinte:

O **universo de trabalhadores a transitar** encontra-se dimensionado, em termos máximos para o âmbito das 24 freguesias, nos seguintes termos:

- i) Pessoal diretamente afeto aos serviços de higiene: 870 trabalhadores;
- ii) Pessoal diretamente afeto a equipamentos: 330 trabalhadores;
- iii) Outro pessoal afeto a funções transferidas, incluindo funções de suporte: 600 trabalhadores.

O **dimensionamento global agora estimado será articulado e detalhado com cada junta de freguesia**, em função das respetivas necessidades concretas, nomeadamente em termos de território e equipamentos transferidos e, em relação ao pessoal referido na alínea c) do ponto anterior, será tido em consideração o universo e perfis dos trabalhadores já existentes no mapa de pessoal de cada freguesia, bem como as suas necessidades ao nível de recursos humanos.

Também **transitam** para as Juntas de Freguesia **os** trabalhadores do mapa de pessoal do Município de Lisboa **que exercem atividades na área de influência ou relacionadas com os equipamentos**

em causa, ainda que, por razões logísticas, não estejam fisicamente nesses locais.

Quando existam carências de pessoal podem os equipamentos ser reforçados com outros trabalhadores a seleccionar nos termos do “processo de selecção” explanado nos pontos 8 a 10 e 12 a 16 da parte I da proposta a que se refere a presente ficha. Este “processo de selecção” também se aplica ao pessoal referido na alínea c) do ponto 1 (“Outro pessoal afeto a funções transferidas, incluindo funções de suporte”).

O processo de selecção traduz-se, sinteticamente, no seguinte:

- i) Serão afetos, em primeiro lugar, os trabalhadores que, voluntariamente, manifestem vontade em transitar e, cumulativamente, detenham perfil profissional adequado à função a exercer;
- ii) Caso não existam trabalhadores voluntários em número suficiente e com o perfil profissional adequado, há lugar à aplicação de um método de selecção consistente na avaliação de competências profissionais realizada através da análise do currículo profissional do trabalhador (e, se necessário, entrevista) levado a efeito por uma comissão composta por elementos da Direcção Municipal de Recursos Humanos e dos serviços municipais envolvidos no processo de transição de competências;
- iii) Os trabalhadores a transitar constarão de uma lista nominativa de transição que é notificada, por escrito, às Juntas de Freguesia e aos trabalhadores para efeitos de audiência prévia, posto o que é aprovada pela CML com definição da data em que se opera a transição;
- iv) Para efeitos de garantia da plenitude dos direitos adquiridos dos trabalhadores a transitar, a CML envia para cada Junta de Freguesia “fichas de trabalhador”, contendo todos os elementos

identificativos da situação do trabalhador, nomeadamente sobre a remuneração, dias de férias gozados e por gozar, contabilização de pontos para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório, horário praticado e demais direitos adquiridos, incluindo o direito a regressar à CML nos termos previstos no ponto 3 da parte II da proposta a que se refere a presente ficha;

- v) É constituída uma Comissão de Acompanhamento que integra representantes a indicar pelos sindicatos representativos dos trabalhadores do Município de Lisboa e pela CML que terá por missão acompanhar as diversas fases do processo de transição dos trabalhadores.

Relativamente aos **Direitos e Garantias dos trabalhadores no âmbito do processo de transição** a que se reporta a parte II da proposta n.º 916/2013, cumpre salientar o seguinte:

1 – Nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, **não existe qualquer alteração no vínculo público dos trabalhadores do Município de Lisboa cujos postos de trabalho transitam para as Juntas de Freguesia**, pelo que os trabalhadores que venham a transitar do mapa de pessoal do Município para as Freguesias de Lisboa no âmbito do processo de reorganização administrativa da cidade **mantêm todos os direitos e garantias associadas à natureza do vínculo de emprego público e ao princípio da continuidade do exercício de funções públicas na cidade de Lisboa**, designadamente:

- i) Manutenção da relação jurídica de emprego público, da aplicação do regime jurídico do trabalho em funções públicas (previsto nas Leis n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e 59/2008, de 11 de Setembro) e da carreira, categoria e posicionamento remuneratório;
- ii) Salvaguarda da antiguidade do trabalhador;

- iii) Inexistência de período experimental;
- iv) Manutenção do abono de suplementos remuneratórios com carácter regular e permanente, associados à condição de prestação de trabalho;
- v) Salvaguarda das avaliações de desempenho e do cômputo dos pontos, para efeitos de posicionamento remuneratório na carreira;
- vi) Manutenção do regime de protecção social para efeitos de doença dos trabalhadores que descontem para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e dos regimes de segurança social para efeitos de aposentação, reforma e sobrevivência – CGA e Segurança Social;
- vii) Manutenção do regime da ADSE;
- viii) Manutenção dos direitos dos trabalhadores que se encontrem a beneficiar de estatuto de trabalhador estudante, jornada contínua e acumulação de funções, durante o prazo autorizado pela CML;
- ix) Possibilidade de regresso à CML para trabalhadores que tenham concorrido a procedimento concursal aberto pela CML, caso venham a ficar em lugar que lhes permita a ocupação de um posto de trabalho;
- x) Garantia dos direitos sindicais.

2 – Além dos direitos e garantias decorrentes da titularidade da relação jurídica de emprego pública, são dadas as seguintes **garantias para plena salvaguarda do posto de trabalho:**

- i) Inaplicabilidade do regime da requalificação de trabalhadores em funções públicas (antiga mobilidade especial);
- ii) Possibilidade de regresso à CML em regime de mobilidade geral, sendo que, para este efeito, a CML manterá “cativos” no seu mapa de pessoal, os postos de trabalho correspondentes aos trabalhadores que transitem para as Juntas de Freguesia, os quais poderão ser preenchidos pelos mesmos trabalhadores

caso o posto de trabalho, na Freguesia integradora, venha a ser posto em causa por razões objetivas não imputáveis ao trabalhador ou novas deliberações municipais a tomar ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro.

3 – O Município de Lisboa e as Juntas de Freguesia envolvidas no processo de transição devem **garantir aos trabalhadores o direito a utilizar, em condições idênticas aos trabalhadores que permanecerão na CML**, os serviços de medicina no trabalho na CML, os serviços sociais da CML, a rede de refeitórios e de unidades de educação da CML, os serviços de higiene e segurança no trabalho da CML, do Plano de Formação da CML, as ações de formação específicas à medida das necessidades das Juntas, entre outros benefícios e regalias.

Capítulo 4 - Audições

Tal como já foi descrito no capítulo referente a metodologia, entendeu-se como relevante deixar para memória futura, de um modo sintético e objetivo, o testemunho dos decisores políticos.

Audições à Câmara Municipal de Lisboa

Audição do Vice-Presidente Fernando Medina

Para o **Vice-Presidente Fernando Medina**, ouvido em audição na 5.ª Comissão, no dia 27 de dezembro de 2013, juntamente com o Vereador Duarte Cordeiro, por sugestão do Presidente da Comissão, os princípios que norteiam a reforma administrativa são os da confiança, da transparência e da flexibilidade, por isso não há uma uniformidade burocrática no processo, mas sim uma gestão adaptativa das circunstâncias. Pretende-se servir melhor os cidadãos, mas com responsabilidade financeira.

Esta é uma reforma que só peca por tardia.

Em matéria de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, pretende-se e afirma-se:

- A manutenção da capacidade operativa dos serviços, a estabilidade pessoal e profissional dos trabalhadores;
- Ajustar com cada uma das Juntas a futura estrutura de pessoal, calibrando a transferência do pessoal ao abrigo do critério das funções transferidas com a avaliação dos atuais quadros de pessoal, criando a figura do trabalhador da cidade de Lisboa;

- Que o quadro de pessoal da CML, não constitua para as Juntas, a partir deste processo, uma bolsa obrigatória de mobilidade ou de recrutamento;
- Que a CML não ajuste o seu orçamento à custa do pessoal;
- Que possa haver processos de transferência de competências mais pequenos ou maiores, tudo dependendo do caso concreto de cada Freguesia;
- Que a transferência de pessoal que acompanha a transferência das competências, nos termos do disposto na Lei n.º 56/2012, não ponha em causa o poder de direção das Juntas sobre os trabalhadores; do mesmo modo, a manutenção da paz social, pelo que o custo da preservação dos direitos e regalias atribuídos pela CML aos trabalhadores, fará parte integrante dos custos de cada recurso humano e, por essa via, da respetiva ficha individual.

O Vice-Presidente Fernando Medina explicitou, ainda, o seguinte:

- O referencial máximo de 1800 trabalhadores envolvidos decompõe-se em 1200 adstritos a equipamentos e 600 adstritos a funções não territorializadas, componente de pessoal auxiliar e de suporte das novas funções das Juntas de Freguesia.
- A CML não dispõe, ainda, de contabilidade analítica, pelo que está a levar a cabo um levantamento exaustivo dos custos e das receitas, por se ter concluído que os custos e as receitas anteriormente apurados estão ultrapassados.
- O levantamento dos custos e das receitas relativamente à higiene urbana de base territorial deverá estar concluído no final de Janeiro, pelo que, no início do mês já estará adiantado.
- A transferência do pessoal não territorializado e de suporte deve ser feita de acordo com critérios objetivos, mas em consonância

com as Juntas e adequada aos respectivos mapas de pessoal e vai ser elaborado um mapa financeiro atualizado para cada Freguesia.

- O cálculo usado na Lei n.º 56/2012 precisa de ser atualizado, daí a cláusula no Orçamento do Estado que retira rigidez na repartição de competências relativamente às terceira e quarta *tranches* financeiras a transferir para as Juntas em 2014, em função dos autos de receção das competências a assinar entre CML e as Juntas.
- Devem também ser introduzidos outros graus de flexibilidade: há áreas atualmente objeto de protocolo de delegação de competências entre CML e Juntas que vão ficar na esfera das áreas passíveis de delegação de competências da CML, e que, portanto, não serão consideradas.
- Após a assinatura dos autos de receção, as Juntas poderão proceder às revisões orçamentais que sejam necessárias.
- Relativamente ao horário de trabalho e à questão das 40 horas - que não está a ser aplicada no município - a CML gostaria de promover um consenso amplo com as Juntas e os Sindicatos para a manutenção das 35 horas.
- A sinalização semaforizada e a publicidade exterior são consideradas estruturantes razão pela qual se mantêm competência própria da CML.

Audição do Vereador Duarte Cordeiro

Segundo o **Vereador Duarte Cordeiro**, relativamente aos postos de limpeza, cumpre dizer o seguinte:

- Existem aqueles que, pela sua importância para a prossecução das competências que são da CML ou por que constituem apoio para atividades pontuais de relevância ou que atraem grandes quantidades de pessoas, são considerados estruturantes.

- Todos os postos de limpeza tendem a ficar adstritos aos territórios onde já operavam, à exceção da **Freguesia do Beato**, que partilhava o posto de limpeza da Freguesia de Marvila, procurando-se agora um espaço para a instalação do posto de limpeza do Beato, e da **Freguesia Parque das Nações**, onde a limpeza urbana era assegurada por uma empresa privada, sendo o mais provável, pelo menos numa fase inicial, a extensão do contrato de prestação de serviços.
- Quanto aos recursos humanos da higiene urbana, são transferidos 650 cantoneiros e 220 outras categorias (motoristas, auxiliares, administrativos, etc.).
- Os critérios de seleção do pessoal são: o local de trabalho, a zona de lavagem, o posto de limpeza, o número de horas de lavagem e varredura por trabalhador e características específicas de cada Freguesia, de acordo com a avaliação dos serviços.
- O apuramento de custos e de despesas vai incluir as despesas com pessoal, os custos das competências transferidas, da manutenção dos equipamentos, dos consumos de energia, água, os gastos dos postos de limpeza, etc.
- Está a ser ultimada uma ficha individual por Freguesia que visa sintetizar toda a informação relativa a manual de procedimentos, circuitos de limpeza existentes e lista de equipamentos.

Sobre outras matérias, referiu que:

- Neste processo, não está tudo em aberto, mas também não está tudo fechado, e nunca haverá total entendimento sobre o que sejam as áreas estruturantes, mas pode haver reavaliações sobre isso no futuro.
- Relativamente à habitação, pode continuar a haver delegação de competências para a realização de reparações.

- Relativamente aos espaços verdes cuja manutenção está atribuída por protocolo à Gebalis até final de 2014, se não houver renovação e as Juntas estiverem interessadas, nada obsta à transferência dessa competência para as Juntas.
- Deve haver uma grande preocupação em explicar o processo de transferência de competências e de pessoal aos municípios.

Audição da Vereadora Graça Fonseca

Para a **Vereadora Graça Fonseca**, ouvida em audição pela 5.ª Comissão no dia 06 de janeiro de 2014, o processo de negociação da Proposta n.º 915/2013 começou no verão de 2013, mas foi pedido pelos Presidentes de Junta que o processo aguardasse pelos novos executivos de freguesia e municipal, pelo que só foi retomado em outubro de 2013.

Foram realizadas reuniões com as 24 Freguesias, o que permitiu chegar a alguns consensos: que haveria áreas a excecionar de acordo com a natureza dos eventos, equipamentos, espaços verdes, calçada artística.

Relativamente às matérias específicas sobre as quais foi questionada, afirmou:

- Em relação ao licenciamento administrativo, a iniciativa Licenciamento Zero - uma medida do Simplex 2010 que visa simplificar a abertura e a modificação de diversos negócios - fez caducar os regulamentos de venda ambulante, pelo que existe a intenção da CML e da AML aprovarem o novo regulamento de venda ambulante, para uniformizar os critérios das autorizações de venda ambulante, no prazo máximo de um ano.
- Pretende-se que, em matéria de competências concorrenciais, sendo os normativos transversais, haja a utilização de plataformas

eletrônicas de licenciamento, para não haver sobreposição de licenciamentos.

- Relativamente ao licenciamento de filmagens e sessões fotográficas, este era um processo moroso, que precisava de ser simplificado e centralizado numa só entidade dentro da CML, a *Film Commission*, razão pela qual é considerado estruturante.
- No que diz respeito aos mercados municipais, foi feita uma distinção entre as concessões e os locais de venda.
- Quanto à transferência de Bibliotecas e equipamentos culturais, a noção de rede nunca se perde, pelo que a gestão de equipamentos pelas Juntas não implica que o equipamento deixe de ser da cidade.
- As ciclovias são consideradas estruturantes porque não são pavimentos pedonais.
- A substituição de sinalização vertical não passa para as Juntas, apenas a sua manutenção e reparação, pelo que se for necessário substituir a sinalização vertical existente na cidade, será sempre uma competência da CML.
- As árvores em caldeira passam para as Juntas, acompanhadas dos devidos recursos financeiros.
- Vai ser elaborado um dossier técnico, competência a competência, aquando da transferência.
- As intervenções estruturantes nos equipamentos que transitarão para as Juntas ficam responsabilidade da CML, sendo que apenas as pequenas reparações de conservação e manutenção, que já estavam cobertas pelos protocolos de delegação de competências é que passam para as Juntas. Conceitos de conservação e de reparação são diferentes do conceito de reconstrução, portanto os equipamentos que estejam degradados não vão constituir encargo

adicional para as Juntas porque a sua reconstrução continua a ser obrigação da CML.

- A fiscalização tem de ser um exercício partilhado entre as Juntas e CML: as Juntas podem licenciar e fiscalizar, mas não têm competência própria para aplicar coimas, donde os autos de contraordenação passados pelas Juntas são nulos, razão pela qual a fiscalização fica na CML. Mas é admissível uma experiência de passar a também a fiscalização para as Juntas.

Concluiu, explicitando que haverá sempre uma margem de reavaliação da experiência de transferência das competências.

Audições aos Sindicatos

No que concerne às audições com as estruturas representativas dos trabalhadores, optou-se por explicitar, sucintamente, as considerações colocadas pelos diferentes deputados municipais, assim como as intervenções iniciais e de resposta dos dirigentes sindicais.

Isto porque estas audições tiveram uma dupla perspetiva: exame das preocupações dos trabalhadores e afirmação de princípios e posições políticas, o que não aconteceu nas audições à Câmara Municipal.

Logo, em razão da memória futura que importa preservar, adaptou-se este capítulo do relatório a esse objetivo. Até porque as preocupações dos Grupos Municipais devem, identicamente, ser levadas ao conhecimento da Câmara Municipal de Lisboa também por esta via.

Audição do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional

De acordo com **Vítor Jesus, José Jesus e Frederico Simões**, da direção nacional do **Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional**, ouvidos em audição conjunta pelas Comissões Permanentes de Descentralização e Obras Municipais e de Património, Finanças e Recursos Humanos, no dia 08 de janeiro de 2014, os sindicatos não foram devidamente ouvidos com antecedência e as duas únicas reuniões que existiram com a CML tiveram lugar após pré-avisos de greve. Daí criticarem a falta de celeridade do processo negocial e a sua paragem entre Junho e Dezembro.

Em matérias específicas, afirmaram:

- Relativamente à questão do vínculo dos trabalhadores do município, este é importante em si mesmo, mas também porque é a razão de ser dos direitos exclusivos dos trabalhadores da CML, nomeadamente o acesso aos serviços sociais, à rede de refeitórios, à rede de educação, aos serviços de

higiene e segurança. Ora, se estes direitos dependem do vínculo à CML, ainda que o atual Presidente da Câmara diga que se mantêm, nada garante, juridicamente, que no futuro, esses direitos se mantenham quando os trabalhadores estiverem nas Juntas.

- No que diz respeito ao subsídio de penosidade, insalubridade e risco, está legalmente consagrado apenas para as Câmaras de Lisboa, Porto e Coimbra, donde os Presidentes de Junta podem vir a retirá-lo, ou, pelo menos, nada os obriga a mantê-lo.
- Foi sugerida a celebração de um acordo tripartido, mas este compromete apenas quem o assinar, não tendo por isso qualquer valor jurídico.
- Subsistem também reservas quanto ao serviço público de limpeza urbana que se prestará na cidade, isto é, se será ou não mantida a qualidade do serviço no seu conjunto após a transferência de competências para as Freguesias.

Após as intervenções iniciais dos representantes do STAL, os Grupos Municipais fizeram as seguintes intervenções:

- O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, do **Partido Socialista**, informou que o agrupamento municipal a que pertence já teve uma longa conversa com os representantes do STAL, em que ficaram bem expressas as diferenças de opinião de ambas as partes e as preocupações comuns sobre o processo em curso. Logo, não valeria a pena alongar, nesse ponto, a intervenção.

Optou, conseqüentemente, por reiterar, os compromissos então assumidos pelo PS: realizar as audições em sede de 5.ª Comissão antes da discussão em plenário das propostas 915/2013 e 916/2013; garantir que todas as preocupações transmitidas pelos sindicatos constarão do Parecer da 5.ª Comissão, pelo que serão consideradas pela CML como possibilidades de aperfeiçoamento das propostas e do processo; garantir que todas as questões levantadas nos pareceres das Freguesias também constarão do relatório final sendo que muitas delas são comuns.

Reafirmou, analogamente, que, para o PS, seria útil a assinatura de um acordo tripartido entre Freguesias, CML e sindicatos, sem que isso implique uma adesão total à reforma, mas sim uma forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores da CML após a sua transferência para as Juntas.

- O Deputado Municipal Sérgio Azevedo, do **Partido Social Democrata**, manifestou ao sindicato simpatia pelas preocupações partilhadas, e que o PSD, tal como o PS, já havia ouvido em sede de reunião bilateral, e explicitado detalhadamente as suas ideias para aperfeiçoar o processo em curso.

Acrescentou que o PSD tomou a iniciativa de propor a criação de uma comissão eventual sobre a reforma por ser a favor da reforma, mas também da garantia dos direitos dos trabalhadores, pelo que reafirmou a disponibilidade do seu partido para se manter permanentemente atento à garantia desses mesmos direitos.

- O Deputado Municipal Fábio Sousa, do **Partido Comunista Português**, prestou o seu apoio e solidariedade ao STAL.

Considerou que a greve dos trabalhadores da higiene urbana foi um indicador de que é preciso refletir sobre a reforma e de que algo não está a correr bem.

Questionou os sindicatos sobre qual havia sido a abordagem da CML aos trabalhadores; se os sindicatos se sentem parte integrante do processo de reforma; e quais as suas reivindicações em termos de vínculo dos trabalhadores à CML.

- O Deputado Municipal Casimiro Ramos, do **Bloco de Esquerda**, começou por dizer que o seu partido já havia dialogado com o STAL.

Acrescentou que o BE está de acordo com a transferência de competências para as Juntas como reforço da participação democrática da população, mas está preocupado com a forma encontrada para a transferência dos trabalhadores para as Juntas, pois não há, do seu ponto de vista, uma

garantia clara na proposta de que a cativação do posto de trabalho na CML se mantém, não dando por isso segurança aos trabalhadores.

Defendeu que os trabalhadores deviam ser colocados nas Juntas, mantendo o vínculo à CML, o que é possível do ponto de vista legal, dando como exemplo o caso de empresas públicas objeto de reprivatização, em que se celebraram acordos para os trabalhadores terem duplo vínculo.

- A **Deputada Municipal Independente** Floresbela Mendes Pinto afirmou que vê com bom olhos a transferência de competências para as Juntas, mas que a forma assumida e a falta de informação sobre todo o processo são preocupantes, nomeadamente as fórmulas de cálculo dos recursos financeiros a transferir para as competências para as Juntas.

Pelo que essa falta de informação deve ser urgentemente colmatada junto dos sindicatos e das Freguesias.

Após a primeira ronda de intervenções dos Grupos Municipais, que se quiseram pronunciar, **os representantes do STAL responderam o seguinte:**

- No que concerne às questões colocadas sobre a questão do vínculo e as eventuais vantagens da celebração de um acordo tripartido, afirmaram que, juridicamente, a única forma de garantir os direitos decorre da existência do vínculo à CML, pelo que, quando o vínculo se extinguir, o compromisso firmado entre CML, Sindicatos e Juntas não tem nenhum valor jurídico acrescido.
- E acrescentaram que, extinta a relação jurídica com a CML, nada garante que os direitos que os trabalhadores tinham por serem da CML, se mantenham, mesmo admitindo a seriedade do atual executivo, isso não garante para o futuro.
- Mais disseram que havia a expectativa de que seriam envolvidos no processo, o que foi prometido por carta do executivo, mas tal não aconteceu, pois só houve reuniões com os Recursos Humanos, onde os trabalhadores foram informados de que transitariam para as Juntas num

regime de mobilidade, sem perder o vínculo a CML e a proposta final da CML apenas foi dada a conhecer ao Sindicato dois dias antes da reunião de Câmara.

- Logo, consideram que existiu um tempo precioso que se perdeu e em que deveriam ter estado envolvidos.

De uma **segunda ronda de intervenções** resultou que:

- O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, do **Partido Socialista**, fez de novo uso da palavra para reiterar ser verdade que o processo devia ter sido mais célere, que o fundamental é o diálogo entre as partes e que o défice de informação e de articulação não foram benéficos, pelo que reputou de muito positivo para a AML e para a 5.^a Comissão o facto dos Pareceres das Juntas de Freguesia e o Relatório Final irem ser considerados pela CML em sede de ponderação das propostas finais a levar à AML.

Considerou, igualmente, como condição crítica do sucesso desta reforma, um adequado diálogo entre CML e Freguesias, CML e sindicatos e Freguesias e sindicatos. E que o apoio político à reforma se mantenha, e, se possível, se alargue em razão do trabalho da CML e da AML.

- A Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva, do **Partido Social Democrata**, disse que, relativamente às dúvidas colocadas sobre a validade do acordo tripartido, quando o Presidente da CML se vincula é em nome do órgão. Quem se vincula é a autarquia. E que o mesmo vale para as freguesias.

Partilhou igualmente os seus receios de que as regalias dos trabalhadores da CML venham a criar situações de injustiça relativa nas Juntas para onde transitarem em comparação com os outros trabalhadores, o que vale a pena procurar salvaguardar.

- O Deputado Municipal Magalhães Pereira, do **Partido Social Democrata**, perguntou se a figura da mobilidade era, no entendimento do STAL, incompatível com a transferência de competências.

- O Deputado Municipal Fábio Sousa, do **Partido Comunista Português**, voltou a intervir, tendo questionado os sindicalistas se já sabiam da transferência das bibliotecas e piscinas e quanto à possibilidade de futuras desigualdades dos trabalhadores das Juntas face aos trabalhadores da CML.

Respondendo sucintamente às preocupações colocadas, o **STAL respondeu** que a mobilidade com delegação de competências para as Juntas ocorreria de mandato a mandato e não seria definitiva para os trabalhadores, daí a sua preferência por essa solução.

Acrescentou que a eventual criação de desigualdades entre trabalhadores era uma preocupação, nomeadamente em relação às 35h praticadas na CML e ao facto de haver Juntas que já aplicam as 40h.

Concluíram, referindo que a desarticulação de serviços e a manutenção do bom serviço às populações são preocupações que têm e que querem salvaguardar.

Audição do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa

Os sindicalistas **Vítor Reis** e **Nuno Almeida**, da direcção do **Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa**, ouvidos em audição conjunta pelas Comissões Permanentes de Descentralização e Obras Municipais e de Património, Finanças e Recursos Humanos, em 08 de janeiro de 2014, começaram por declarar que:

- Nada os move contra os Presidentes de Junta, o problema é o desmantelamento da CML, porque os serviços têm funcionado de forma integrada, a limpeza e remoção são um só serviço, já há falta de trabalhadores na CML, pelo que temem que a remoção de resíduos sólidos fique deficitária, pois às vezes é preciso reforçar os contingentes de trabalhadores de umas zonas de limpeza para outras.

- O que pode vir a ser um problema no futuro. E implicar novos processos de recrutamento por parte da CML para a área da higiene urbana.
- Também os preocupa o desmantelamento da rede de bibliotecas XXI, já que, se a Vereadora Catarina Vaz Pinto afirma que a gestão cultural continuará a ser feita pela CML, não veem utilidade em passar estes equipamentos para as Juntas.
- Paralelamente, na área do Desporto, estão receosos da desarticulação dos equipamentos desportivos, pois cada Junta terá a sua política sectorial própria.

Sobre os **direitos dos trabalhadores** referiram:

- O STML, enquanto estrutura que representa 90% dos trabalhadores sindicalizados na CML, sabe que os trabalhadores temem que não haja nas Juntas recursos financeiros suficientes para pagar os seus direitos, nomeadamente a medicina no trabalho, subsídio de penosidade, insalubridade e risco, entre outros.
- Acrescentaram, igualmente, que poderá surgir uma situação de desigualdade relativa dos trabalhadores das Juntas face aos trabalhadores do município, porque não terão os mesmos direitos, o que tem de ser salvaguardado.

Relativamente às **Juntas de Freguesia**, exprimiram:

- A preocupação de que estas autarquias, transformadas em mini câmaras, dificilmente poderão ser convenientemente geridas apenas por um eleito a tempo inteiro, devendo ter dois, pelo menos.
- Mais disseram que, no futuro, com outros Presidentes, nada garante que os compromissos assumidos pela CML e pelas Juntas, em matéria dos direitos dos trabalhadores, se mantenham. E aduziram a pergunta: se as funções deixarem de ser desempenhadas pelas Juntas, os trabalhadores poderão ficar sem emprego?

- Na opinião do STML, se vai haver avaliação da transferência de competências para as Juntas daqui a um ano, o mais correto seria o recurso à mobilidade e não à transferência definitiva.
- Em suma, pronunciaram-se contra uma transferência definitiva de competências num processo pouco negociado, em que os Presidentes de Junta foram postos perante um encargo definitivo sem qualquer negociação, considerando o processo experimental, apressado e que pode correr mal.

Os Grupos Municipais, numa **primeira ronda**, referiram o seguinte:

- Para o Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, do **Partido Socialista**, o agrupamento municipal a que pertence já teve, tal como com o STAL, uma longa conversa com os representantes do STML, cerca de duas horas e meia, em que ficaram bem expressas as concordâncias e as diferenças de opinião sobre a reforma.

Reiterou os compromissos então assumidos pelo PS, o que cumpriram e vão cumprir: realizar as audições em sede de 5.ª Comissão antes da discussão em plenário das propostas 915/2013 e 916/2013; garantir que todas as preocupações transmitidas pelos sindicatos constarão do Parecer da 5.ª Comissão, pelo que poderão ser consideradas pela CML como possibilidades de aperfeiçoamento propostas; garantir que todas as questões das Freguesias também constarão do relatório final.

Reafirmou, novamente, que, para o PS, seria útil a assinatura de um acordo tripartido entre Freguesias, a CML e os Sindicatos, sem que isso implique uma adesão total à reforma, mas sim uma forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores da CML após a sua transferência para as Juntas.

Terminou dizendo que o PS considera positiva a reforma para a cidade e para os trabalhadores do município, uma vez que uma maior proximidade aos dirigentes das Freguesias se poderá traduzir em melhor capacidade de resposta a problemas específicos e imediatos.

- A Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva, do **Partido Social Democrata**, começou por dizer que a descentralização tem de ocorrer, resulta da lei. E que o PSD a apoiou e apoia. Mas quer que decorra o melhor possível.

Daí a necessidade de debate, informação e esclarecimento. E de diálogo político.

Mostrou-se agradada com a posição do PS, e acrescentou que o PSD está aberto a toda a negociação que possa melhorar a situação dos trabalhadores, em particular para evitar eventual desigualdade entre trabalhadores das Juntas e da CML e aventou a hipótese de haver um período experimental para a mobilidade dos trabalhadores.

- O Deputado Municipal Fábio Sousa, do **Partido Comunista Português**, prestou o seu apoio e solidariedade ao STAL e considerou que a greve dos trabalhadores da higiene urbana foi um indicador de que é preciso refletir sobre a reforma.

Questionou os sindicatos sobre qual havia sido a abordagem da CML aos trabalhadores; se os sindicatos se sentem parte integrante do processo de reforma; e quais as suas reivindicações em termos de vínculo dos trabalhadores à CML, bem como em matéria de outros direitos.

- A Deputada Municipal Maria Luísa Alvim, do **CDS-Partido Popular**, interveio para dizer que as preocupações deixadas pelo sindicato eram úteis e pediu que fosse entregue a proposta de mobilidade defendida. Isto se ainda não tivesse sido concretizada por escrito.

Assumiui que o CDS-Partido Popular acompanharia o processo.

- O Deputado Municipal Ricardo Robles, do **Bloco de Esquerda**, começou por saudar a greve, manifestando preocupação quanto aos direitos dos trabalhadores, especialmente porque, segundo o Deputado, as verbas a atribuir foram calculadas antes de se saber quantos são os trabalhadores a transferir. O que poderá implicar riscos para a sustentabilidade

financeira das Juntas e, consequentemente, na satisfação dos compromissos com os trabalhadores.

Em relação à cativação dos lugares dos trabalhadores transferidos na CML, implicando dotação orçamental correspondente, chamou à atenção para o facto de tal ficar sempre dependente das disponibilidades de cada exercício orçamental. Uma vez que tal facto implica dotar, anualmente, o orçamento da CML de tal verba.

O que duvida seja possível. Não só pelos constrangimentos financeiros da Câmara mas também pela ação do Governo.

E terminou colocando a questão de saber se as propostas apresentadas pela CML são melhoráveis ou não. E se para o serem não teriam de ser previamente reprovadas na AML.

Os **representantes do STML responderam** o seguinte:

- Que a postura da CML foi fazer a apresentação da Lei em dezembro de 2012, com o compromisso de ir informando ao longo de 2013. Porém passaram vários meses em 2013 sem reuniões. Foi necessário um pré-aviso de greve no verão para se sentarem com a CML que só foi retirado com o compromisso de se voltarem a sentar após as eleições.
- Mais uma vez, devido à falta de informação, foi necessário um pré-aviso de greve, em dezembro último, altura em souberam o número de trabalhadores e só aí foi falada a questão do vínculo, tendo os sindicatos proposto que fosse por mobilidade interna que os trabalhadores fossem para as Juntas. Em suma, perdeu-se tempo.
- Foi colocada uma possibilidade de bolsa de voluntariado, mas isso nunca foi implementado.
- Acrescentaram que nunca se soube o número de trabalhadores a passar para cada Junta e continua o não se saber, nem tão pouco o impacto salarial. Que as Freguesias também têm falta de muita informação e que também com as Juntas o processo não decorreu como devia após eleições.

- A garantia da continuidade do serviço público só existe enquanto compromisso político até ao fim deste mandato, não havendo certezas quanto ao futuro. Não duvidam destes protagonistas políticos, atualmente em funções, e o Presidente da CML tem cumprido com o que acordou. Mas no futuro não se sabe o que acontecerá com outros Presidentes.
- Deram também notícia de que o Vereador Duarte Cordeiro acabara de dizer, em reunião descentralizada da CML, que está a ser estudada a possibilidade de estender à parte norte da Freguesia Parque das Nações a concessão, a uma empresa privada, da prestação de serviços de higiene urbana, o que muito os preocupa. É um indício de privatização de serviços que pode ter consequências em outras áreas e serviços.

Numa **segunda ronda**, os deputados municipais referiram:

- O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, do **Partido Socialista**, fez de novo uso da palavra para reiterar ser verdade que o processo devia ter sido mais célere mas que o fundamental é o diálogo entre as partes e que o défice de informação e de articulação não foram benéficos, pelo que reputou de muito positivo para a AML e para a 5.^a Comissão o facto dos Pareceres das Juntas e o Relatório Final irem ser considerados pela CML em sede de ponderação das propostas finais a levar à AML. Já tinha dito isso ao STAL e fazia questão de o repetir ao STML.

Acrescentou que o PS reexaminará a fórmula jurídica do vínculo, mas que a proposta defendida pelo STML não salvaguarda os direitos dos trabalhadores, visto que, se as competências passam para as Juntas, não haverá necessidade desses trabalhadores na CML, o que os poderia colocar em situação de mobilidade especial. Pelo que a proposta da CML, que ponderará novamente, lhe parece até agora, de tudo o que ouviu, a melhor e que melhor salvaguarda as preocupações do STML.

E mais disse que todos os outros direitos são adquiridos dos trabalhadores e estão salvaguardados nas propostas. Talvez até em excesso, o que apoiam por ser útil ao sucesso da reforma. E que tal facto devia ser bem visto pelos sindicatos.

Chamou também a atenção para a necessidade de garantir a igualdade dos direitos dos trabalhadores das Juntas e precisou que o número de 1800 trabalhadores a transferir constitui, até ver, um teto máximo que vai ser negociado em concreto com cada Freguesia e que a data final de 31 de janeiro é meramente indicativa face ao andamento do processo. Com certeza que a CML o quer fazer bem e não apenas rápido.

Reiterou a existência de um compromisso por parte da CML em analisar e aceitar algumas das propostas saídas da 5.ª Comissão, que tudo poderá vir a ser reavaliado daqui a seis meses ou um ano e que o PS continua a considerar a reforma boa para a cidade e para os seus municípios.

- O Deputado Municipal Ricardo Robles, do **Bloco de Esquerda**, disse, usando o argumento do Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, que a cativação na CML também não poderia existir porque as competências não estarão no município, o que mais uma vez reforça a sua preocupação com este aspeto da inteira salvaguarda do vínculo dos trabalhadores.

Os **representantes do STML terminaram** declarando-se favoráveis à descentralização, mas não à ida definitiva dos trabalhadores para as Juntas, acrescentando que o argumento de proximidade não se aplica, porque, presentemente, todas as pessoas já conhecem os postos de limpeza e os cantoneiros, podendo apresentar-lhes as suas reclamações sempre que o pretendam.

Audição do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP)

Os sindicalistas **José Abrão, Fátima Lopes e Mário Santos**, da direção do **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP)**, ouvidos em audição conjunta pelas Comissões Permanentes de Descentralização e Obras Municipais e de Património, Finanças e Recursos Humanos, no dia 09 de janeiro de 2014,

sobre o Processo de Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa, começaram por:

- Partilhar que os princípios subjacentes à reforma administrativa da cidade de Lisboa representam um desejo do sindicato, na medida em que torna o serviço público mais próximo das populações, indo por isso ao encontro do necessário e da expectativa.
- No que respeita à transferência de funcionários, a solução encontrada foi a transferência do seu vínculo público para o mapa de pessoal das Juntas de Freguesia.
- Uma outra solução possível seria a mobilidade interna entre entidades e serviços porém, tendo em conta a transferência definitiva das competências, este vínculo acabaria por só se consolidar ao fim de 18 meses nas Juntas de Freguesia recetoras dos trabalhadores.
- Acrescentaram que nas várias reuniões com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa obtiveram a garantia da manutenção de todos os direitos e regalias dos trabalhadores.
- Outra questão abordada nas reuniões foi a preocupação com a discrepância de direitos e regalias sociais, que por via da reforma administrativa e da consequente transição de trabalhadores para as Juntas, poderão vir a surgir nos novos quadros de pessoal das Juntas, sendo por isso importante prevenir situações de instabilidade e desigualdade entre trabalhadores, nomeadamente no caso do subsídio de penosidade, insalubridade e risco e o acesso aos serviços sociais da CML.
- Da CML o SINTAP obteve a garantia da não privatização dos serviços a transitar para as Juntas, a garantia do direito dos trabalhadores à manutenção do vínculo público, dos direitos sociais/benefícios e suplementos salariais, de que o recrutamento será feito preferencialmente por voluntariado e só posteriormente pelos trabalhadores afetos aos equipamentos e que no caso de um falhanço do projeto haverá sempre a possibilidade de regresso à CML. Neste último caso, o regresso à CML terá

de ser sempre em regime de mobilidade sendo que o vínculo à CML só se consolida ao fim de 18 meses.

- Neste sentido, o SINTAP propôs à CML a assinatura de um acordo tripartido entre Sindicatos, Câmara e Juntas, que garanta todos os direitos e regalias dos trabalhadores da CML que transitam para as Juntas de Freguesia, assim como a questão da manutenção das 35 horas de trabalho e a extensão dos direitos dos trabalhadores da CML aos trabalhadores das Juntas de Freguesia no sentido de se dirimirem as desigualdades que pudessem vir a ocorrer.
- Por fim, lamentaram que o SINTAP não tivesse sido ouvido pela CML em 2012 enquanto se estava a preparar a reforma da cidade pois poderiam ter dado importantes contributos apresentando nomeadamente soluções diferentes incluindo ter considerado uma possível alteração à Lei n.º 12A/2008.

Iniciada uma **primeira ronda** pelos Grupos Municipais:

- A Deputada Municipal Inês Drummond, do **Partido Socialista**, congratulou-se com a abertura do Sindicato ao espírito da reforma que de facto vai ao encontro da necessidade de se ter um serviço público mais próximo dos cidadãos. A proposta n.º 916/2013, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa teve a preocupação de garantir todos os direitos e regalias dos trabalhadores que transitam para a CML indo inclusivamente além da mera garantia dos direitos adquiridos nomeadamente quando assegura a possibilidade de utilização da Medicina no Trabalho ou o recurso aos serviços de Higiene e Segurança no Trabalho da CML.

Felicitou ainda o sindicato pela iniciativa de ter proposto um acordo tripartido a subscrever pelas Juntas de Freguesia, CML e Sindicatos que para além de se assumir como um compromisso entre as partes para a garantia dos direitos dos trabalhadores que transitam da CML procura estender esses mesmos direitos e outras regalias que estes têm aos trabalhadores das Juntas.

- A Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva, do Partido **Social Democrata**, questionou o sindicato sobre quantos trabalhadores representa na CML e se existe alguma posição comum entre os 3 sindicatos representativos dos trabalhadores da Câmara. Pareceu-lhe uma intervenção muito diferente das anteriores.

Elogiou ainda a referência que o Sindicato fez às diferenças que irão surgir entre os trabalhadores das Juntas, pois tal está nas preocupações do PSD.

- Para o Deputado Municipal Carlos Silva Santos, do **Partido Comunista Português**, esta reforma foi um processo precipitado e pouco concertado. Questionou o Sindicato sobre o acordo tripartido, se tinham já algum projeto ou se já haviam assumido algum compromisso.

Considerou que estamos perante uma “transferência assistida”, que menoriza as Freguesias e a sua autonomia, põe em causa os trabalhadores, desmantela serviços e coloca em causa o serviço prestado aos lisboetas.

- Segundo a **Deputada Municipal Independente** Floresbela Mendes Pinto, a transferência de competências merece a sua concordância, pois visa aproximar o poder decisório dos cidadãos.

Reconheceu que os Sindicatos deveriam ter sido ouvidos anteriormente e acrescentou que também era importante não esquecer os atuais trabalhadores das Juntas de Freguesia neste processo.

Referiu que têm apresentando várias ideias para aperfeiçoar o processo e para melhorar a circulação de informação entre todos os intervenientes.

- O Deputado Municipal Sobreda Antunes, do **Partido Ecologista Os Verdes**, questionou o sindicato sobre como defende/assegura a salvaguarda do regresso de trabalhadores à Câmara Municipal de Lisboa, caso os serviços já não existam ou o seu lugar no mapa de pessoal seja extinto, bem como se defende a utilização da mobilidade especial.

Tal como estão as propostas não lhe parece que assegurem esse vínculo e o direito de regresso.

O dirigente José Abraão respondeu que o **SINTAP** está disponível para um compromisso e que quer ser parte da solução e não do problema, desde que sejam salvaguardados os direitos dos trabalhadores.

- Quanto à mobilidade, manifestou-se contra a mobilidade especial e que a Lei nada diz expressamente em relação ao regresso ao serviço de origem.
- O acordo tripartido, proposto pelo SINTAP, permitiria aos trabalhadores regressar ao serviço de origem e minimizar as desigualdades com os atuais trabalhadores das Juntas de Freguesia. Este compromisso daria, igualmente, segurança aos trabalhadores. Para o sindicato, a questão do vínculo não se coloca, uma vez que o vínculo público está sempre assegurado, havendo apenas uma mudança do mapa de pessoal.
- Quanto à representatividade do seu sindicato, o SINTAP informou que a sua obrigação é a defesa dos trabalhadores e que nem que apenas tivesse apenas um trabalhador no município ou numa junta teria sempre obrigação de defender intransigentemente os seus direitos.
- Por último partilhou a sua preocupação relativamente à salvaguarda da rede de bibliotecas. E que tais dúvidas devem ser melhor esclarecidas.

Numa **segunda ronda** por parte dos Deputados Municipais:

- O Deputado Rui Paulo Figueiredo, do **Partido Socialista**, disse que o seu partido se orgulha de ter lutado sempre pela descentralização de competências. Numa primeira fase, por delegação, em coligação com o PEV e com o PCP na Câmara de Lisboa, e agora, por competências próprias, com o PSD e outros partidos e movimentos.

Classificou a reforma de fundamental, sendo o diálogo com os sindicatos e partidos imprescindível para alargar consensos e aperfeiçoar as propostas para que todo o processo e a reforma em si sejam um sucesso. E está

convicto que vai ser. Assim a concertação política entre órgãos e entre os diferentes protagonistas do processo se mantenha e aprofunde.

- O Deputado Municipal Fernando Braancamp, do **Partido Social Democrata**, fez uso da palavra afirmando que a reforma não irá certamente falhar, pois é a reforma que mais consensos políticos já teve até agora. Consensos que se devem manter.

Acrescentou que gostaria de ouvir os sindicatos falar também nos deveres dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere às 40h de trabalho semanais que algumas Juntas de Freguesia já praticam.

E realçou o empenho do PSD em que o processo seja aperfeiçoado e concretizado.

- O Deputado Municipal Magalhães Pereira, do **Partido Social Democrata**, pediu ao sindicato que explicasse como é que o trabalhador podia regressar à CML com o acordo tripartido se já não houver lugar no mapa de pessoal da CML.

Em resposta, o **SINTAP** começou por dizer que um compromisso que seja assinado pela Câmara Municipal de Lisboa vai além deste executivo, pois é um compromisso da entidade.

- Mais disse que foi o SINTAP que propôs o acordo tripartido, pelo que não deseja, de todo, o fracasso desta reforma.
- Quanto aos deveres dos trabalhadores, afirmou que atualmente são muitos e cada vez mais penalizadores dos trabalhadores como é o caso do “dever” de trabalhar 40 horas e receber cada vez menos, ou o dever de passar a descontar ainda mais para a ADSE, por via das medidas impostas por este Governo. O Sindicato e os trabalhadores conhecem muito bem e cumprem os seus deveres, mas do que se trata na proposta de acordo tripartido é de salvaguardar os seus direitos e benefícios sociais adquiridos ao longo dos anos em que trabalharam para a CML.

- Questionado sobre uma proposta de acordo enviada naquele momento, por parte da CML às Freguesias, afirmou que não conhecia esse texto em concreto e que sobre ele se pronunciaria após o ler.

Capítulo 5 - Contributos apresentados pelos Grupos Municipais

Não obstante a opção por transcrever os aspetos mais essenciais das intervenções dos Grupos Municipais, porque mais políticas em sede de audição dos sindicatos, optou-se, ainda, por solicitar a todos que fizessem chegar, por escrito, algo que pretendessem inserir no relatório em capítulo específico para o efeito.

Tal procedimento foi aproveitado pelo PSD e pelos Deputados Municipais Independentes.

Partido Social Democrata

Foi expressa a intenção de fazer chegar à deputada relatora a fiel transcrição das dúvidas enunciadas em sede de audição do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de modo a que constassem do Relatório. Rezam assim as questões colocadas e correspondentes respostas:

“Pergunta do Deputado Municipal Magalhães Pereira: Se a Lei.nº 56/2012 já define as verbas a receber por cada Junta, que são fixas e imutáveis, apenas podendo ocorrer acertos por aplicação dos índices de inflação anual para o Concelho de Lisboa, nos termos previstos no n.º 2 do Art.º 17.º, como se justifica que os Art.º 13.º, 15.º e 16.º possam ser interpretados no sentido de permitir alterações, ou interpretações dos parciais das verbas atribuídas às Freguesias.

Mais ainda, se as competências são atribuídas em exclusividade às Juntas a partir das eleições autárquicas, cf. Art.º 18.º, com pleno efeito quando as respetivas verbas começarem a ser recebidas em 15JAN14, cf. n.º 3 do Art.º 17.º, como se compreende que só agora, decorridos quase três meses após as eleições autárquicas, se apresentam as Propostas 915 e 916/2013. Esta perda de tempo é incompreensível.

Resposta do Vice-Presidente da CML: A Lei n.º 56/2013, foi alterada por várias provisões da Lei do Orçamento de Estado, não permitindo agora esse raciocínio e quanto ao tempo que demorou a apresentar as Propostas, não pode ser minimizada a profundidade de trabalho que foi necessário efetuar.

Pergunta do Deputado Municipal Magalhães Pereira: Ouvindo as respostas já produzidas e sobretudo as perguntas dos Presidentes de Junta que intervieram, é desencorajador constatar que as Juntas ainda só foram ouvidas uma vez, e mesmo assim não todas, sendo notável que as Juntas tenham que interpelar aqui e agora os Srs. Vereadores para obterem alguma resposta de que alguns até duvidam. Parece inegável que a Câmara está neste processo totalmente autocentrada e a questão da confiança aqui tão falada, reflecte-se de forma negativa por exemplo nos termos do previsto no n.º 10 do Grupo I – Critérios, na Proposta n.º 916/2013 onde a CML chama a si toda a intervenção numa escolha que seria fundamental para as Juntas.

Vamos a ver.

A fusão das Freguesias é um processo indissolúvel da transferência das competências e das respetivas verbas atribuídas pela Lei.

Assegura-se aqui transparência e flexibilidade, mas já nos informam que as verbas poderão ser alteradas na 3.ª ou 4.ª tranche, menores, porque maiores a Lei não permite. Então seria lógico que as Juntas só comessem a responsabilizar-se por essas tarefas, após a clara definição das verbas, o que por este andar, não se sabe quando será.

O facto permanece que a partir de 1JAN14, ou quando muito 15JAN14, a Câmara perde o direito de intervir no espaço público das Juntas e estas não só não terão as verbas, ou a segurança delas, como não terão o pessoal, como não terão o equipamento. Adivinham-se portanto muito sérias dificuldades.

Resposta do Vice-Presidente da CML: Discorda o Vereador Fernando Medina totalmente destas considerações, porque parecem pôr em causa a mais importante reforma estratégica em qualquer cidade do país, o que

longamente desenvolveu, e que no seu entendimento deve ser um objectivo primordial a não prejudicar por nenhuma via.”

Deputados Municipais Independentes

Intervenção do **Deputado Municipal Independente Miguel Graça** no plenário de 07 de janeiro de 2014:

“E, apesar de os Deputados Municipais Independentes concordarem com um processo de descentralização que torne as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e participado, através da transferência de meios e de competências para as novas 24 freguesias de Lisboa, temos algumas dúvidas, reservas e observações relativamente à condução deste processo que gostaríamos de deixar aqui expressas.

Queremos também referir que estas são observações que vertemos já para os trabalhos da 5ª Comissão de Descentralização e Obras Municipais, cujo presidente e restantes membros gostaríamos desde já de louvar, pelo seu empenho no pronto acompanhamento desta matéria, assim como os Sr. Vice-Presidente e Vereadores que se disponibilizaram para prestar todos os esclarecimentos, e ainda os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que irão enviar até hoje os seus contributos e os Sindicatos que serão ouvidos nesta Comissão nos próximos dias, mais precisamente: o STML, o SINTAP e o STAL.

Relativamente a este processo, ainda que compreendamos que deverá — decorrente do articulado da Lei 56/2012 — estar iniciado até ao próximo dia 30 de Janeiro, temos algumas dúvidas de que a celeridade com que está a ser implementado possa pôr em perigo a sua eficaz implementação.

Provavelmente, a maior vítima desta celeridade será um bem que todos nesta casa prezamos: a informação. Ou seja, ainda que tenhamos aqui acesso privilegiado a ela, levanta-nos alguma preocupação que vejamos tanto neste plenário como nos trabalhos da 5ª Comissão surgirem por parte

dos deputados municipais — alguns deles presidentes de junta — dúvidas relativas a este processo de descentralização.

E muita tem sido a informação entretanto requerida sobre este processo, a saber:

- como foram calculados os montantes a transferir para as novas 24 freguesias referidos na Lei 56/2012;
- se estes serão entretanto ajustados, e como, face à sua natural necessidade de atualização;
- quando, como e através de que critério se processará a transferência dos trabalhadores da Câmara, afetos ou não territorialmente a tarefas, para as freguesias, e quantos serão e de que categorias específicas e se estas se coadunam com as necessidades de cada freguesia;
- quais são as competências, equipamentos e espaços que passarão para a gestão das freguesias, dado até agora a única informação disponível ser apenas o que não passa neste processo, ou seja, os espaços estruturantes que constituem precisamente a exceção à regra;
- ou como se coaduna a eventual conflitualidade entre competências concorrenciais entre a Câmara e freguesias e que instrumentos serão utilizados para articular informação e procedimentos;
- ... entre tantas outras dúvidas apresentadas, que nos levantam — como referimos — alguma preocupação numa fase do processo em que julgamos que estas deveriam estar já sanadas.

Pelo que fazemos aqui um apelo à Câmara Municipal de Lisboa: que preste a todos intervenientes — presidentes de junta, trabalhadores da Câmara, deputados municipais e munícipes — toda, mas toda a informação que dispõe sobre este processo.

É, por exemplo, adiantado pela Proposta 915/2013 — aprovada em Câmara e que será votada no próximo dia 21 de Janeiro pelo plenário desta Assembleia — que todas as bibliotecas de Lisboa, incluindo as não

consideradas estruturantes na referida deliberação, continuarão a integrar a Rede Municipal de Bibliotecas. Porém, deu entretanto entrada nesta Assembleia Municipal uma petição, com cerca de 800 subscritores, que pede a não desintegração desta Rede Municipal, estando aliás a ser formada uma comissão de utentes destas bibliotecas. Estamos em crer que, naturalmente, não será posto em causa este importante recurso cultural da cidade de Lisboa, mas a falta de informação gera equívocos e compete à Câmara precisamente pugnar pela eficaz implementação do processo de descentralização e reforço de competências das freguesias, que voltamos a frisar, apoiamos e achamos da maior importância pelo reforço de proximidade institucional e participação cidadã que poderá gerar.

Pelo que faremos assim uma sugestão final, que nos parece da maior importância. Pois se se nos depara, a nós próprios a dificuldade de aceder e de interpretar esta informação, imaginem a dificuldade que sentirão os munícipes de Lisboa em compreender quais serão, a partir do próximo dia 30 de Janeiro, as competências partilhadas ou não pela Câmara Municipal e as freguesias e a que instância se devem dirigir para cada assunto do seu dia-a-dia.

Foi entretanto avançado, pela Câmara Municipal, em sede de Comissão que — para algumas áreas específicas — serão preparados manuais técnicos para coadjuvar a passagem de competências.

Fazemos assim, em paralelo, a sugestão à Câmara Municipal que promova uma campanha de divulgação massiva junto dos munícipes relativamente ao que vai mudar na sua relação com a Câmara Municipal e as freguesias. Ou seja, que elabore também um “manual para o munícipe” relativo a esta mudança, que esperamos que torne as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e participado.”

Capítulo 6 - Pedido de Pronúncia aos Presidentes das 24 Juntas de Freguesia

Proposta n.º 915/2013

Tal como já foi anteriormente explicitado, na metodologia, entendeu a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais solicitar a pronúncia dos 24 Presidentes de Junta. Não só sobre as Propostas 915/2013 e 916/2013, mas também sobre o processo em si.

No que concerne à proposta n.º 915/2013 pronunciaram-se as Juntas de Freguesia de Alvalade, Arroios, Avenidas Novas, Beato, Benfica, Campo de Ourique, Campolide, Carnide, Estrela, Lumiar, Marvila, Misericórdia, Penha de França, Santa Maria Maior e S. Domingos de Benfica.

Não se pronunciaram as seguintes Freguesias: Ajuda, Alcântara, Areeiro, Belém, Olivais, Parque das Nações, Santa Clara, Santo António e S. Vicente.

Dos pareceres recolhidos, e sem prejuízo de, do mesmo modo que no que concerne à proposta n.º 916, se recomendar à CML e aos Deputados Municipais, uma leitura atenta dos pareceres das Juntas de Freguesia anexos a este Relatório, ressaltam as seguintes preocupações:

- Subjacente ao exercício de definição das missões e equipamentos estruturantes encontra-se igualmente, enquanto pressuposto intransponível, a sua dimensão orçamental, em que **importa assegurar a neutralidade plena da operação de transferência de competências** (de resto, uma exigência própria de Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro) **e a sustentabilidade financeira das Freguesias**, atenta a sua nova estrutura de receitas e os pressupostos do cálculo de verbas a alocar a cada Freguesia.
- Neste sentido, o **universo relevante a ter em conta para aferir**, ao longo de 2014, **da execução gradual da reforma administrativa é aquele que resulta da combinação dos seguintes elementos:**

- a) Transferências do Orçamento de Estado no quadro do Fundo de Financiamento das Freguesias;
 - b) Transferências do Orçamento de Estado resultantes da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
 - c) Participação na receita do IMI urbano (1%) e rural (100%), nos termos da nova Lei das Finanças Locais;
 - d) Receitas provenientes da gestão de equipamentos a transferir (ou já sob gestão da Freguesia)
 - e) Receitas provenientes dos licenciamentos que passam a ser da sua competência (bem como aqueles que residualmente já o eram);
 - f) Resultado de protocolos de delegação de competências que subsistam ou venham a ser celebrados *ex novo*;
 - g) Outras taxas administrativas;
 - h) Verbas relativas à denominada “participação das Juntas nas receitas da CML” ou FFF da CML.;
- Necessidade de expressa previsão em sede de **auto de transferência** e recursos de ambas as componentes de identificação das missões futuras de município e de freguesias. Elencando o que fica em cada uma das esferas a título de transição de competências (para as Freguesias) e a título de missão/ equipamento estruturante (para o município).
 - Do mesmo modo, em termos de mobiliário urbano, espaços e equipamentos que sejam considerados estruturantes por estarem onerados por contratos de concessão.
 - É também referenciada a necessidade de elaboração pela Câmara Municipal de Lisboa de um guião da transferência de competências, com os procedimentos que as Juntas de Freguesia podem adotar e a respetiva **fundamentação jurídica para cada passo**.

Especificamente, em cada área de competências, registam-se as seguintes recomendações transversais:

I. Licenças

- As **competências próprias das Juntas de Freguesia em matéria de licenciamento devem ser a regra.**

Licenciamentos, neste âmbito, por parte da CML devem ser a exceção: em razão da gestão direta pela Câmara de espaços, vias ou equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução de missões de interesse geral comum a toda ou a uma parte significativa da cidade. **Sempre com consulta prévia às Juntas.**

Idealmente, a CML deveria apenas licenciar nas áreas estruturantes e em eventos em que fosse coorganizadora. As Juntas deverão licenciar tudo o resto, cumprindo o espírito e a letra da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro.

- Devem considerar-se estruturantes apenas as *permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública associadas a venda ambulante ou comércio não sedentário* quando as mesmas vendas ou comércio se revelem **transversais a várias freguesias em função da sua natureza itinerante.**
- No caso das *permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública, licenças para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de carácter temporário e as licenças para realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, desde que associados ao desenvolvimento de atividade ou à realização de eventos organizados ou coorganizados pelo município de Lisboa, a função de coorganização deve ficar excepcionada quando não se revista de carácter principal por não ser a Câmara Municipal a entidade promotora, mas sim a Junta de Freguesia.*

- Relativamente às *permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública, licenças para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de carácter temporário e as licenças para realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, desde que associadas ao desenvolvimento de atividades ou à realização de iniciativas e eventos relativamente aos quais se verifique pelo menos uma das seguintes condições:* a) *Relevância ao nível da cidade, nomeadamente por ocuparem território de mais de uma freguesia;* b) *Grande dimensão (número de frequentadores em permanência no local superior a 1000);* c) *Notoriedade (impacto nacional ou internacional),* **seria útil uma precisão maior na definição das condições de intervenção municipal, pois notoriedade é um conceito excessivamente aberto e o critério do número de frequentadores deve ser modificado pois o número proposto é demasiado diminuto face à atual dimensão das Freguesias.**
- Os **recursos informáticos** necessários ao licenciamento devem ser colocados à disposição das Juntas de Freguesia sem custos adicionais para estas.
- Importa **averiguar as consequências, no plano contraordenacional,** da determinação de novas competências próprias das Juntas de Freguesia, nomeadamente no que concerne à transferência ou não das mesmas competências para as Freguesias.
- As **Juntas de Freguesia devem ter todos os poderes inerentes à função fiscalizadora** que decorre do exercício das competências próprias previstas na Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro.

II. Espaços verdes

Deverá equacionar-se o carácter estruturante das **árvores em caldeira** em razão da maquinaria que é necessária para efetuar a sua poda ou possíveis abates.

Fazer **acompanhar a definição dos espaços verdes estruturantes para a cidade com a definição dos eixos viários estruturantes.**

Distinção das zonas de limpeza com meios manuais, da responsabilidade das Juntas de Freguesia, **da limpeza com meios mecânicos**, responsabilidade da Câmara Municipal, **nomeadamente em zonas expectantes.**

Devem ser consideradas **zonas expectantes** as áreas livres, com vegetação sem tratamento, que não sejam objeto de Protocolo de Descentralização de Competências, com uma área mínima de 5000 m² e/ ou envolvam a necessidade de contratação exterior à CML e os taludes com inclinação mínima de 25%.

III. Mobiliário Urbano

Possibilidade de cedência comercial de algum mobiliário urbano e/ ou percentagem de comparticipação na receita de **publicidade** referente ao mobiliário urbano existente na Freguesia, bem como concessão de espaços para a **divulgação e promoção das Freguesias.**

IV. Equipamentos

As **Juntas de Freguesia**, com os meios que têm à sua disposição, **apenas estarão em condições de proceder à mera conservação e reparação que não impliquem intervenções de natureza estrutural.**

Devem ser consideradas intervenções estruturais as obras profundas ao nível da estrutura do edificado, mudança de coberturas, da coluna elétrica dos edifícios e deficiências profundas ao nível da rede de saneamento e de águas.

Sempre que uma obra tenha um custo 35% superior ao previsto na rubrica referente às escolas na Lei n.º 56/2012 e de acordo com as fichas dos equipamentos, deve ser considerada estrutural e/ou objeto de transferência de meios financeiros excecionais por parte da CML.

V. Habitação

Manutenção da **celebração de protocolos de delegação de competências** para execução de pequenas reparações em habitações e acupunctura urbana.

Para além destas recomendações transversais, consideradas mais relevantes e recorrentes, outras são identificadas nos pareceres das Freguesias. Como tal, devem ser ponderadas, igualmente, pela Câmara Municipal.

Proposta n.º 916/2013

No que concerne à proposta n.º 916/2013 pronunciaram-se as Juntas de Freguesia de Alvalade, Avenidas Novas, Arroios, Beato, Benfica, Campolide, Carnide, Estrela, Lumiar, Marvila, Misericórdia, Penha de França e S. Domingos de Benfica.

Não se pronunciaram as seguintes Freguesias: Ajuda, Alcântara, Areeiro, Belém, Campo de Ourique, Olivais, Parque das Nações, Santa Clara, Santa Maria Maior, Santo António e S. Vicente.

Dos pareceres recolhidos, e sem prejuízo de se recomendar à CML e aos Deputados Municipais, uma leitura atenta dos pareceres das Juntas de Freguesia anexos a este Relatório, ressaltam as seguintes preocupações:

- É imprescindível a **minuciosa explicitação dos critérios que presidem à alocação de pessoal e de recursos financeiros que acompanham as competências**, de acordo com as reais necessidades das Juntas de Freguesia e nos termos definidos por estas.
- A **lista nominativa** dos trabalhadores que transitam, que será notificada por escrito às Juntas de Freguesia para efeitos de audição prévia, **deverá ser acompanhada das fichas de cada trabalhador**.
- Acresce que, não colocando em causa a importância da **salvaguarda dos direitos e garantias** no âmbito do processo de transição, **deverão**

ser cuidadosamente avaliados os custos inerentes aos mesmos a par do número de trabalhadores envolvidos no processo de transição, por forma a manter o equilíbrio e boa gestão orçamental, não comprometendo a capacidade das juntas de Freguesia para fazer face aos seus compromissos com os trabalhadores e o exercício das suas atuais e novas competências.

- **A transição de meios e competências, embora possa ser feita por fases, não devem tais fases ser sequenciadas aleatoriamente**, uma vez que antes de proceder à transição de um equipamento de maiores dimensões, com um conjunto mais alargado de funcionários alocados, é de fundamental importância que os técnicos de apoio à administração já estejam instalados e a exercer funções, para que o funcionamento da Junta de Freguesia não fique paralisado e incapaz de dar cumprimento a aspetos básicos de gestão corrente.
- Em matéria de recursos humanos, considera-se que **a coexistência de trabalhadores com diferentes regimes de prestação de trabalho e diversos direitos e regalias pode vir a constituir um entrave à boa gestão de recursos humanos**.
- A solução deste desequilíbrio, por seu lado, suscita **reservas do ponto de vista da sustentabilidade financeira** das Juntas de Freguesia.
- De salientar que em ordem à manutenção do equilíbrio entre os trabalhadores das Juntas de Freguesia (que à partida não têm acesso a estes direitos) e os trabalhadores da CML a transferir, **seria importante consagrar a possibilidade dos trabalhadores pertencentes atualmente aos quadros das Juntas**, atento o princípio da reciprocidade e igualdade, **poderem vir a beneficiar dos mesmos benefícios junto do município**.
- **O direito de acesso a refeitórios e creches da CML deveria ser alargado aos atuais trabalhadores das Juntas**, pois se importa acautelar a motivação de quem vai da CML para as Juntas, também importa acautelar a motivação de quem já está nas Juntas.

- É também referenciada a necessidade de elaboração pela Câmara Municipal de Lisboa de um guião da transferência de competências, com os procedimentos que as Juntas de Freguesia podem adotar e a respetiva **fundamentação jurídica para cada passo**.

Capítulo 6 - Conclusão

As propostas 915/2013 e 916/2013 são globalmente adequadas ao cumprimento dos propósitos de reorganização administrativa da cidade que o legislador apontou através da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro. Embora, naturalmente, quem discorde da reforma em si, e da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, em particular, não se possa rever nelas. Mas não é a reforma, ou a identificada Lei, que são objeto deste parecer e sim, somente, as propostas em apreço.

Trilha-se, com a reorganização, um caminho novo, necessário, mas delicado, que deve merecer, por isso, a total colaboração e empenho recíprocos da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia e das estruturas representativas dos trabalhadores.

Para que esta reforma seja bem-sucedida, é imprescindível que os princípios da confiança, transparência e da flexibilidade sejam a pedra de toque da sua implementação.

O facto de, à exceção de Ajuda, Alcântara, Areeiro, Belém, Santo António, Olivais, Parque das Nações, Santa Clara e São Vicente, a grande maioria das Juntas de Freguesia ter manifestado posição sobre a reorganização administrativa da cidade, especialmente em relação a cada um dos territórios deve, também, merecer uma adequada ponderação por parte da Câmara Municipal de Lisboa em sede de aperfeiçoamento e de avaliação da reforma administrativa, razão pela qual se anexam ao texto do relatório, e dele fazem parte integrante, como já foi referido, todas as pronúncias recebidas das Freguesias.

Teria, eventualmente, sido preferível que essas propostas territoriais tivessem sido, previamente, dirimidas, em sede de diálogo e concertação, entre a Câmara Municipal e as 24 Freguesias nas reuniões havidas anteriormente.

Não o tendo sido, é interessante, em razão da valorização do adequado papel da Assembleia Municipal, no seu todo, e do trabalho das suas Comissões Permanentes, em particular, que as Freguesias tenham aproveitado o pedido de pronúncia para as colocar, assim como para suscitar respostas a um conjunto de perguntas específicas, anteriormente formuladas e não respondidas em tempo pela Câmara Municipal.

Do mesmo modo, é de realçar, positivamente, a disponibilidade reiterada pela Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente António Costa, para analisar, antecipadamente, o relatório produzido e daí retirar, eventuais, aperfeiçoamentos às propostas e, também, procurar esclarecer, totalmente, as dúvidas ainda existentes e não respondidas.

Por fim, no sentido de garantir o sucesso da reforma e a sua sustentabilidade para o futuro, bem como da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia de Lisboa, fazem-se as seguintes recomendações:

- A Câmara Municipal de Lisboa **deverá ponderar o aperfeiçoamento transversal das propostas** n.º 915/2013 e n.º 916/2013 à luz:
 - a) Das **recomendações** dos Presidentes de Junta **constantes do Capítulo 6** deste parecer, denominado Pedido de Pronúncia aos 24 Presidentes de Junta;
 - b) Das **preocupações manifestadas pelos diferentes Grupos Municipais** plasmadas nos **Capítulos 5 e 4**, deste parecer, e denominados respetivamente de Contributos apresentados pelos Grupos Municipais e Audições (Audições aos Sindicatos);
 - c) Das **preocupações manifestadas pelos Sindicatos**, consagradas no **Capítulo 4** deste parecer, denominado de Audições (Audições aos Sindicatos); e,
 - d) De **outras preocupações transversais** expressas pelos Presidentes de Junta nas suas **pronúncias, anexas a este parecer.**

- A Câmara Municipal de Lisboa deverá elaborar um **guião da transferência de competências**, com os procedimentos que as Juntas de Freguesia podem adotar e a respetiva fundamentação jurídica para cada passo;
- A Câmara Municipal de Lisboa deverá preparar os **autos de transferência** nos termos das recomendações constantes do Capítulo 6 deste parecer, denominado Pedido de Pronuncia aos 24 Presidentes de Junta, complementadas por um **levantamento dos atuais custos e receitas referentes a cada competência e equipamento a transferir**, tendo em atenção os valores parcelares constantes da Proposta n. 451/2011, de 20 de julho de 2011, aprovada nos órgãos do município;
- A Câmara Municipal de Lisboa deverá ponderar o aperfeiçoamento da proposta n.º 915/2013 tendo em atenção as **propostas específicas**, de cada Presidente de Junta, ao nível da definição **do que é, ou não, estruturante em cada Freguesia**;
- A Câmara Municipal de Lisboa **deverá pugnar pela celebração de um acordo tripartido**, a celebrar entre a Câmara, as Freguesias e os Sindicatos, que salvguarde os direitos adquiridos dos trabalhadores do município e das freguesias assim como a sua progressiva igualdade;
- A Câmara Municipal de Lisboa deverá coordenar com as Freguesias uma apropriada dotação de espaços físicos necessários a um adequado exercício das competências a transferir;
- A Câmara Municipal de Lisboa deverá acelerar o processo de **diálogo e concertação com as 24 Freguesias** da Cidade. Do mesmo modo, deverá responder com a maior brevidade possível, a todos os pedidos de informação solicitados pelas Freguesias, que se encontram pendentes;
- Deverá consagrar-se a apresentação mensal, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, às Comissões Permanentes de Finanças, Património e Recursos Humanos e Descentralização e Obras Públicas, de um balanço

escrito da implementação da reforma, durante o ano de 2014, passando a trimestral a partir de 2015 e a semestral a partir de 2016, **em cumprimento da recomendação da Conferência de Representantes de garantir o “devido acompanhamento, pela Assembleia Municipal, do processo de transferência de competências, recursos financeiros e recursos humanos do município para as 24 freguesias de Lisboa.”;**

- A Câmara Municipal de Lisboa, deverá **elaborar um “manual para o munícipe”** relativo a esta mudança. Procedendo, posteriormente, à sua adequada divulgação; e,
- Deverá ser ponderada a necessidade de as 24 freguesias da cidade de Lisboa poderem contar com 2 eleitos a tempo inteiro dado o volume de competências transferidas. Ainda que o segundo possa ser remunerado por via do orçamento próprio de cada Freguesia. Tal ponderação deverá ser feita pelos órgãos municipais e, eventualmente e posteriormente, pela Assembleia da República.

Face ao exposto, deverá este parecer ser enviado à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa tendo como objetivos a sua habitual divulgação a todos os Deputados Municipais bem como o seu, imediato e urgente, envio ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tendo em vista a ponderação do seu conteúdo por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Ponderação que poderá, ou não, levar a um aperfeiçoamento das propostas em análise.

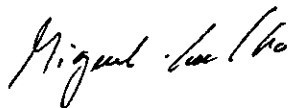
A apreciação das propostas cumpriu os prazos regimentais adequados assim como o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa (emitir o parecer até ao dia 14 de janeiro de 2014).

Os diferentes Grupos Municipais reservarão as suas posições políticas e o seu sentido de voto para o Plenário. Não só sobre estas propostas mas também sobre a sua, eventual, formulação aperfeiçoada e, consequentemente alterada.

Pelo que as propostas 915/2013 e 916/2013 estão em condições de ser debatidas pela Assembleia Municipal de Lisboa no próximo dia 21 de janeiro de 2014, conforme agendamento já definido em Conferência de Representantes. Não só nos moldes em que aqui deram entrada mas, também, na sua formulação, eventualmente, reformulada pela Câmara Municipal em reunião ou reuniões a realizar até ao próximo dia 21.

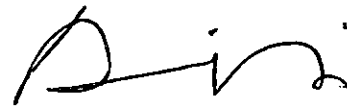
Lisboa 13 de janeiro de 2014

O Presidente da 5ª Comissão



Miguel Coelho

A Deputada Relatora



Sofia Oliveira Dias

ANEXOS

Proposta do PSD

Memorando da Conferência de Representantes

Requerimento conjunto PS/PSD/Deputados Municipais Independentes

Pedido de pronúncia aos 24 Presidentes de Freguesias

Requerimento do PS

Pedido de contributos escritos aos Grupos Municipais

Pronúncias dos Presidentes de Junta



**PARECER DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA ÀS PROPOSTAS
915/2013 E 916/2013 DA C.M.L.**

Sem prejuízo da colaboração e empenho na prossecução dos objetivos consagrados no actual processo de reforma administrativa da C.M.L. No que concerne à apreciação da Propostas 915/2013 e 916/2013 da Câmara Municipal de Lisboa a serem submetidas à Assembleia Municipal, suscita algumas questões e entendimentos por parte da JFSDB, desde logo:

Algumas das considerações relativamente às propostas em epígrafe, salvo melhor opinião não dispensam uma informação mais detalhada ao nosso em pedido de esclarecimentos ao Gabinete da Vereadora Dra. Graça Fonseca datado de 23 de Dezembro de 2013.

PROPOSTA Nº 915/2013

Vias Estruturantes

É entendimento da JFSDB que as vias; Rua Conde Almoester Av. Carolina Michaelis deverá manter-se como vias estruturantes pela natureza do tráfego e características em tudo semelhantes a outras vias consideradas estruturantes pela C.M.L.

Acresce que uma eventual assunção da competência nestas vias, incorre numa considerável impacto no orçamento da Junta quando tiver que ser intervencionada.

Espaços Verdes

É nosso entendimento com base no conhecimento e informação disponível pela JFSDB, não se afigura recomendável a aceitação de transferência de competência do Parque Bensaúde, considerando a JFSB ser este uma Infraestrutura estruturante e necessitada de consideráveis e urgentes intervenções.

Acresce que de acordo com a proposta á apreciação, estão excluídas do processo de transferência, as hortas do Parque Bensaúde (consideradas estruturantes na proposta), que no nosso entendimento refletem uma apreciação algo questionável face à avaliação de toda a envolvente do Parque Bensaúde.

Postos de Limpeza

A informação da proposta, considerando o Posto do Calhariz como equipamento estruturante, e em virtude do Posto de Sete Rios ser em tudo exíguo e limitado em todos os critérios de apreciação, desde as condições de operação logística aos acessos,



afigura-se questionável a opção traduzida na proposta, na assunção de que a operação afecta ao Posto de Calhariz não ser mencionada de forma explícita na proposta.

Desde logo, deveremos presumir que os Equipamentos, Meios ou recursos disponíveis no Posto de Calhariz, passarão à responsabilidade da ou das Juntas ao qual presta serviços? Se assim for, em que medida, como que nível de responsabilização, como se compatibiliza a Operação com a Responsabilidade da Infraestrutura, como serão alocadas as despesas no quadro desta proposta? Qual o nível de partilha entre as diferentes responsabilidades?

Sem prejuízo de outras considerações, a Solução proposta afigura-se complexa para implementação e susceptível de acrescidas dificuldades no futuro.

Licenças

Sem prejuízo da fundamentação da C.M:L., a JFSDB teria o interesse em assegurar as permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública e ruído associadas a obras.

Gabinete de Estudos Olisiponenses / Palácio Beau Séjour

Ainda que na proposta, o Palácio Beau Séjour seja considerado infraestrutura estruturante, a JFSDB manifesta o mais profundo interesse em assegurar uma função e utilização para o Palácio Beau Séjour, nomeadamente para futura sede da Junta de Freguesia.

Presentemente a Sede da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, não têm as condições adequadas para as funções a que se propõe, desde logo:

- Sede na periferia e fora da centralidade do território
- Difícil acessibilidade
- Falta de estacionamento
- Edifício concebido originalmente para funções que não as de uma junta de Freguesia.

Acresce que a JFSDB, têm elaborado fundamentação para a Gestão deste Equipamento, que no nosso entender valoriza o valor cultural e Patrimonial.

PROPOSTA Nº 916 / 2013 - "Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às juntas de freguesia ao abrigo da Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro"



Relativamente à presente proposta e salvo melhor informação, A JFSDB já manifestou oportunamente uma concordância genérica com os termos da proposta, ainda que sem prejuízo de uma apreciação mais detalhada sobre os termos concretos de uma proposta específica sobre a transferência de recursos humanos para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.

Pelo facto, não se afigura possível elaborar uma opinião conclusiva sobre os termos da proposta em epígrafe.

Atentamente

Lisboa, 7 de Janeiro de 2014

O Presidente

António Cardoso

Ana Freire Fernandes

De: Cristina Maximiano <cristina.ventura@cm-lisboa.pt>
Enviado: sexta-feira, 20 de Dezembro de 2013 21:35
Para: Ajuda; Ajuda - D.M. José Videira; Ajuda - D.M. José Videira; Alcântara; Alcântara - D.M. Davide Amado; Alvalade - D.M. André Caldas; Areeiro - D.M. Fernando Braamcamp; Arroios - D.M. Margarida Martins; Avenidas Novas - D.M. Daniel Silva; Beato - D.M. Hugo Pereira; Belém - D.M. Fernando Ribeiro Rosa; Benfica - D.M. Inês Drummond; Benfica - D.M. Inês Drummond; Campo de Ourique - D.M. Pedro Cegonho; Campolide - D.M. André Couto; Campolide - D.M. André Couto; Carnide - Fábio de Sousa; Estrela - Luis Newton Parreira; Lumiar - D.M. Pedro Alves; Marvila - D.M. Belarmino Silva; Misericórdia - D.M. Carla Madeira; Olivais - D.M. Rute de Jesus; Olivais - D.M. Rute de Jesus; Parque das Nações - D.M. José Moreno; Penha de França; Penha de França -D.M. Maria Elisa Madureira de Carvalho; S. Domingos de Benfica - D.M. José Alves; S.Domingos de Benfica; Santa Clara; Santa Clara - D.M. Maria da Graça Resende Pinto Ferreira; Presidente - Santa Maria Maior; Santa Maria Maior - D.M. Artur Miguel Coelho; Santo António; Santo António - D.M. Vasco Morgado; São Vicente - D.M. Natalina Moura
Cc: Pedro Moraes; Ana Veneno; Ana Fernandes; Eneida Lima; Cidalia Marques
Assunto: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^{as}(^a)s Senhores(as)
Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura
Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa
SQ
DAQSM
GAAM – Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
Av. L. de Roma nº 14, P. 2º | 1000-265 Lisboa
T. geral (+351) 218 170 401
www.cm-lisboa.pt | cristina.ventura@cm-lisboa.pt



Câmara Municipal de Lisboa

Secretaria-Geral

Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município

Divisão de Apoio à Câmara Municipal

Exma. Senhora
Arqt. Helena Roseta
Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

Sua referência

Sua data

Nossa referência

OF/706/SG/DAOSM/DACM/13

Data

20-12-2013

Assunto: Propostas para a Assembleia Municipal de Lisboa

Exma. Senhora Presidente

Para cumprimento do estabelecido no artº. 33º. Nº1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro de 2013, remeto a V.Exª. as propostas a seguir indicadas, para aprovação dessa Assembleia Municipal:

Proposta nº 915/2013 – Aprovar o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da proposta;

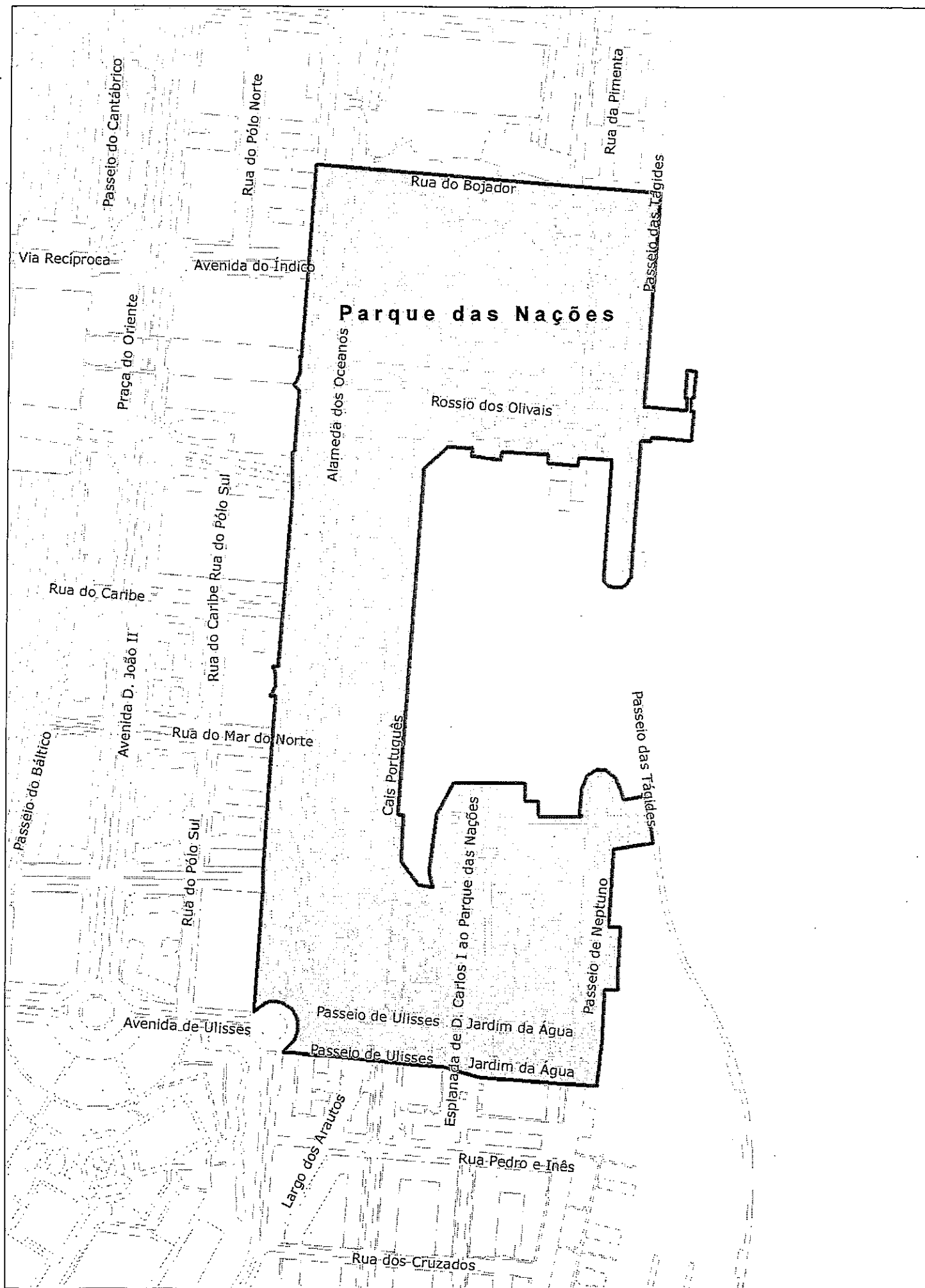
Proposta nº 916/2013 – Aprovar a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às Freguesias, ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, nos termos da proposta.

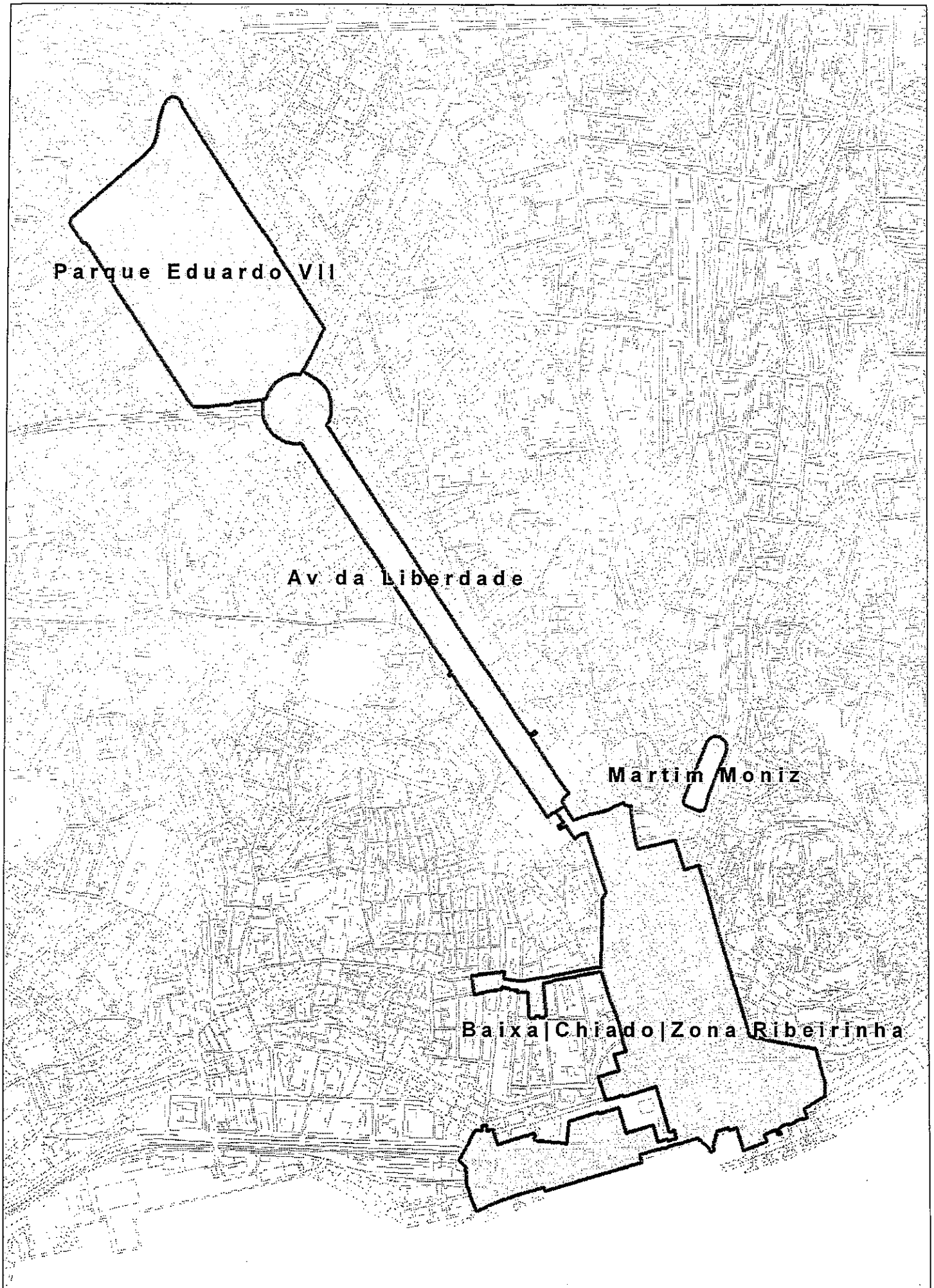
Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,

- Duarte Cordeiro -









C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º, nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 20 de Dezembro de 2013, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 915/2013 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a aprovação do elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Proposta n.º 915A/2013 (Subscrita pelos Senhores Vereadores do PCP)

Aprovar às alterações à proposta nº 915/2013, nos termos da proposta;

(Votada ponto por ponto)

Ponto 1, ponto 2.1, ponto 2.3, ponto 2.5, ponto 2.6 - rejeitados com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP)

Ponto 2.2 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP), 2 abstenções (IND) e 2 a favor (PCP)

Ponto 2.4 - rejeitado com 14 votos contra (9PS, 1(IND), 3(PPD/PSD) e 1 (CDS/PP), 1 abtenção (IND) e 2 votos a favor (PCP));



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 916/2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina e pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às Freguesias, ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (1CDS/PP))

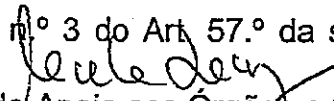
Proposta n.º 916A/2013 (Subscrita pelos Senhores Vereadores do PCP)

Aprovar as alterações à proposta n.º 916/2013, nos termos da proposta;

(Votada ponto por ponto:

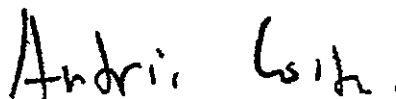
Ponto 1 - rejeitado com 13 votos contra (9PS, 3PPD/PSD e 1 CDS/PP) e 4 votos a favor (2Ind. e 2 PCP))

Ponto 2 - rejeitado com 15 votos contra (9PS, 2IND, 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos a favor (PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 20 de Dezembro de 2013

O Presidente



- António Costa -



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Permanente de
Descentralização e Obras Municipais
Dr. Miguel Coelho

Requerimento n.º 1/GMPSAML/2014

Assunto: Pedido urgente de audições sobre a descentralização de competências, recursos e meios, no âmbito da Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais:

1. Ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML);
2. Ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL); e
3. Ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP).

Na sequência do Requerimento n.º 3/GMPSAML/2013, de 18 de Dezembro, subscrito pelos Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, bem como pelos Deputados Municipais Independentes, vimos junto de V. Exa. solicitar que, por intermédio da Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, Arqt.ª Helena Roseta, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 69.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, sejam convidados a estar presentes em reuniões separadas desta Comissão, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), dadas as diligências feitas pelos sindicatos no sentido de serem ouvidos, com o seguinte agendamento:

Dia 8 de Janeiro, 20H00 – Reunião com STAL

Dia 8 de Janeiro, 21H00 – Reunião com STML

Dia 9 de Janeiro, 20H00 – Reunião com SINTAP

Assembleia Municipal de Lisboa, 02 de Janeiro de 2014.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na AML,

A Deputada Municipal,

Inês Drummond

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT. 34/SG/DAOSM/GAAM/2014

DATA 03/01/2014

silf.

Exmº Senhor
Deputado Municipal Artur Miguel Claro da
Fonseca Mora Coelho
M.I. Presidente da 5ª Comissão
Permanente de Descentralização e Obras
Municipais

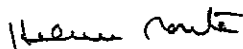
Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/1451/AML/13	18-12-2013
Assunto: Requerimento Grupo Municipal do PSD - Criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento às Transferências de Competências para as 24 Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa			

Junto envio, em anexo, cópia do Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, e documento que fiz anexar ao mesmo, relativo à mesma matéria.

Tendo em conta a matéria em causa, alerto Vª Exª, para a urgência de serem promovidas as diligências necessárias ao acompanhamento, por esta Assembleia Municipal, de todo o processo de transferência de competências, recursos financeiros e recursos humanos do município para as 24 freguesias de Lisboa.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT ~~229~~ SG/DAOSM/GAAM/ 13

DATA 20/12/2013



CV

Requerimento

As recentes notícias vindas a publico e as consequentes preocupacoes inerentes da aplicação da lei 56/2012, de 8 de Novembro, demonstradas de resto quer pelos diversos sindicatos dos trabalhadores da Camara Municipal de Lisboa, quer pelos Presidentes de Junta de Freguesia e ate mesmo pelas diferentes forças políticas com assento parlamentar, implicam que a Assembleia Municipal de Lisboa promova a criação de uma Comissao Eventual de Acompanhamento de Transferencia de Competências para as Juntas de Freguesia.

Esta Comissao Eventual deverá, em conjunto com o executivo Municipal, com os Presidentes de Junta de Freguesia e com os trabalhadores do Município e seus representantes, acompanhar, definir e garantir a equidade nos critérios de:

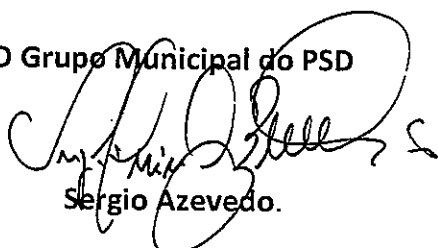
1. Descentralização de competências e respectivas verbas financeiras e de recursos humanos da Camara Municipal de Lisboa para as 24 Juntas de Freguesias de Lisboa.

Embora reconheçamos que esta matéria tem cabimento nas competências da 5 Comissao Permanente Municipal, reconhecemos igualmente que esta é matéria de importância absoluta e que necessita de um acompanhamento detalhado, abrangente e inclusivo dos diversos órgãos do município, merecendo assim um acompanhamento próximo e específico.

Propõe assim o PSD, em reunião de Conferencia de Representantes realizada a 17 de Dezembro de 2013, a criação desta Comissao Eventual de Acompanhamento às Transferencias de Competências para as 24 Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa.

Lisboa, 16 de Dezembro de 2013

P^o O Grupo Municipal do PSD


Sergio Azevedo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 275SG/DAOSM/GAAM/ 13

DATA 17/12/2013

15/08

**Acompanhamento das Transferências de Competências
do Município para as 24 freguesias de Lisboa
(draft)**

1. Na reunião da Assembleia Municipal de 16.12.2013, Deputados do Grupo Municipal do Partido Social Democrata propuseram a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa, para “em conjunto com o executivo municipal, com os Presidentes de Junta de Freguesia e com os trabalhadores do Município acompanhar, definir e garantir a equidade (...) nos critérios de descentralização de competências e respectivas verbas financeiras e de recursos humanos da Câmara Municipal para as 24 Juntas de Freguesia de Lisboa”.
2. Esta matéria foi debatida na Conferência de Representantes de 17.12.2103, tendo sido questionada por alguns dos presentes a possibilidade alternativa de ser constituída uma Subcomissão para o efeito, no âmbito da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, cujo âmbito é o seguinte: Acompanhamento da Reforma Administrativa, Descentralização para as Freguesias, Unidades de Intervenção Territorial e Obras Municipais), enquanto outros presentes solicitaram mais tempo para ponderar a proposta do PSD.
3. Foi no entanto consensual a necessidade de, desde já, se promover um acompanhamento activo do processo de transferência de competências em curso, através da 5ª Comissão Permanente, sem prejuízo de em próxima reunião da Assembleia Municipal vir a ser agendada a criação de uma Comissão Eventual conforme proposto, ou de vir entretanto a ser consensualizada a solução de criação de um Subcomissão.
4. Em qualquer caso, poderão os Grupos Municipais, nos termos regimentais, indicar para participar na 5ª Comissão, sobre a matéria em causa, os deputados já indicados ou a indicar como membros suplentes da mesma Comissão.
5. A mesa alertará entretanto o Presidente e Secretário da 5ª Comissão Permanente para a urgência de desde já serem promovidas todas as diligências necessárias ao devido acompanhamento, pela Assembleia Municipal, do processo de transferência de competências, recursos financeiros e recursos humanos do município para as 24 freguesias de Lisboa.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2013

A Presidente

Helena Roseta

Eneida Lima

De: geral@jf-areeiro.pt
Enviado: quinta-feira, 9 de Janeiro de 2014 18:02
Para: Eneida Lima

Boa tarde Eneida,

Solicito que envie ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais os comentários às Propostas nº. 915/2013 e nº. 916/2013.

Proposta nº. 915/2013 - Esta Proposta considera o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões;

Considero:

1. CICLOVIAS: A CML considera as ciclovias como zonas não pedonais, o que pela sua localização, no mínimo é estranho. Assim sendo, não estão sujeitas à limpezas pelos cantoneiros alocados às Juntas de Freguesia.

Esta situação cria uma indecisão nestes funcionários se a obrigação da limpeza urbana destas ciclovias são asseguradas pela CML;

2. NAS VIAS ESTRUTURANTES: A limpeza, bem como o mobiliário e a manutenção da calçada ficam asseguradas pela CML; a acontecer esta situação, vem causar um maior caos para as Juntas de Freguesia, bem como estabelecer a confusão das competências junto dos municípios;

3. Também não é explícito nesta Proposta se as árvores em caldeira são mantidas pelas Juntas de Freguesia ou continuam também a serem mantidas pela CML.

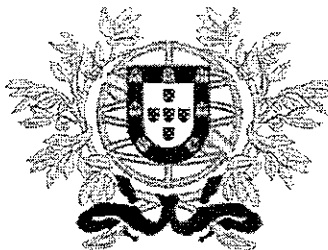
Proposta nº. 916/2013 – Nesta Proposta são estabelecidos os critérios de transição dos Recursos Humanos do Pessoal do Município;

Considero:

1. Quanto aos horários, ficam assegurados por parte da CML que em caso das Juntas de Freguesia que adoptaram as 40h/semanais, os trabalhadores a transferir serão obrigados a cumprir o horário das Juntas de Freguesia;

2. O Pessoal a transferir vem acompanhado da ficha de trabalhador, mas pretende-se saber se nesta ficha referida, além do número no Ponto 14, as respectivas faltas e ausências ao serviço nos últimos dois anos;

3. Fica assegurado pela CML o direito ao acesso e regalias, aos serviços e demais regalias dos trabalhadores das Juntas de Freguesia, no contemplado do nº. 4 do II – Direitos e Garantias dos Trabalhadores no âmbito do processo de transição.



FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA

Parecer da Junta de Freguesia da Penha de França Sobre as Propostas 915/ 2013 e 916/ 2013

- I. **Instalações** A Junta há muito que se debate com falta de instalações e encara com muita preocupação a instalação dos trabalhadores da CML, apesar do pessoal da higiene urbana permanecer no posto de limpeza. Refira-se, a este propósito, que o próprio Executivo está distribuído entre a sede, na Travessa do Calado, e a delegação, na Rua Morais Soares. É por isso que, não tendo sido encontrados espaços devolutos alternativos, se sugere a ocupação integral do edifício sede com a Junta, reinstalando a Biblioteca Municipal da Penha de França noutro local.
- II. **Pessoal** Em matéria de recursos humanos, considera-se que a coexistência de trabalhadores com diferentes regimes de prestação de trabalho e diversos direitos e regalias pode vir a constituir um grande entrave à boa gestão de recursos humanos e suscita-nos as maiores reservas do ponto de vista da sustentabilidade financeira.
- III. **Estruturantes** Reputa-se de imprescindível a minuciosa explicitação dos critérios que presidem à alocação de pessoal e de recursos financeiros que acompanham as competências, de acordo com as reais necessidades da Junta, nos termos definidos por esta.
- IV. Mais se diga, que a Junta de Freguesia continua empenhada no processo iniciado no mandato anterior de revitalização do Mercado de Sapadores, pelo que é com agrado que encara a continuação deste projecto de gestão de proximidade e que constituirá igualmente uma importante fonte de receita da autarquia.
- V. Na leitura que fazemos dos critérios previstos na Proposta 915, a Avenida Afonso III, na medida em que distribui o tráfego proveniente da Rua Morais Soares, uma artéria considerada estruturante, deve ser ela própria classificada como estruturante.
- VI. Em relação à manutenção dos espaços verdes na Alameda Dom Afonso Henriques, a Junta entende estar em condições de a assegurar, à semelhança do que já acontecia com os balneários públicos, conquanto sejam transferidos os correspondentes recursos financeiros.
- VII. Por fim, não obstante o facto da Parada do Alto de São João ser classificada como estruturante, considera-se que, em sede de reavaliação do processo de transferência de competências, poderá ser ponderada a possibilidade desse mesmo espaço público deixar de ser considerado estruturante.

À 5ª COMISSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA
Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais

Data: 07/01/2014

Assunto: Pronúncia da Junta de Freguesia do Beato às propostas 915/2013 e 916/2013 conforme pedido da referida comissão municipal

Exmos. Senhores

Pela análise das propostas nº 915/2013 e nº 916/2013 e a convite da 5ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia do Beato sugere para alteração na mesma:

1. Na definição das vias estruturantes, conforme indicado no sub-anexo D, devem ser incluídas as seguintes vias:
 - a. Rua Gualdim Pais – artéria de intenso tráfego, com vários equipamentos responsabilidade da CML, que pertence a duas freguesias (Penha de França e Beato), com vasta área expectante, sendo um eixo central que se prevê intervenções profundas com os planos de pormenor projetados;
 - b. Estrada de Chelas – sempre foi entendimento da CML que esta via era estruturante em outros documentos. De referir a necessidade de limpeza de espaços expectantes ao longo da via, visto ser uma rua pouco urbanizada e com um Plano de Pormenor para intervenção na zona suspenso;
2. Necessidade de separação das zonas de limpeza com meios manuais (que será responsabilidade da Junta de Freguesia), da limpeza com meios mecânicos (que continuará a ser responsabilidade da Câmara Municipal), nomeadamente em zonas expectantes. As zonas expectantes estão fundamentalmente nas freguesias limítrofes do município, como Santa Clara, Ajuda, Marvila, Beato, entre outras. Torna-se útil definir o que se entende por zonas expectante devido à dificuldade de manutenção destas zonas. **PROPOSTA: Deve ser considerada zona expectante, áreas livres, com vegetação sem tratamento (ou seja, que não sejam espaços verdes nem prados sequeiros) e sem estarem integradas nos antigos PDC (Protocolos de delegação de Competências), com uma área de mínima de 5000 metros quadrados. Deverão ser considerados ainda expectantes os taludes com inclinação mínima de 25% (por exemplo a limpeza do talude entre a Rua José Relvas e a Rua Gualdim Pais/Estrada de Chelas, do talude entre o limite oeste do**

Bairro Municipal da Quinta do Ourives e a Estrada Chelas/Quinta de Santa Catarina e do talude da Rua Carlos Botelho com a Rua Sol à Chelas devem ser zonas cuja manutenção e limpeza terá de continuar a cargo da CML). Por outro lado, deverá manter-se na esfera da CML, toda a área do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, que confina com a Rua Capitão Roby, Calçada da Picheleira, rua construída pela REFER de ligação da Calçada da Picheleira à Rua Carlos Botelho e Rua Carlos Botelho. Será uma zona de mutação na freguesia e na cidade, com novas urbanizações e serviços. Atualmente, obriga a limpezas da zona expectante regulares, com recurso a tratores e outros meios mecânicos.

3. MOBILIARIO URBANO. A Junta de Freguesia do Beato foi pioneira em instalar baias com publicidade institucional de atividades da Junta de Freguesia. Assim, propomos que deverá ser considerada a proposta de possibilidade de cedência comercial de algum mobiliário urbano ou no limite de as Juntas terem uma percentagem de comparticipação na receita de publicidade referente ao mobiliário urbano existente na freguesia.
4. MATA DA MADREDEUS. Não estando considerada como espaço verde estruturante, há a necessidade de haver a passagem deste equipamento da CML para a JFB, que teve em 2011 um custo de manutenção para a CML de 173 m€ e que não está incluída nas verbas referidas na lei 56/2012. Assim, deverá haver a transferência deste valor da CML para a JFB. Senão, não se compreende o critério de espaço verde estruturante.
5. MERCADO DA PICHELEIRA. Pelas obras profundas e estruturais de que necessita poderia ser considerado como equipamento estruturante. A sugestão que fazemos é a concessão a uma entidade que o possa gerir até à execução das obras por parte da Câmara Municipal. A partir daí podemos assumir a gestão com o projeto de revitalização do mercado já apresentado pela JFB à CML.
6. Discordando das restrições à competência legal da cobrança das licenças previstas na lei 56/2012, no caso da freguesia do Beato existe um outro problema, idêntico a outras freguesias como Ajuda ou Santa Clara. Por força da atividade económica local, as receitas agora próprias com as novas taxas cifram-se em cerca de 28000€ (informação da DMAU referente ao ano de 2011). Assim, nem sequer se torna rentável a JFB cobrar as taxas com os custos de estrutura que tal cobrança obriga. PROPOSTA: Sugerimos a afetação a 20% de um funcionário, por exemplo da UIT Oriental, que seria suficiente para o número de pedidos que temos nesta fase inicial.
7. POSTO DE LIMPEZA DO BEATO. Como a freguesia do Beato é a única que não dispõe de um posto de limpeza, para podermos assumir a higiene urbana em

pleno, necessitamos da construção urgente de um posto de limpeza, a expensas da CML, com as condições necessárias. Sugerimos um espaço na Estrada de Chelas, junto à imprensa municipal e à divisão de saneamento que já indicamos e visitamos com o Eng. Angelo Mesquita.

8. Dentro das competências referentes aos espaços verdes, questionamos se as árvores em caldeira estão dentro destas competências? Porque é uma competência específica, financeiramente dispendiosa, sem estar contemplada nas verbas transferidas pela lei 56/2012.
9. ESCOLAS: As intervenções preconizadas ao nível das obras em escolas são ao nível da manutenção corrente e não das intervenções estruturais. Assim, lançamos a **proposta de definir o que são intervenções estruturais** que se mantem nas competências da CML. As intervenções estruturais são as obras profundas ao nível da estrutura do edificado, mudança de coberturas, da coluna elétrica dos edifícios e deficiências profundas ao nível da rede de saneamento e de águas. Deverá haver um valor de obra estrutural que deverá ser de valor superior a 35% da parte referente às escolas das verbas previstas na lei 56/2012 e de acordo com as fichas dos equipamentos.
10. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO COMPETENCIAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO. Nas várias reuniões tidas com a Vereação da CML, fomos informados que as verbas previstas na lei 56/2012 não contempla nenhum apoio para execução de pequenas reparações em habitações, como durante anos houve com os PDCs na área da habitação e da apuncutura urbana. Esta área, em freguesias como o Beato, com bastante património em mau estado de conservação torna-se muito importante. Logo propomos a existência destes protocolos de delegação competências.
11. Todas as freguesias têm um histórico de investimento que é mais positivo em algumas em detrimento de outras. Como só podendo mudar o futuro, tem de haver uma listagem dos investimentos feitos pela CML nos últimos anos para haver uma melhor distribuição do investimento camarário pelas várias zonas da cidade. Por isso, estando o município de Lisboa a entrar num novo ciclo é a altura correta de se efetuar esta reflexão para dirigir os investimentos para as freguesias que no passado foram menos bafejadas pelos mesmos.
12. As verbas previstas pela lei 56/2012 não preveem algumas das competências que a CML quer transferir para as Juntas de Freguesia e várias freguesias não terão valores significados das novas receitas próprias (no caso da freguesia do Beato o custo de cobrança das novas taxas quase que iguala o valor das novas receitas previsível, como já foi referido neste ofício, ao contrário de outras freguesias

com várias centenas de milhar de euros de receitas próprias). Ao mesmo tempo, as Juntas de Freguesia terão de manter um nível de atividade semelhante, de entre as competências que estavam no quadro dos PDC. Assim, terá de haver um maior cuidado na passagem de alguns equipamentos que terão de ser acompanhadas com as verbas necessárias para os mesmos e com a previsão dos custos de estrutura para apoiar a maior dimensão que as Juntas de Freguesia vão ter.

Sobre a proposta nº 916/2013, há uma garantia correta dos direitos dos trabalhadores a transitar. Consideramos que os trabalhadores são a parte mais importante do sucesso de qualquer estratégia autárquica em prol da população e por isso consideramos importante, as salvaguardas de direitos preconizados por esta proposta. No entanto, os eleitos têm de acautelar igualmente o interesse da Junta e a defesa racional dos direitos dos trabalhadores já no quadro da Junta de Freguesia. No caso do Beato, temos o quadro de pessoal mais reduzido das novas freguesias e por isso estamos em condições de integrar alguns funcionários da CML, dentro das verbas reduzidas (claramente a transferência mais baixa, 1,2 M€, em comparação com várias outras freguesias do novo quadro de freguesias). No entanto, a proposta refere alguns direitos para os futuros trabalhadores, que são pouco objetivos. São exemplos a dispensa de horas para auto-formação; acumulação de funções; manutenção dos direitos de trabalhadores que se encontrem em jornada contínua e acumulação de funções; medidas de apoio à infância e à adolescência e aos filhos dos trabalhadores, desenvolvidas pela CML, entre outras. Ou seja, tem de haver equilíbrio entre as necessidades das novas estruturas das freguesias (nomeadamente as freguesias com menos recursos financeiros, como é o caso do Beato, que necessariamente apenas vão conseguir ter micro-estruturas, com recursos humanos adaptados aos recursos financeiros disponibilizados e não adaptados às necessidades) e a despesa com os trabalhadores a serem transferidos que as Juntas vão ter, ajustando o número de trabalhadores a serem transferidos.

Por outro lado subsistem dúvidas legais sobre algumas das soluções preconizadas, como o pagamento do subsídio de risco, a contratação sem recorrer à mobilidade geral, entre outras. Assim, é bastante útil que a CML disponibilize um guião sobre os procedimentos que as Juntas de Freguesia devem adoptar com o respetivo parecer jurídico para cada passo.

Sem mais assunto, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente,

Hugo Xambre Pereira



FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE
CONCELHO DE LISBOA

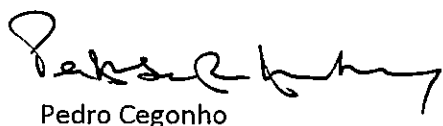
Exmo. Senhor Presidente da
5ª Comissão Permanente da
Descentralização e Obras Municipais
da Assembleia Municipal de Lisboa
Dr. Miguel Coelho

Ofício Nº 023 07-01-2014

Exmo. Senhor Presidente,

De acordo com o solicitado, junto o parecer solicitado à Junta de Freguesia de Campo de Ourique,

Com os melhores cumprimentos,


Pedro Cegonho

Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique

**Parecer sobre a proposta nº 915/2013 sobre declaração dos equipamentos de
natureza estruturante da cidade**

1. Mercado de Campo de Ourique

A Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro, na alínea q) do seu artigo 12.º, sob a epígrafe "Competências próprias das juntas de freguesia", estatui que as juntas de freguesia do concelho de Lisboa passam a ter a seguinte competência própria "Assegurar a gestão e manutenção corrente de feiras e mercados".

Rua Azedo Gneco, Nº 84 – 2º - 1350-039 LISBOA

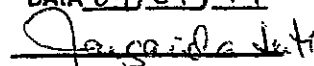
Telf. 21 393 13 00 Fax. 21 393 13 09

E-mail: geral@jf-campodeourique.pt
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT. 22 /SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 07/01/14





FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE

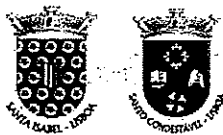
CONCELHO DE LISBOA

Na Proposta nº 915/2013 o Mercado de Campo de Ourique, é declarado estrutural para a Cidade com a seguinte fundamentação: “Concessão da nave central e necessidade de gestor único dos diferentes contratos.”; Ora, se concordamos com a constatação de que a concessão é única na cidade, e com a necessidade da existência de uma única entidade gestora do contrato de concessão, entendemos que a Junta de Freguesia possui as condições e a capacidade para assegurar a gestão e a manutenção do Mercado de Campo de Ourique, ou seja ser a entidade única para a gestão dos contrato associados à referida concessão ou ao Mercado.

Assim, em face dos recursos humanos e financeiros previstos na Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro, que transitam para a Junta de Freguesia, e em face das naturais receitas previsíveis do equipamento, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique encontra-se disponível para assumir a execução das suas competências legais na sua plenitude, encontrando-se também reunidas as condições e capacidades para assumir todos os direitos e obrigações previstas no contrato de concessão outorgado pela Câmara Municipal de Lisboa.

2. Piscina Municipal de Campo de Ourique

Relativamente, à Piscina Municipal de Campo de Ourique, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, considera tratar-se de um equipamento não estruturante para a cidade mas, entende que considerando o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município de Lisboa e o Ginásio Clube Português, em 21 de março de 2009, e renovado através de aditamento a 9 de Fevereiro de 2014, enquadra-se no ponto 4. do título E, sob a epígrafe “Disposições Finais”, da Proposta nº. 915, que estatui o seguinte: “Os espaços, vias e equipamentos não identificados como estruturantes na presente deliberação que estejam onerados por contratos de concessão, revestem natureza estruturante, mantendo-se sob a gestão do município, independentemente da respectiva cessação, atendendo à necessidade de gestão contratual planificada e centralizada numa única entidade.”



FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE

CONCELHO DE LISBOA

Tendo, no entanto, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, disponibilidade para rever a presente situação do equipamento, mediante a junta compensação pelos ónus e encargos assumidos pelo Município, no quadro do referido Contrato-Programa.

Lisboa, 7 de Janeiro de 2014

O Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Cegonho', written over a horizontal line.

Pedro Cegonho

Cristina Ventura

De: Carla Madeira <carla.c.madeira@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 8 de Janeiro de 2014 01:50
Para: Cristina Maximiano
Cc: mcoelho@ps.parlamento.pt; Sofia Oliveira Dias
Assunto: Re: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

Exmos. Senhores,

Venho por este meio deixar alguns alertas sobre a Freguesia da Misericórdia:

- 1) Não está explícito que o Largo do Camões é um espaço estruturante. Se assim for, chamo a atenção de que existem no mesmo sanitários públicos que são geridos actualmente pela Junta de Freguesia e que há interesse de que continue a ser a Junta a efectuar a sua gestão, nomeadamente porque tem celebrado contratos de avença com duas pessoas para a sua manutenção;
- 2) A limpeza no Bairro Alto deverá continuar a ter um reforço por parte da CML, dadas as suas características, devendo a sua varredura e lavagem ser efectuada não só pela Junta, mas também pela CML. Esta limpeza mais intensa deveria ser estendida ao Cais-do-Sodré, dada a nova realidade de diversão nocturna que aqui emergiu.

Há outro ponto que é comum a todas as freguesias e que penso deveria gerar alguma reflexão. Um dos compromissos da transferência de trabalhadores da CML para as Juntas é estes manterem os seus direitos, tais como o acesso a refeitórios e creches da CML. Penso que estes direitos deveriam ser alargados aos actuais trabalhadores das Juntas, por forma a não se criarem desigualdades entre funcionários do mesmo mapa de pessoal. A meu ver, se temos que acautelar a motivação de quem vai da CML para as Juntas, também temos que acautelar a motivação de quem já está nas Juntas.

Obrigada.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Madeira

No dia 26 de Dezembro de 2013 às 14:45, Cristina Ventura <cristina.ventura@cm-lisboa.pt> escreveu:

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^o(^a)s Senhores(as)

Presidentes de Juntas de Freguesia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____
ENT. 93 /SG/DAOSM/GAAM/ 14
DATA 03/01/2014
1908

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura

Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa

SG

DAOSM

GAAM – Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Av.ª de Roma nº 14 P. 2º 1000-265 Lisboa

T. geral (+351) 218 170 401

www.cm-lisboa.pt cristina.ventura@cm-lisboa.pt

PATRIMÓNIO DA
HUMANIDADE

FADO

HERITAGE OF
HUMANITY

Cristina Ventura

De: Pedro Cegonho <Pedro.Cegonho@jf-campodeourique.pt>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 12:33
Para: Cristina Maximiano
Cc: Pedro Moraes; Ana Veneno; Ana Fernandes; Eneida Lima; Cidalia Marques; pedro.cegouho@gmail.com
Assunto: FW: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa
Anexos: Parecer sobre a declaração de estruturante do Mercado de Campo de Ourique.docx
Importância: Alta

Exmo. Senhor Presidente da 5ª Comissão Permanente da Descentralização e Obras Municipais
Dr. Miguel Coelho,

De acordo com o solicitado, junto o parecer solicitado à Junta de Freguesia de Campo de Ourique,

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Cegonho

Parecer sobre a proposta nº 915/2013 sobre declaração dos equipamentos de natureza estruturante da cidade

1. Mercado de Campo de Ourique

A Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro, na alínea q) do seu artigo 12.º, sob a epígrafe “Competências próprias das juntas de freguesia”, estatui que as juntas de freguesia do concelho de Lisboa passam a ter a seguinte competência própria “Assegurar a gestão e manutenção corrente de feiras e mercados”.

Na Proposta nº 915/2013 o Mercado de Campo de Ourique, é declarado estrutural para a Cidade com a seguinte fundamentação: “Concessão da nave central e necessidade de gestor único dos diferentes contratos.”; Ora, se concordamos com a constatação de que a concessão é única na cidade, e com a necessidade da existência de uma única entidade gestora do contrato de concessão, entendemos que a Junta de Freguesia possui as condições e a capacidade para assegurar a gestão e a manutenção do Mercado de Campo de Ourique, ou seja ser a entidade única para a gestão dos contratos associados à referida concessão ou ao Mercado.

Assim, em face dos recursos humanos e financeiros previstos na Lei n.º 56/2012 de 8 de Novembro, que transitam para a Junta de Freguesia, e em face das naturais receitas previsíveis do equipamento, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique encontra-se disponível para assumir a execução das suas competências legais na sua plenitude, encontrando-se também reunidas as condições e capacidades para assumir todos os direitos e obrigações previstas no contrato de concessão outorgado pela Câmara Municipal de Lisboa.

2. Piscina Municipal de Campo de Ourique

Relativamente, à Piscina Municipal de Campo de Ourique, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, considera tratar-se de um equipamento não estruturante para a cidade mas, entende que considerando o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município de Lisboa e o Ginásio Clube Português, em 21 de março de 2009, e renovado através de aditamento a 9 de Fevereiro de 2014,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc.

ENT 79/SG/DAOSM/GAAM/14

DATA 07/01/2014

1928

enquadra-se no ponto 4. do título E, sob a epígrafe “Disposições Finais”, da Proposta nº. 915, que estatui o seguinte: “Os espaços, vias e equipamentos não identificados como estruturantes na presente deliberação que estejam onerados por contratos de concessão, revestem natureza estruturante, mantendo-se sob a gestão do município, independentemente da respectiva cessação, atendendo à necessidade de gestão contratual planificada e centralizada numa única entidade.”

Tendo, no entanto, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, disponibilidade para rever a presente situação do equipamento, mediante a junta compensação pelos ónus e encargos assumidos pelo Município, no quadro do referido Contrato-Programa.

Lisboa, 7 de Janeiro de 2014

O Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique,
Pedro Cegonho

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Cristina Ventura** <cristina.ventura@cm-lisboa.pt>

Data: 20 de dezembro de 2013 21:35

Assunto: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

Para: Ajuda <geral@jf-ajuda.pt>, "Ajuda - D.M. José Videira" <jfajuda@iol.pt>, "Ajuda - D.M. José Videira" <jfajuda@netcabo.pt>, Alcântara <secretaria@jf-alcantara.pt>, "Alcântara - D.M. Davide Amado" <davide.amado@jf-alcantara.pt>, "Alvalade - D.M. André Caldas" <andremcaldas@gmail.com>, "Areeiro - D.M. Fernando Braamcamp" <sitrol@gmail.com>, "Arroios - D.M. Margarida Martins" <margaridamartins.arroios@gmail.com>, "Avenidas Novas - D.M. Daniel Silva" <danielgoncalves@gmail.com>, "Beato - D.M. Hugo Pereira" <hugo.xambre.pereira@sapo.pt>, "Belém - D.M. Fernando Ribeiro Rosa" <fernando.rosa@jf-belem.pt>, "Benfica - D.M. Inês Drummond" <ines.drummond@netcabo.pt>, "Benfica - D.M. Inês Drummond" <presidente@jf-benfica.pt>, "Campo de Ourique - D.M. Pedro Cegonho" <pedro.cegouho@gmail.com>, "Campolide - D.M. André Couto" <andre.couto@jf-campolide.pt>, "Campolide - D.M. André Couto" <andre.couto@netcabo.pt>, Carnide - Fábio de Sousa <fabio.sousa@jf-carnide.pt>, Estrela - Luis Newton Parreira <luis.p.newton@gmail.com>, "Lumiar - D.M. Pedro Alves" <pdelgadoalves@gmail.com>, "Marvila - D.M. Belarmino Silva" <belarmino@jf-marvila.pt>, "Misericórdia - D.M. Carla Madeira" <carla.c.madeira@gmail.com>, "Olivais - D.M. Rute de Jesus" <rute.lima@jfsmo.pt>, "Olivais - D.M. Rute de Jesus" <rutesoflima@gmail.com>, "Parque das Nações - D.M. José Moreno" <jose.mr.moreno@gmail.com>, Penha de França <presidente@jf-penhafranca.pt>, "Penha de França - D.M. Maria Elisa Madureira de Carvalho" <geral@jf-penhafranca.pt>, "S. Domingos de Benfica - D.M. José Alves" <jcardoso.alves@gmail.com>, "S. Domingos de Benfica" <presidente@jf-sdomingosbenfica.pt>, Santa Clara <jfreguesantaclaralx@gmail.com>, "Santa Clara - D.M. Maria da Graça Resende Pinto Ferreira" <graca.pinto.ferreira@gmail.com>, Santa Maria Maior <presidente@jfsantamariamaior.pt>, "Santa Maria Maior - D.M. Artur Miguel Coelho" <mcoelho@ps.parlamento.pt>, Santo António <filipamendes@jfsantoantonio.pt>, "Santo António - D.M. Vasco Morgado" <vascomorgado@jfsantoantonio.pt>, "São Vicente - D.M. Natalina Moura" <natalina.moura.jfsaovicente@gmail.com>
Cc: pedro.morais@cm-lisboa.pt, sofia.meneses@cm-lisboa.pt, ana.freire.fernandes@cm-lisboa.pt, eneida.lima@cm-lisboa.pt, cidalia.marques@cm-lisboa.pt

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^o(a)s Senhores(as)

Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5^a Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5^a Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura

Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa

SG

Cristina Ventura

De: Fabio Sousa <fabio.sousa@jf-carnide.pt>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 22:19
Para: mcoelho@ps.parlamento.pt
Cc: Cristina Maximiano; rdd38111@mail.telepac.pt
Assunto: RE: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa
Anexos: Parecer JFC.pdf

Caríssimo Presidente Miguel Coelho,

Envio em anexo o parecer da Junta de Freguesia de Carnide referente ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia conforme solicitado.

Muito obrigado!!!

Continuo à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia
Fábio Sousa

www.jf-carnide.pt
21 712 13 30

De: Cristina Ventura [mailto:cristina.ventura@cm-lisboa.pt]
Enviada: quinta-feira, 26 de Dezembro de 2013 14:46
Para: Ajuda; Ajuda - D.M. José Videira; Ajuda - D.M. José Videira; Alcântara; Alcântara - D.M. Davide Amado; Alvalade - D.M. André Caldas; Areeiro - D.M. Fernando Braamcamp; Arroios - D.M. Margarida Martins; Avenidas Novas - D.M. Daniel Silva; Beato - D.M. Hugo Pereira; Belém - D.M. Fernando Ribeiro Rosa; Benfica - D.M. Inês Drummond; Benfica - D.M. Inês Drummond; Campo de Ourique - D.M. Pedro Cegonho; Campolide - D.M. André Couto; Campolide - D.M. André Couto; Carnide - Fábio de Sousa; Estrela - Luis Newton Parreira; Lumiar - D.M. Pedro Alves; Marvila - D.M. Belarmino Silva; Misericórdia - D.M. Carla Madeira; Olivais - D.M. Rute de Jesus; Olivais - D.M. Rute de Jesus; Parque das Nações - D.M. José Moreno; Penha de França; Penha de França - D.M. Maria Elisa Madureira de Carvalho; S. Domingos de Benfica - D.M. José Alves; S. Domingos de Benfica; Santa Clara; Santa Clara - D.M. Maria da Graça Resende Pinto Ferreira; Santa Maria Maior; Santa Maria Maior - D.M. Artur Miguel Coelho; Santo António; Santo António - D.M. Vasco Morgado; São Vicente - D.M. Natalina Moura
Cc: pedro.morais@cm-lisboa.pt; sofia.meneses@cm-lisboa.pt; ana.freire.fernandes@cm-lisboa.pt; eneida.lima@cm-lisboa.pt; cidalia.marques@cm-lisboa.pt
Assunto: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^{as} Senhores(as)
Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA
PROC. _____
ENT 92/SG/DAOSM/GAAM/ K
DATA 08/01/2014
1008

Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura
Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa

SG

DAOSM

GAAM - Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Av.ª de Roma n.º 14 P. 2.º 1000-265 Lisboa

T. geral (+351) 218 170 401

www.cm-lisboa.pt cristina.ventura@cm-lisboa.pt

PATRIMÓNIO DA
HUMANIDADE

FADO

HERITAGE OF
HUMANITY



Junta de Freguesia

PARECER

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E MEIOS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DE LISBOA

No âmbito da 5.ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, onde tem lugar uma análise ao processo de transferência de competências e meios do Município de Lisboa para as 24 Freguesias, emite-se o parecer que abaixo se apresenta e que envolveu uma discussão cuidada e pormenorizada por parte dos eleitos locais e dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Carnide.

O processo de transferência de competências e meios para as Freguesias é complexo e requer um envolvimento e uma auscultação real dos verdadeiros intervenientes: trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia da cidade.

A Junta de Freguesia de Carnide esteve **APENAS** presente em duas reuniões promovidas pela Câmara Municipal. Ambos os encontros foram pouco esclarecedores e manifestamente insuficientes para as várias dúvidas e questões inerentes a um processo com esta dimensão e impacto na Cidade.

Quando se refere que nenhum dos *"Presidentes das Juntas de Freguesia"* recusou qualquer competência ou equipamento, *"bem pelo contrário"* solicitaram *"mais este ou aquele espaço verde"* afirmamos que estas declarações não correspondem à verdade dos factos.

Até ao momento à Junta de Freguesia de Carnide não chegou qualquer documento concreto com áreas, número de trabalhadores ou equipamentos a transferir. Apenas foram veiculadas informações de forma oral.

Nas reuniões com os eleitos da Freguesia de Carnide foi de imediato manifestada total discordância com algumas áreas ou equipamentos a transferir.



Junta de Freguesia

Eis apenas 4 exemplos:

- **Pavimentos da zona antiga do Bº. Padre Cruz**, dado o seu estado de degradação e por estar a ser alvo de um processo de requalificação! A vereadora Graça Fonseca ficou de analisar a proposta mas até hoje nada foi comunicado à Junta de Freguesia (1 mês depois!);

- **Espaços verdes dos 2 bairros municipais** (Bº. Padre Cruz e Horta Nova) até agora sob gestão da GEBALIS. E na reunião a senhora vereadora foi clara: essas áreas continuavam sob a responsabilidade da GEBALIS. Mas não é isso que vem referido na proposta!

- **Complexo Desportivo do Bº. Padre Cruz** (Campo de Jogos do Unidos). Explicámos as razões e foi-nos dito que não passaria para a gestão da Junta de Freguesia ficando a ser gerido pela Câmara Municipal de Lisboa. Na proposta apresentada irá também este complexo desportivo para a gestão da Junta de Freguesia.

- **Biblioteca Municipal Natália Correia**. Durante a reunião a Sr.ª Vereadora Graça Fonseca afirmou que era o único equipamento na área da cultura em toda a cidade que tinha para transferir para uma Freguesia. E nesta área os eleitos da freguesia de Carnide também foram muito claros mostrando objecção contra esta transferência! Ao que foi dito que *“eventualmente seria um erro dos serviços”*. E até hoje a Junta de Freguesia não recebeu qualquer comunicação a este respeito por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

Até hoje a Câmara Municipal de Lisboa ainda não apresentou um quadro com o número de trabalhadores, categorias, funções, remunerações, etc. a propor para transferir para a Junta de Freguesia de Carnide.

Apesar da Câmara Municipal nada comunicar até hoje à Junta de Freguesia de Carnide, no dia 15 de Dezembro, ao tomarmos conhecimento das propostas através dos vereadores do PCP, os eleitos da Freguesia de Carnide enviaram e-mail à Sr.ª vereadora Graça Fonseca a solicitar esclarecimentos sobre estas matérias e erros verificados. Este e-mail foi reforçado a 17 de



Dezembro de 2013 e a 3 de Janeiro de 2014 mas infelizmente até ao momento não foi dada qualquer resposta, nem corrigidos os erros nas propostas.

É bom recordar que quando foi solicitado parecer à ANAFRE sobre a “Lei de Lisboa” esta associação não deu o seu parecer favorável e apresentou muitas reservas sobre a mesma!

A ANAFRE nunca defendeu a transferência de, por exemplo, Bibliotecas Municipais ou do pessoal não docente dos Jardins de Infância. A ANAFRE defende algumas das áreas inscritas na proposta como os espaços verdes mas nunca defendeu a amplitude de transferências inscritas nestas propostas.

Importa ainda referir que no que se refere a recursos financeiros, não é clara a atribuição de valores atribuir a cada uma das 24 freguesias da Cidade. Nunca foram apresentados os mapas que justificam as verbas a transferir para cada uma das Juntas de Freguesia. Quais foram os critérios? Porque é que há Juntas de Freguesia a receber quase 5 milhões e outras pouco mais de 1 milhão? Onde estão os cálculos e o que foi tido em conta nesses cálculos? Todas as áreas a transferir estavam nesses cálculos como por exemplo os custos com as Bibliotecas? Onde estão esses estudos?

Em conclusão a Junta de Freguesia de Carnide delibera chamar a atenção para:

- A falta de envolvimento dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, entre outros intervenientes onde se incluem os Sindicatos, na discussão séria e empenhada na reorganização administrativa da cidade de Lisboa;
- A falta de critérios objectivos na atribuição dos recursos financeiros às 24 freguesias da Cidade de Lisboa;
- O não desmantelamento da Rede de Bibliotecas Municipais.

O Presidente da Junta

Fábio Sousa



Parecer da Junta de Freguesia do Lumiar relativo às propostas n.ºs 915/2013 e n.º 916/2013 apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa à Assembleia Municipal de Lisboa, requerido pela 5.ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais

A) Proposta n.º 916/2013 – Definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências às juntas de freguesia ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro

No que respeita à definição de critérios para proceder à transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município para o das Freguesias, em execução do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, registamos uma concordância global com os termos expostos na proposta de deliberação n.º 916/2013, sob apreciação.

A proposta realiza os dois desideratos principais que se lhe impõem, o de acautelar a execução da reforma administrativa no plano da transição do pessoal necessário ao desempenho das novas competências, e o de assegurar a preservação dos direitos de todos os trabalhadores a transitar para a esfera das Freguesias, elencando de forma detalhada e rigorosa o quadro das situações laborais a preservar.

Por seu turno, os critérios apontados apresentam-se equilibrados, distinguindo as situações de transição *in totum* dos recursos humanos associados a um determinado equipamento que transita para a esfera da freguesia, dos casos em que se tornará necessário proceder a um procedimento de identificação do pessoal a transferir, através da fixação de critérios objetivos e negociados com as estruturas sindicais, e assentes, em primeiro lugar, na manifestação de vontade dos trabalhadores.



B) Proposta n.º 915/2013 – Elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Apreciação geral

A proposta n.º 915/2013 procede a uma exaustiva e detalhada identificação das missões e equipamentos estruturantes para a cidade de Lisboa, em linha com a lógica que presidiu à reforma administrativa do concelho e atendendo, na generalidade, às fórmulas de identificação das competências a transferir, bem como dos recursos financeiros associados a essa transferência. Nesse sentido, vem ao encontro dos trabalhos preparatórios realizados em conjunto entre município e freguesias, podendo agora, na fase final da fixação dos instrumentos jurídicos necessários à implementação a reforma, ser aperfeiçoada e corrigida.

Note-se, contudo, a título preliminar, a decisiva importância de um outro instrumento (ou, melhor dito, de 24 outros instrumentos) na concretização da reforma, que consiste no auto de transferência de competências e recursos. Em vários pontos da presente análise aludiremos à necessidade de expressa previsão nessa sede de ambas as componentes da identificação das missões futuras de município e de freguesias – elencando o que fica em cada uma das esferas a título de transição de competências (para as Freguesias) e a título de missão/equipamento estruturante (para o município).

Para além da posterior análise detalhada das opções com maior incidência na Freguesia do Lumiar e daquelas que, embora transversais e comuns a outras freguesias, também merecem referência, sublinhe-se ainda, a título genérico e introdutório, a plena concordância com a opção tomada em sede de definição de áreas em que, por arrastamento provocado pela sua inserção num espaço definido como estruturante, se deve proceder à gestão global por uma só entidade, solução essa que se traduz em vários pontos da proposta, a saber, aqueles relativos a:

- Manter e conservar pavimentos pedonais existentes em equipamentos ou espaços consideradas estruturantes;



- Conservar e reparar a sinalização horizontal e vertical, quando em equipamentos, espaços ou vias consideradas estruturantes;
- Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano no espaço público existente em equipamentos ou espaços considerados estruturantes;
- Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes, quando situados em equipamentos, espaços ou vias consideradas estruturantes.
- Criar, construir, gerir e manter parques infantis públicos, quando situados em espaços ou equipamentos considerados estruturantes,
- Criar, construir, gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos, quando situados em espaços ou equipamentos considerados estruturantes,
- Conservar e promover a reparação de chafarizes, fontanários, fontes e lagos quando situados em espaços ou equipamentos considerados estruturantes.

Retomaremos este ponto, da unidade da gestão, que nos parece ser um princípio enformador da presente proposta e que se pode revelar particularmente útil para proceder a uma definição mais detalhada de alguns pontos da proposta sob análise.

1.2. Dimensão orçamental

Subjacente ao exercício de definição das missões e equipamentos estruturantes encontra-se igualmente, enquanto pressuposto intransponível, a sua dimensão orçamental, em que importa assegurar a neutralidade plena da operação de transferência de competências (de resto, uma exigência da própria Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro) e a sustentabilidade financeira das Freguesias, atenta a sua nova estrutura de receitas e os pressupostos do cálculo das verbas a alocar a cada Freguesia. Nesse sentido, o universo relevante a ter em conta para aferir, ao longo do ano de 2014 e da execução gradual da reforma administrativa é aquele que resulta da combinação dos seguintes elementos:

- Transferências do Orçamento do Estado no quadro do Fundo de Financiamento das Freguesias;
- Transferências do Orçamento do Estado resultantes da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- Participação na receita do IMI urbano (1%) e rural (100%), nos termos da nova Lei das Finanças Locais;
- Receitas provenientes da gestão de equipamentos a transferir (ou já sob a gestão da Freguesia);



- Receitas provenientes dos licenciamentos que passam a ser da sua competência (bem como daqueles que residualmente já o eram)
- Resultado de protocolos de delegação de competências que subsistam ou venham a ser celebrados *ex novo*;
- Outras taxas administrativas.

Não sendo, apesar de tudo, esta a sede para uma análise detalhada destes elementos, é bem patente como a futura saúde financeira de cada freguesia se encontra indissociavelmente ligada à execução rigorosa da reforma administrativa, seja pelo lado da receita nova (direta ou resultante do exercício das competências), seja pelo lado das despesas novas associadas às novas missões. Consequentemente, esta observação e preocupação deve igualmente guiar a forma de concretização final da reforma da cidade.

2. ANÁLISE NA ESPECIALIDADE

Procederemos, de seguida, a uma análise dos mais relevantes aspetos de especialidade do projeto, procurando identificar em anexo, no final, aqueles que têm imediata tradução na atualização dos subanexos da proposta n.º 915/2013.

2.1. Limpeza (Ponto A.I. da proposta)

Assentando a definição das áreas cuja limpeza será assegurada pelo município na definição de quais as áreas estruturantes da cidade, é em relação a cada um dos pontos da proposta que procedem a esse exercício que se encontram a maior parte das observações.

No entanto, antecipa-se nesta sede a preocupação com a necessidade de assegurar que a fixação dos eixos viários estruturantes e dos espaços verdes estruturantes que lhes estão por vezes diretamente associados assenta num critério uniforme, de forma a assegurar o princípio, patente em toda a proposta, de gestão uniforme dos espaços estruturantes.

Por outro lado, importa acompanhar de perto os efeitos da fixação do Posto de Limpeza de Telheiras como estruturante (plenamente justificada face às estruturas viárias naquela zona da cidade que se mantêm na esfera municipal) quanto ao impacto que pode ter na gestão da limpeza da Freguesia do Lumiar, que apenas passa a dispor de um único posto para dar cobertura a todo o território da (extensa) Freguesia do Lumiar e em relação à qual há anos se colocava em cima da mesa a necessidade de um terceiro posto.



Nesse sentido, importa assegurar a necessidade de garantir condições de trabalho para todo o pessoal que ficará afeto ao posto único do Lumiar e manter em aberto a possibilidade, já identificada no passado de abrir o caminho à edificação de novas instalações, no quadro da execução do Plano de Urbanização da Alta de Lisboa.

2.2. Pavimentos pedonais (Ponto A.II. da proposta)

Merecem acolhimento integral os critérios fixados no ponto relativo aos pavimentos pedonais, recomendando-se apenas que o respetivo subanexo, no seu ponto 2 (*Desenhos em calçada artística pontualmente dispersos pela cidade*), que apenas procede a um elenco exemplificativo, expressamente aluda à necessidade de serem integralmente detalhados em sede de autos de transferência de competências quais as áreas a acrescer aquela listagem.

2.3. Mobiliário urbano (Ponto A.III. da proposta)

Merecem também acolhimento integral os critérios fixados no ponto relativo ao mobiliário urbano, recomendando-se apenas que mais uma vez em sede de autos de transferência de competências se proceda à identificação de todos os contratos de concessão de publicidade exterior que possam determinar a manutenção da competência na esfera municipal.

2.4. Licenças (Ponto A.V. da proposta)

No que respeita às competências em sede de licenciamentos para ocupação da via pública, algumas das formulações constantes da proposta n.º 915 apresentam-se formulados de forma excessivamente ampla, mormente face à necessidade de assegurar uma gestão de proximidade de atividades com impacto eminentemente relevante no território da Freguesia. Enquadram-se nesta consideração os seguintes 4 casos, que, da nossa perspetiva, deveriam ser objeto de revisão nos termos seguidamente propostos:

- a) Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública associadas a venda ambulante ou comércio não sedentário.

Assentando a fundamentação da sua definição como estruturantes na sua "transversalidade a várias freguesias, em função da sua potencial rotatividade e



itinerância", verifica-se, contudo, que a referida transversalidade não se verifica em muitos casos e que, sem prejuízo de uma uniformização dos critérios de licenciamento à escala da cidade ser desejável, a colocação de todos os licenciamentos no plano municipal se afigura desnecessário para alcançar esse fim.

Sugere-se, pois, ou a supressão desta previsão ou a determinação que se consideram estruturantes apenas as permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública associadas a venda ambulante ou comércio não sedentário quando as mesmas se revelem transversais a várias freguesias, em função da sua natureza itinerante.

- b) Permissões administrativas associadas a filmagens e sessões fotográficas em vias, espaços ou equipamentos municipais, (independentemente da respetiva gestão pelas freguesias).

Sem prejuízo da transversalidade de uma política de fomento à atividade cinematográfica e audiovisual à escala municipal, os procedimentos relativos a utilização de espaços e equipamentos geridos pelas Freguesias (em particular os equipamentos culturais, cuja necessidade de coordenação eficiente da respetiva programação dificilmente se compadece com uma gestão por várias entidades) desaconselha a definição destes casos como estruturantes, admitindo-se eventualmente que a mesma se possa apenas justificar em relação às vias e espaços públicos.

- c) Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública, licenças para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de caráter temporário e as licenças para realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, desde que associadas ao desenvolvimento de atividade ou à realização de eventos organizados ou coorganizados pelo município de Lisboa.

A referida alínea afigura-se ajustada ao fim de assegurar uma gestão integrada dos meios municipais envolvidos neste tipo de atividades, devendo apenas acautelar-se que a função de coorganização deve ficar excecionada quando não se revista de caráter principal por não ser a Câmara Municipal a entidade promotora, mas sim a Junta de Freguesia. Nestes casos, em que a entidade promotora/organizadora principal seja a Freguesia deve a competência ficar na sua esfera.



- d) Permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública, licenças para recintos improvisados, licenças de atividades ruidosas de caráter temporário e as licenças para realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, desde que associadas ao desenvolvimento de atividades ou à realização de iniciativas e eventos relativamente aos quais se verifique pelo menos uma das seguintes condições: a) Relevância ao nível da cidade, nomeadamente por ocuparem território de mais de uma freguesia; b) Grande dimensão (número de frequentadores em permanência no local superior a 1000); c) Notoriedade (impacto nacional ou internacional).

Nestes casos, afigura-se útil uma precisão maior na definição das condições de intervenção municipal. De facto, o critério da notoriedade afigura-se excessivamente aberto e fluído para oferecer segurança na determinação da competência para o procedimento (tendo em especial atenção que a determinação da notoriedade, em muitos casos, só se poderá aferir *a posteriori* ou no quadro de atividades com alguma tradição), pelo que se sugere a sua densificação.

O critério do número de frequentadores deve igualmente poder ser objeto de flexibilização, atentas as características do evento, uma vez que a natureza da atividade pode influenciar significativamente a apreciação da escala adequada para se proceder ao licenciamento da mesma.

2.5. Espaços verdes (Ponto B.I. da proposta)

No que concerne à transferência de competência relativas aos espaços verdes, havendo globalmente uma posição favorável à respetiva identificação, salvo os aspetos ressalvados *infra*, sublinha-se a vantagem em fazer acompanhar a definição dos espaços verdes estruturantes para a cidade com a definição dos eixos viários estruturantes, permitindo intervenções realizadas sob a égide de uma mesma autarquia (município ou freguesia), de forma integrada, na linha do princípio da gestão única subjacente à proposta. Trata-se, porém, de matéria com maior incidência em sede de definição dos eixos viários estruturantes e não nesta sede, uma vez que, em traços largos, a fixação dos espaços verdes associados a eixos viários se encontra assegurada (a inversa é que não sendo necessariamente o caso), não se justificando uma modificação da proposta no único caso em que assim não se verifica (o da Avenida das Nações Unidas, em Telheiras).



Por outro lado, encontrando-se ainda em curso o procedimento de extinção da EPUL, importa ter presente a necessidade de acautelar eventuais consequências deste procedimento no elenco dos espaços verdes de manutenção pública e a sua passagem ou não para a gestão das Freguesias, pelo que uma referência que o acautele na presente proposta poderá afigurar-se positiva. Trata-se de matéria com particular relevo no quadro de algumas áreas da cidade (no caso da Freguesia do Lumiar com especial incidência no bairro de Telheiras).

O único ponto no elenco de espaços verdes estruturantes que merece uma observação é o que respeita ao Jardim da Quinta de Nossa Senhora da Paz, junto à Estrada do Paço do Lumiar, que apenas surge referido como estruturante no quadro da gestão e manutenção até à conclusão das respetivas obras nas suas áreas envolventes, não integrando o Subanexo C. Não se questionando o fundamento para aquela classificação neste momento, parece-nos contudo que é já possível assumir a mesma com caráter definitivo, atenta a sua natureza e características da envolvente, e a inclusão não no ponto B.I, mas antes no referido Subanexo C (onde já constam as estruturas hortícolas anexas ao parque e o viveiro municipal, igualmente confinante com aquele espaço).

No subanexo deve igualmente retificar-se a alusão ao Eixo Central, que não se circunscreve ao ponto de intersecção com a Avenida Santos e Castro, devendo constar a referência ao próprio Eixo Central na identificação do arruamento.

Finalmente, igualmente se afigura relevante a determinação posterior, em sede de autos de transferência de competências, de todas as áreas a transferir, com expressa identificação dos metros quadrados de área, perfil dos espaços e obrigações contratuais nas quais as Freguesias eventualmente poderão vir a suceder ao município.

2.6. Vias de natureza estruturante (Ponto C da proposta)

No que concerne à Freguesia do Lumiar, a definição das vias estruturantes já constante da proposta n.º 915 afigura-se adequada à caracterização daqueles eixos como estruturantes. No entanto, atenta lógica já referida *supra* quanto à utilidade na gestão integrada por uma única entidade dos eixos viários e dos espaços verdes que se encontram implantados junto a estes, sugere-se o aditamento do Eixo Central do Alto do Lumiar ao elenco do Subanexo D, tendo presente o elenco de áreas verdes a permanecer na esfera de gestão municipal, constantes do Subanexo C, na qual se encontra previsto aquele espaço.



2.7. Mercados (Ponto D.IV da Proposta)

Quanto ao ponto relativo aos mercados apenas se aponta a necessidade de uma formulação mais precisa para o respetivo ponto 6, que determina que carácter estruturante de *“todos os espaços situados dentro ou no perímetro dos mercados, desde que estejam concessionados ou sejam utilizados ao abrigo de protocolos com associações ou coletividades”*, uma vez que poderá assentar numa redação que abarca mais do que o espírito subjacente à proposta, podendo abarcar todo e qualquer espaço que não se reconduza à atividade direta do mercado (pequenos estabelecimentos de restauração, cafetaria ou outras lojas). Complementar ou alternativamente deve proceder-se à identificação nos autos de transferência dos espaços abrangidos.

2.8. Equipamentos culturais (Ponto D.VII da Proposta)

Atenta a salvaguarda da Rede Municipal de Bibliotecas, que continuarão a ser geridas no âmbito do Programa Estratégico Biblioteca XXI, nomeadamente para efeitos de política de catalogação, gestão do acervo bibliográfico e empréstimos intrabibliotecários, bem como o critério encontrado para a manutenção das “bibliotecas-âncora” na esfera municipal, merece acolhimento a proposta formulada.

No caso da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, cujo auditório passará para a esfera da Freguesia, importará apenas em sede de elaboração do auto de transferência de competências, equipamentos e recursos articular a fórmula de gestão do edificado no qual se encontram instaladas os dois equipamentos (biblioteca e auditório).

Já no que concerne à Biblioteca Maria Keil importa ponderar a forma de articular o seu papel no quadro da rede de bibliotecas, atento o seu carácter especializado no público infante-juvenil, o que poderá implicar uma utilização que extravasa o âmbito geográfico da Freguesia do Lumiar.

2.9. Equipamentos desportivos (Ponto D.VIII. da Proposta)

Quanto aos equipamentos desportivos localizados na Freguesia do Lumiar e definidos como estruturantes, a proposta apresentada à Assembleia Municipal merece a nossa integral concordância, uma vez que o referido Complexo Desportivo do Alto do Lumiar se enquadra rigorosamente no conceito de instalações desportivas que extravasam a abrangência territorial da freguesia. De facto, encontram-se presentemente sedeados dois clubes desportivos nas referidas instalações (um dos quais associado à Freguesia



de Santa Clara e o outro à do Lumiar), sendo o complexo utilizado por praticantes de vários pontos da cidade (presentemente, o território de intervenção do referido equipamento abrange todo o concelho de Lisboa).

2.10. Restantes aspetos

Quanto aos restantes aspetos constantes da proposta n.º 915/2013, merecem acolhimento integral e não carecem de observações os pontos da proposta relativos à sinalização horizontal e vertical (A.IV), habitação (A.VI), feiras (B.II), parques infantis públicos (D.I), balneários, lavadouros e sanitários (D.II), chafarizes, fontanários, fontes e lagos (D.III), equipamentos escolares e pré-escolares (D.V), equipamentos sociais (D.VI).

3. Questões transversais finais

Na linha de outros elementos referidos ao longo da presente exposição que também aí devem ser elencados, importa igualmente que os autos de transferência de competências procedam à identificação dos espaços, vias e equipamentos que se sejam considerados estruturantes por estarem onerados por contratos de concessão, conforme resulta do ponto E.4 da proposta n.º 915/2013.

Por outro lado, embora o local adequado possa não ser a presente deliberação, apesar de esta aludir à matéria no seu ponto E.10, importará averiguar das consequências no plano contraordenacional da determinação de novas competências próprias das Juntas de Freguesia, nomeadamente no que concerne à transferência ou não das mesmas para as Freguesias,



Quadro 1

Espaços verdes constantes do subanexo C da proposta n.º 915/2013 com sugestões de alteração inseridas a negrito

ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	RUA ANTÓNIO LIVRAMENTO - JUNTO À GALP	RUA ANTÓNIO LIVRAMENTO
ÁREA EXPECTANTE CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	ESTRADA DO DESVIO/CALÇADA DO POÇO	ESTRADA DO DESVIO
EQUIPAMENTO MUNICIPAL (CEMITÉRIO)	CEMITÉRIO DO LUMIAR	AZINHAGA DAS LAGES
PARQUE URBANO CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	PARQUE QUINTA DAS CONCHAS E DOS LILASES	ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES
Parque Hortícola de Telheiras	Rua Prof. Francisco Gentil	
HORTAS E EQUIPAMENTO MUNICIPAL (VIVEIRO) (CORREDOR VERDE PERIFÉRICO)	HORTAS DA QUINTA DA PAZ E VIVEIRO DE SÃO CRISTÓVÃO	
CORREDOR VERDE PERIFÉRICO	QUINTA DA PAZ	ESTRADA DO PAÇO DO LUMIAR / AL. MAHATMA GANDHI
ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	AVENIDA PADRE CRUZ	AVENIDA PADRE CRUZ
ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	EIXO CENTRAL DO ALTO DO LUMIAR	AVENIDA SANTOS E CASTRO E EIXO CENTRAL
ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	CALÇADA DE CARRICHE	CALÇADA DE CARRICHE
ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	2.ª CIRCULAR	VÁRIAS
ENQUADRAMENTO DE VIA DE 1.º NÍVEL	EIXO NORTE/SUL	EIXO NORTE-SUL

Quadro 2

Eixos viários constantes do subanexo D da proposta n.º 915/2013 com sugestões de alteração inseridas a negrito

Avenida das Nações Unidas (antiga Rua E da Urbanização da Quinta de Sto. António)
Avenida Padre Cruz
Avenida Santos e Castro
Calçada de Carriche
Eixo Norte/Sul
Avenida General Norton de Matos (2.ª Circular)
Eixo Central do Alto do Lumiar

Cristina Ventura

De: Pedro Delgado Alves <pdelgadoalves@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 8 de Janeiro de 2014 03:13
Para: Cristina Maximiano
Assunto: Re: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa
Anexos: Parecer Lumiar (915-916).docx

Cara Cristina Ventura,
Remeto em anexo, o parecer da Junta de Freguesia do Lumiar sobre a matéria, pedindo desculpa pelo atraso e pela remessa já ligeiramente fora de prazo.
Com os melhores cumprimentos,
Pedro Delgado Alves

2014/1/7 Pedro Delgado Alves <pdelgadoalves@gmail.com>
Cara Cristina Ventura,
Procederei ainda hoje à remessa do documento solicitado, apesar de algumas dificuldades no acesso ao email possam atrasar o envio para depois das 20 horas.

Com os melhores cumprimentos,
Pedro Delgado Alves
Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar

2013/12/26 Cristina Ventura <cristina.ventura@cm-lisboa.pt>

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^o(^{as}) Senhores(as)

Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____ / _____
ENT 91 / SG/DAOSM/GAAM/ 14
DATA 08/01/2014
Mos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura

Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa

SG

DAOSM

G.A.A.M. – Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Av. de Roma nº 14 P. 2º 1006-205 Lisboa

T. geral **(+351) 218.170.401**

www.cm-lisboa.pt · cristina.ventura@cm-lisboa.pt

PATRIMÓNIO da
HUMANIDADE

FADO

HERITAGE of
HUMANITY



Cristina Ventura

De: André Couto <andre.couto@jf-campolide.pt>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 23:50
Para: Miguel Coelho; Cristina Maximiano
Cc: geral@jf-campolide.pt JFC
Assunto: Re: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

Exmo. Sr. Presidente da 5.ª Comissão Permanente
da Assembleia Municipal de Lisboa
D.M. Miguel Coelho,

No seguimento do e-mail infra, vem a Junta de Freguesia de Campolide pronunciar-se quanto à Transferências de Competências para as Juntas de Freguesia, no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa.

Após um breve debate interno é nosso entendimento não estarmos perante dados e informação suficientes que nos permitam a elaboração de um parecer rigoroso como esta questão exige. Em abono da verdade falta-nos quase toda a informação financeira e de recursos humanos, por um lado, sendo que, por outro, toda a questão dos licenciamentos permanece indefinida. Do conhecimento destas informações depende todo e qualquer exercício que queiramos fazer nesta matéria. Um parecer nesse campo seria mera astrologia feita por leigos desconhecedores dessa ciência. Não irei, por outro lado, tomar o Vosso tempo com considerações banais feitas noutras sedes, e que espelham o entendimento da generalidade dos intervenientes.

Limitamo-nos, por isso, a louvar a esta iniciativa e a destacar a sua importância para o futuro da Cidade de Lisboa. Não obstante não nos debruçarmos sobre pontos específicos, pela citada carência de dados, temos a plena convicção que esta Reforma assumirá um cariz histórico. O reforço dos meios das Juntas de Freguesia, a disponibilização de elementos que permitirão reforçar o exercício do poder de proximidade era o caminho que urgia percorrer e, nesse campo, o nosso entendimento é absolutamente favorável a esta Reforma, contando que todos os intervenientes usem de seriedade e boa fé na fase da sua concretização.

Estou à disposição do Sr. Presidente para qualquer esclarecimento que tenha por pertinente.

Com os melhores cumprimentos,
André Nunes de Almeida Couto
Presidente da Junta de Freguesia de Campolide
Rua de Campolide, 24B
1070-036 Lisboa
213 884 607 - 914 607 206
andre.couto@jf-campolide.pt - www.jf-campolide.pt
[facebook.com/andrecouto](https://www.facebook.com/andrecouto)

Iniciar a mensagem reencaminhada:

De: Eneida Lima <eneida.lima@cm-lisboa.pt>
Data: 3 de Janeiro de 2014 às 16:15:25 WET
Para: <catarina.esteves@jf-campolide.pt>
Cc: <ana.freire.fernandes@cm-lisboa.pt>, cidália.marques@cm-lisboa.pt
Assunto: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

Junto reencaminho o mail, conforme solicitado.

Proc. _____ /
ENT 90/SG/DAOSM/GAAM/ 14
DATA 03/01/2014
Mps

Comprimentos,

<image001.gif>

Eneida Lima
Assistente Técnica

DAQSM
GAAM - Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
Av. da Roma n.º 14 B, 2.º - 1000-263 Lisboa
T. (+351) 218 170 410
www.cm-lisboa.pt eneida.lima@cm-lisboa.pt

<image003.jpg>

De: Cristina Maximiano [<mailto:cristina.ventura@cm-lisboa.pt>]

Enviada: quinta-feira, 26 de Dezembro de 2013 14:46

Para: Ajuda; Ajuda - D.M. José Videira; Ajuda - D.M. José Videira; Alcântara; Alcântara - D.M. Davide Amado; Alvalade - D.M. André Caldas; Areeiro - D.M. Fernando Braamcamp; Arroios - D.M. Margarida Martins; Avenidas Novas - D.M. Daniel Silva; Beato - D.M. Hugo Pereira; Belém - D.M. Fernando Ribeiro Rosa; Benfica - D.M. Inês Drummond; Benfica - D.M. Inês Drummond; Campo de Ourique - D.M. Pedro Cegonho; Campolide - D.M. André Couto; Campolide - D.M. André Couto; Carnide - Fábio de Sousa; Estrela - Luis Newton Parreira; Lumiar - D.M. Pedro Alves; Marvila - D.M. Belarmino Silva; Misericórdia - D.M. Carla Madeira; Olivais - D.M. Rute de Jesus; Olivais - D.M. Rute de Jesus; Parque das Nações - D.M. José Moreno; Penha de França; Penha de França -D.M. Maria Elisa Madureira de Carvalho; S. Domingos de Benfica - D.M. José Alves; S.Domingos de Benfica; Santa Clara; Santa Clara - D.M. Maria da Graça Resende Pinto Ferreira; Presidente - Santa Maria Maior; Santa Maria Maior - D.M. Artur Miguel Coelho; Santo António; Santo António - D.M. Vasco Morgado; São Vicente - D.M. Natalina Moura

Cc: Pedro Morais; Ana Veneno; Ana Fernandes; Eneida Lima; Cidalia Marques

Assunto: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^{as}(^{as})s Senhores(as)
Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas

de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho

<image001.gif>

Cristina Ventura
Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa
SGJ
DAOSM
GAAM - Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
Av. de Roma n.º 14 P. 2.º 1000-265 Lisboa
T. geral (+351) 218 176 401
www.cm-lisboa.pt cristina.ventura@cm-lisboa.pt

<image002.jpg>

<P 916.docx>

<P 915 SUBANEXO E - PLANTA Eixos 3.pdf>

<P 915 SUBANEXO E - PLANTA Eixos 1.pdf>

<P 915 SUBANEXO E - PLANTA Eixos 2.pdf>

<P 915 .docx>

<Ata Minuta Digitalizada.pdf>

Cristina Ventura

De: Junta de Freguesia de Alvalade <geral@jf-alvalade.pt>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 12:33
Para: Cristina Maximiano
Assunto: Parecer relativo às propostas 915/2013 e 916/2013
Anexos: doc02009720140107104520.pdf

Exma. Senhora,

Incumbe-me o Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, Dr. André Caldas, de lhe remeter o parecer anexo, o qual muito agradecemos fosse remetido ao Exmo. Senhor Presidente da 5ª Comissão.

Com os melhores cumprimentos
A Coordenadora
Madalena Viana

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT 29/SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 08/01/2014

1203

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

Exmo. Senhor Presidente da 5.ª Comissão de
Descentralização e Obras Municipais da AML
Prof. Doutor Miguel Coelho:

Em resposta ao pedido de V. Exa. para emissão de nosso parecer relativamente às propostas 915/2013 e 916/2013, em análise na Comissão a que V. Exa. preside, cumpre apreciar, em síntese orientada para o que de mais essencial se nos oferece considerar, o seguinte:

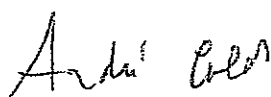
- a) A proposta é globalmente adequada ao cumprimento dos propósitos de reorganização administrativa da cidade que o legislador apontou através da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- b) No caso da freguesia de Alvalade, a identificação dos espaços, vias e equipamentos estruturantes para a cidade é feita em conformidade com as expectativas da junta de freguesia, salvo no que concerne à calçada policromática da Rua Lopes de Mendonça, a qual em virtude da sua relevância estética e exclusividade deveria ser considerada calçada artística;
- c) A transição de recursos humanos, uma vez asseguradas as competentes garantias aos trabalhadores, deve ser feita de forma expedita, com vista a que os recursos humanos providos da Câmara Municipal de Lisboa participem na conclusão do processo de agregação das freguesias, atualmente em curso em alguns casos;
- d) A transição de meios e competências, embora possa ser feita por fases, não devem tais fases ser sequenciadas aleatoriamente, uma vez que antes de proceder à transição de um equipamento de maiores dimensões, com um conjunto mais alargado de funcionários alocados, é de fundamental importância que os técnicos de apoio à administração (v. g. juristas ou

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

técnicos da área financeira) já estejam instalados e a exercer funções, para que o funcionamento da junta de freguesia não fique paralisado e incapaz de dar cumprimento a aspetos básicos de gestão corrente (v. g. processamento de vencimentos).

O exposto é tudo quanto nos oferece ser de parecer.

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'André Caldas', written in a cursive style.

(André Caldas)

Cristina Ventura

De: Ines Drummond <inesdrummond@jf-benfica.pt>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 18:55
Para: Cristina Maximiano
Cc: Miguel Coelho; Sofia Dias (rdd38111@mail.telepac.pt)
Assunto: Processo de transferência de competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da reforma administrativa da cidade de Lisboa
Anexos: Parecer Reforma Administrativa 5ª Comissão.docx

Caro Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e obras Municipais,

Venho por este meio remeter o Parecer solicitado pela 5ª Comissão Permanente da AML sobre o processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia de Lisboa.
Estando necessariamente à disposição da 5ª Comissão para qualquer esclarecimento adicional, apresento os meus melhores cumprimentos,

Inês Drummond | Presidente


BENfICA
Junta · Freguesia

Av. GOMES PEREIRA nº 17 1549-019 Lisboa
Tel: 21/ 125 000 Fax 21/ 125 006
www.jf-benfica.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 88 /SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 08/01/2014

1028



**Parecer sobre o processo de transferência de competências
para as Juntas de Freguesia de Lisboa
no âmbito da reforma administrativa de Lisboa**

O presente parecer é elaborado na sequência da publicação e entrada em vigor da Lei n. 56/2012, de 8 de novembro, cujo objeto se prende com a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, através da definição de um novo mapa da cidade que procedeu a uma profunda alteração territorial das freguesias da cidade; através da atribuição legal de novas competências próprias e no enquadramento das transferências dos recursos financeiros e humanos indispensáveis para a assunção da responsabilidade pelas novas competências das Juntas de Freguesia de Lisboa.

Não obstante as dificuldades próprias de um processo tão complexo como aquele que tem por objeto a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, reiteramos o nosso total apoio ao projeto subjacente à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atentas as consequências positivas para a cidade e todos os seus munícipes.

Trata-se de um projeto complexo, ainda que num só movimento, como é referido pela CML, cujo sucesso depende em larga medida da capacidade e disponibilidade de todas as partes envolvidas, nomeadamente, dos trabalhadores das Juntas de Freguesia e da CML, que hão de ser capazes de construir um novo modelo de cidade, projetando Lisboa para o futuro.

O caminho será necessariamente árduo e não isento de dificuldades, mas a determinação com que acreditamos neste processo, bem como em todas as partes envolvidas, permitir-nos-á, nos próximos anos, levar a efeito uma reforma histórica que será o orgulho de quem nela tiver uma participação ativa.



I- Proposta n.º 915/2013 – Elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões.

Com respeito a esta proposta elaborada na sequência da aprovação da já referida Lei n. 56/2012, de 8 de novembro, a Junta de Freguesia de Benfica, entende fazer as seguintes observações e comentários:

1. No que concerne às missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade:
 - 1.1. Nos termos da proposta apresentada, no seu ponto III – mobiliário urbano, seria importante que fosse ponderado o papel mais interventivo das Juntas de Freguesia no âmbito dos contratos de concessão de publicidade exterior, nomeadamente no que se refere a uma participação das verbas associadas a este tipo de contratos e no que respeita à concessão de espaços para divulgação e promoção das suas Freguesias.

O que atrás fica dito não prejudica o nosso entendimento de que deve ser a CML a definir, em relação a toda a cidade, os princípios, as regras e os procedimentos a adotar pelas Juntas de Freguesia na celebração de tais contratos por forma a garantir a uniformização e a observância dos critérios eleitos pela CML com referência à cidade.
 - 1.2. Considerando o teor da proposta, no seu ponto V – licenças, é importante esclarecer que as Juntas de Freguesia, nos termos da Lei nº 56/2012, de 8 de novembro, têm competências próprias para emitir permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública e respetivas licenças com respeito às diversas situações referidas nos números 2, 4 e 5, sem prejuízo de missões de interesse geral e comum, que como tal sejam classificadas pela CML, de acordo com a sua transversalidade, relevância, grande dimensão e notoriedade. Porém, neste caso, será importante clarificar e precisar os conceitos, uma vez que existem atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia que têm impacto na cidade e mobilizam muito mais de 1000 cidadãos mas que nem por isso deixam de ser

iniciativas locais com grande tradição e cujo licenciamento deve manter-se na esfera da Junta de Freguesia.

Quer isto dizer que as competências próprias das Juntas de Freguesia em matéria de licenciamento devem ser a regra, tal como resulta da Lei, e aquelas outras da CML em razão da gestão direta pela Câmara de espaços, vias ou equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução de missões de interesse geral comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, a exceção, sob pena de se colocar em causa o espírito da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro.

Por outro lado, consideramos importante que, neste último caso, as Juntas de Freguesia sejam consultadas previamente em relação à emissão de todas as permissões administrativas de utilização/ocupação de via pública e respetivas licenças no âmbito de tais missões de interesse geral e comum, e não apenas às referidas nos pontos 2, 4 e 5.

Acresce referir que, deve ser mais aclarada a questão da atribuição às Juntas de Freguesia dos meios e instrumentos necessários para que estas possam proceder à emissão de pareceres legais ou regularmente exigidos, atualmente da competência dos serviços municipais.

No que respeita aos recursos informáticos referidos no número 9 das disposições finais deverá ser concretizado se estes são colocados à disposição das Juntas de Freguesia sem quaisquer custos adicionais para estas.

Por último, é de referir que no âmbito do número 10 das disposições finais, deve ser garantido que as Juntas de Freguesia têm todos os poderes inerentes à função fiscalizadora que decorre do exercício das competências próprias previstas no artigo 12º da Lei 56/2012, de 8 de novembro.

2. Espaços de natureza estruturante:

No que concerne aos espaços verdes deve ser explicitado que a manutenção das árvores em caldeira se mantém estruturante para a cidade, tendo em atenção não apenas os custos inerentes à sua manutenção, mas também a necessidade de garantir os meios mecânicos para tal.



Também em matéria de espaços verdes será importante clarificar que os espaços expectantes, que por via da sua dimensão ou especificidade envolvam a necessidade de contratação exterior à CML, se mantêm na esfera da CML.

3. Vias de natureza estruturante

No que respeita às vias de natureza estruturante e tendo em consideração a fundamentação utilizada e os critérios que lhe estão subjacentes entendemos que deve ser considerada via de natureza estruturante para efeitos de exercício das competências no âmbito da rede viária e sinalética a Rua Carolina Michaelis de Vasconcelos abrangida pela área da Junta de Freguesia de Benfica.

Esta via reúne as condições e os critérios definidos pela CML para ser considerada uma via de natureza estruturante tendo em conta o impacto da mesma com respeito à distribuição do trânsito que é efetuado nesta zona da cidade.

Devem também ser consideradas como vias estruturantes a rotunda do Pina Manique, a Estrada da Circunvalação, a Estrada das Oliveiras de Baixo, a Av. Tenente Martins e a Travessa Francisco Resende atento o facto de contribuírem para a rede de distribuição de tráfego e a sua integração no Parque Florestal de Monsanto.

4. Equipamentos de natureza estruturante

Tendo em consideração os custos decorrentes da conservação e reparação dos equipamentos, nomeadamente dos equipamentos desportivos, das escolas do 1º ciclo e pré-escolar, creches, jardins-de infância e centros de apoio à 3ª idade, bem como dos edifícios dos mercados, é nosso entendimento que tal competência para ser cabalmente exercida pelas Juntas de Freguesia dependerá da transferência de meios financeiros excepcionais por parte da CML. Com efeito, considerando a antiguidade dos equipamentos em causa, bem como do seu estado de conservação, as Juntas de Freguesia não terão recursos financeiros para fazer face a intervenções de natureza estrutural, as quais apenas poderão ser realizadas com a disponibilização pela CML às Juntas de Freguesia dos recursos financeiros adequados.



As Juntas de Freguesia, com os meios que têm à sua disposição, apenas estarão em condições de proceder à mera conservação e reparação correntes que não impliquem intervenções de natureza estrutural.

II- Proposta n. 916/2013 – Definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal que acompanham a atribuição das novas competências às Juntas de Freguesia ao abrigo da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro.

Tendo em consideração o teor da proposta n.º 916/2013, a Junta de Freguesia de Benfica entende que a proposta apresentada merece a concordância da Junta de Freguesia de Benfica, ainda que com as precisões/observações que se passam a referir:

Com respeito à transição dos trabalhadores da CML para a Junta de Freguesia de Benfica importa precisar que os trabalhadores que farão parte da lista nominativa de transição que será notificada por escrito às Juntas de Freguesia para efeitos de audição prévia deverá ser acompanhada expressamente da totalidade das fichas de cada trabalhador, por forma a que as Juntas de Freguesia possam decidir à cerca da transição relativa a cada trabalhador.

No que respeita aos direitos e garantias dos trabalhadores, nomeadamente o direito de regressar à CML, importa alargar o seu âmbito aos casos de trabalhadores que venham a reunir condições de integração em regimes legais de requalificação, seja qual for o quadro legislativo que lhe esteja subjacente.

No que concerne ao ponto II, nomeadamente no seu número 4, onde se elencam os direitos adquiridos dos trabalhadores que transitam para as Juntas, e considerando os custos inerentes aos serviços que são hoje prestados pela CML, seria importante salvaguardar a possibilidade das Juntas de Freguesia poderem encontrar soluções alternativas, desde que garantindo a qualidade dos serviços atualmente prestados, nomeadamente, em matéria de medicina no trabalho, higiene e segurança, ou formação.

De salientar que em ordem à manutenção do equilíbrio entre os trabalhadores das Juntas de Freguesia (que à partida não têm acesso à estes serviços) e os



trabalhadores da CML a transferir, seria importante consagrar a possibilidade dos trabalhadores pertencentes atualmente aos quadros das Juntas, atento o princípio da reciprocidade e igualdade, poderem vir a beneficiar dos mesmos benefícios junto do município.

Acresce que, não colocando em causa a importância da salvaguarda dos direitos e garantias no âmbito do processo de transição, deverão ser cuidadosamente avaliados os custos inerentes aos mesmos a par do número de trabalhadores envolvidos no processo de transição, por forma a manter o equilíbrio e a boa gestão orçamental, não comprometendo a capacidade das Juntas de Freguesia para fazer face aos seus compromissos com os trabalhadores e o exercício das suas atuais e das novas competências.

Propõe-se também a inclusão na proposta em análise a obrigação da CML assumir as transferências de verbas para as Juntas relativamente a quaisquer eventuais rescisões por mútuo acordo de cessação dos contratos de trabalho, ou outras, nos termos de programas que venham a ser aprovados/propostos pelo Governo, proporcionalmente ao número de anos de trabalho em que trabalhador esteve ao serviço da CML.

Finalmente, importa ainda que fique claro que, com respeito aos eventuais créditos salariais vencidos até à data da transferência, os mesmos serão assumidos pela CML, independentemente dos trabalhadores os terem ou não reclamado à data da transferência.

III- Considerações Finais

A Junta de Freguesia de Benfica, com respeito ao processo de transferência de competências e meios da CML para as Juntas de Freguesia, renova no presente documento, a necessidade de serem prestados alguns esclarecimentos e de serem atendidas as questões que para o efeito foram apresentados à CML, que não estando devidamente esclarecidas, poderão empobrecer este processo, que se pretende e se quer concretizado no seu sentido histórico em favor da cidade e dos munícipes, estando certos que, com estes modestos contributos, todo este processo terá inevitavelmente adotado as melhores decisões no âmbito do processo em curso.



Face ao exposto, terminamos, como iniciamos, referindo que não sendo este um caminho fácil, pois será inevitavelmente árduo e não isento de dificuldades, mas a determinação com que acreditamos neste processo, bem como em todas as partes envolvidas, permitir-nos-á, nos próximos anos, levar a efeito uma reforma histórica para a cidade de Lisboa; modernizando-a e adequando a sua estrutura de funcionamento às novas exigências de uma capital que se quer competitiva, inovadora, solidária e próxima dos cidadãos.

Lisboa, 7 de janeiro de 2014

A Presidente,

Inês Drummond

Cristina Ventura

De: Luís Newton <luis.p.newton@gmail.com>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 17:26
Para: Cristina Maximiano
Assunto: Re: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

Exmos. Senhores,

Na sequência do solicitado sou a enviar as seguintes reflexões:

A Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa é um momento determinante para o futuro da cidade e do País.

Sobre a Reforma Administrativa importa realçar que:

- As transferências de competências têm como objetivo agilizar e tornar mais eficaz a intervenção territorial autárquica, donde se releva a importância da devida capacitação das Juntas de Freguesia para essa intervenção;
- Os mecanismos estabelecidos para transferência devem conciliar essa capacitação com a própria sustentabilidade da gestão autárquica permitindo, inclusivamente, que em algumas áreas a Junta de Freguesia possa associar a sua estrutura ligeira para complementar algumas insuficiências que existiam na própria autarquia. Isto implica capacidade para assumir os custos estruturais dessas transferências (manutenção de recursos humanos, manutenção de equipamentos e manutenção de infraestruturas) bem como manter uma margem para investir no que estiver em falta (aqui recorda-se que é a própria CML a informar que não dispõe dos equipamentos e dos recursos humanos suficientes para transferir para todas as Juntas);
- Com esse objetivo foram definidos recursos a serem transferidos (humanos e financeiros), porém não existe uma relação discriminada da construção desses recursos (i.e. como foram calculados os valores a serem transferidos?);
- Como se pretende que, sem incorrer em qualquer infração da legislação laboral ou da equidade de funcionários na função pública, as Juntas de Freguesia possam assegurar vencimentos de trabalhadores que resultam do acumulado de complementos ao vencimento base que não têm justificação nas novas funções?
- Que infraestruturas passam para a Junta? Como é feita a gestão de infraestruturas partilhadas por recursos humanos da Junta e da CML? Que espaços são cedidos pela CML para que a Junta possa agregar serviços e assim gerir de forma mais eficaz esses ativos?
- A CML deverá assegurar a transferência de verbas relativas à comparticipação dos pagamentos relativos à manutenção do acesso dos trabalhadores aos SSCML, aos refeitórios, à creche e outros semelhantes conforme disposto no compromisso assinado pela CML e os representantes dos trabalhadores a 3 de Junho de 2013

No âmbito da ação da Junta de Freguesia da Estrela importa realçar que estamos, de uma forma geral, prontos para receber as competências porém apreensivos com algumas insuficiências, donde destacamos:

- 1) Inexistência de uma Sede para a Freguesia, obrigando a que os serviços se mantenham separados, desagregados e com enorme potencial para gerar entropias operacionais;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT. 27 / SG/DAOSM/GAAM/ 1/

DATA 08/01/2014

new

2) Falta de informação sobre os valores que serão transferidos: a verba relativa à transferência do OE e relativo às novas competências; a verba relativa à percentagem de IMI que será transferido para a Freguesia; a verba relativa à denominada "participação da Junta nas Receitas da CML" também designada como FFF da CML;

3) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da higiene urbana?

4) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área do licenciamento comercial e licenciamento do espaço público?

5) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da ação social?

6) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da educação (nomeadamente relativa à manutenção do parque escolar)?

7) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da cultura (nomeadamente na gestão de equipamentos culturais).

8) Da leitura do Orçamento da CML verificamos a existência de uma verba significativa para novos protocolos de delegação de competências. Em que áreas? Quando nos podemos candidatar?

Sem mais assunto e com os meus melhores Cumprimentos,

Luís Newton

No dia 20 de Dezembro de 2013 às 21:35, Cristina Ventura <cristina.ventura@cm-lisboa.pt> escreveu:

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^o(^a)s Senhores(as)

Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura

Assistente Técnica

Camara Municipal de Lisboa

SG

DAOSM

GAAM – Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Av.ª de Roma nº 14 P. 2º : 1000-265 Lisboa

T. geral (+351) 218 170 401

www.cm-lisboa.pt : cristina.ventura@cm-lisboa.pt

PATRIMÓNIO DA
HUMANIDADE

FADO

HERITAGE OF
HUMANITY



Luís Newton



Freguesia de Santa Maria Maior

CONCELHO DE LISBOA

Exm^o. Senhor

Presidente da 5^a. Comissão de
Descentralização e Obras

Assembleia Municipal de Lisboa

Av^a. de Roma, 14-P – 2^o

Ofício nº. 01/GP/2014

Lisboa 06/01/2014

Exm^o. Senhor

Na sequência do pedido do parecer solicitado e tendo em vista a respectiva apreciação pela Assembleia Municipal de Lisboa e relativa à definição concreta das designadas “missões de interesse geral e comum” bem como à identificação e delimitação dos espaços, vias e equipamentos classificados como “estruturantes” (EVENE), entende a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior não poder conformar-se com alguns aspetos concretos da referida proposta que em seguida se detalham e pelos motivos que se aduzem.

Na verdade é desde logo necessário constatar que nos termos do “Desenho nº 2” que integra o “Subanexo E” da referida Proposta, é classificada como “estruturante” uma parte muito significativa desta Freguesia e em especial todos os seus espaços de maior dimensão e representatividade – com todas as consequências daí decorrentes.

Assim e em especial:

1. Não pode a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior conformar-se com a necessidade de submeter obrigatoriamente a parecer prévio e vinculativo do Senhor Presidente da Câmara a autorização para a realização de quaisquer

eventos – aparentemente mesmo que organizados pela própria Junta – nos referidos EVENE, pois que tal obrigatoriedade muito condicionará a possibilidade do cumprimento das suas atribuições institucionais em matéria de promoção e animação cultural e social.

2. A manter-se tal obrigatoriedade e sendo certo que a mesma deveria no mínimo excepcionar os eventos promovidos e ou organizados diretamente pela Junta, entende-se que a delimitação dos EVENE constantes da Proposta em apreço deverá excluir a Praça da Figueira, deixando assim este espaço sob gestão direta da Freguesia passando a constituir o único espaço com dimensão e dignidade significativa existente no seu território com tal estatuto.
3. Atendendo às características próprias do seu tecido urbano e social, também não podemos conformar-nos com a reserva genérica de competência atribuída ao Município em matéria de licenciamento da utilização/ocupação da via pública associadas à venda ambulante ou comércio não sedentário. Com efeito e tendo presente a própria fundamentação da medida constante da Proposta, se é admissível que seja a Câmara a emitir as licenças correspondentes quando estão em causa atividades transversais a diversas freguesias, nas situações em que tal transversalidade se não verifique – e que são frequentes nesta Freguesia – entende-se ser esta uma competência própria da respetiva Junta, nomeadamente em face do disposto na alínea g) do artº 12º da Lei nº 56/2012 de 8 de novembro.
4. Idênticas considerações valem para o licenciamento de filmagens e sessões fotográficas no território da Freguesia sempre que não estejam em causa nem o fomento da atividade cinematográfica e audiovisual nem a promoção internacional da cidade mas apenas e tão somente o normal exercício de tais atividades no âmbito do tecido económico da Freguesia.
5. Verdadeiramente inaceitável é o facto de se determinar no nº 5 da Proposta em apreço que a permissão para a ocupação da via pública com eventos frequentados em permanência por mais de mil pessoas (alínea b) do referido nº 5) é da exclusiva competência da Câmara. Independentemente da dificuldade em se prever o cumprimento de tal condição, esta disposição impediria a Junta de organizar eventos frequentados por mais de mil

fregueses sem se munir previamente da autorização dos serviços municipais competentes. Na verdade, a própria fundamentação invocada para esta medida assenta apenas na "relevância ao nível da cidade" e no "impacto nacional ou internacional", argumentos que de modo nenhum procedem, por exemplo, num arraial popular organizado no âmbito da Freguesia e frequentado por mais de mil pessoas.

6. Num outro plano, importaria assegurar a implementação de mecanismos de coordenação e articulação dos serviços municipais responsáveis quer pelo licenciamento quer pela promoção e organização de eventos com as juntas de freguesia em cujo território decorrerão tais atividades de modo a evitar situações de descoordenação e eventualmente até de multiplicação de eventos para um mesmo local, em especial tratando-se de locais não classificados como "estruturantes".

Convictos da razão que nos assiste e da razoabilidade das posições supra expostas, resta-nos solicitar a alteração da Proposta nº 915/2013 de modo a acomodar as sugestões formuladas.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

(Miguel Coelho)

Ana Freire Fernandes

De: presidente <presidente@jf-avenidasnovas.pt>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 18:42
Para: Eneida Lima; Ana Fernandes
Assunto: Contributo Avenidas Novas 5a Comissão

Exmo. Senhor
Presidente da 5ª Comissão,

Sendo que é importante que se dê cumprimento às garantias dadas publicamente pelo Senhor Presidente António Costa, aos funcionários da CML, que no âmbito da Lei 56/2012 de 8 de Novembro devem ser transferidos para as Juntas de Freguesia, vimos por este meio solicitar a V. Exa. que incluam no parecer da 5ª Comissão a solicitação urgente do esclarecimento das seguintes matérias:

No âmbito do acesso, atualmente garantido aos funcionários da CML, aos Serviços de Medicina do Trabalho, Serviços Social, á rede de Refeitórios, á rede de unidades de Educação e aos serviços de Higiene e Segurança no Trabalho, garante a CML e o atual executivo, que os funcionários que transitam para as juntas de freguesia manterão estes direitos nos mesmos termos que hoje têm?

Sendo que afeto a estes direitos existem custos da CML por funcionário, quando do acesso aos serviços acima expostos por parte dos funcionários que transitam para as freguesias, e uma vez que a lei 56/2012 de 8 de Novembro, nunca refere os custos nem descrimina os mesmo, afetando-os a centros de custos claros, garante a CML e o atual executivo que manterá a comparticipação financeira da CML, relativamente aos serviços em causa?

Agradecemos desde já que o pedido de esclarecimento das matérias em causa seja incluído no parecer, podendo assim, conforme solicitado pelo Presidente da 5ª Comissão, Dr. Miguel Coelho, ter o contributo do executivo da freguesia que presido.

O esclarecimento destas duvidas prende-se com a necessidade urgente de poder esclarecer os fregueses da freguesia de Avenidas Novas e principalmente de defender os seus interesses, bem como o dos nossos, atuais e futuros, funcionários.

Atentamente,

Daniel Gonçalves

Cristina Ventura

De: Presidente - AML <presidente@am-lisboa.pt>
Enviado: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 18:14
Para: rpfigueiredo@ps.parlamento.pt; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp;
drago.ana@gmail.com; tcorreia@cds.parlamento.pt; claudia.osverdes@gmail.com;
afarruda@sapo.pt; migueldacostasantos@gmail.com; jose.mr.moreno@gmail.com;
msg@sapo.pt; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com
Cc: Cidalia Marques; Cristina Maximiano; Cristina Martinho; Maria Lino; Ana Veneno;
Pedro Morais
Assunto: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24
freguesias de Lisboa
Anexos: Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa.pdf
Importância: Alta

Exmos. (as) Senhores(as)
Representantes dos Grupos Municipais
Secretários da Mesa da AML

Junto envio para conhecimento e aprovação, o memorando referente ao assunto em epigrafe e que foi discutido na última conferência de representantes na sequência da proposta de constituição de uma Comissão Eventual apresentada pelo PSD.

Solicito a vossa validação ou eventual proposta de alteração, com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos

Helena Roseta

De: Luís Newton <luis.p.newton@gmail.com>
Enviado: terça-feira, 7 de Janeiro de 2014 17:26
Para: Cristina Maximiano
Assunto: Re: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa

Exmos. Senhores,

Na sequência do solicitado sou a enviar as seguintes reflexões:

A Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa é um momento determinante para o futuro da cidade e do País.

Sobre a Reforma Administrativa importa realçar que:

- As transferências de competências têm como objetivo agilizar e tornar mais eficaz a intervenção territorial autárquica, donde se releva a importância da devida capacitação das Juntas de Freguesia para essa intervenção;
- Os mecanismos estabelecidos para transferência devem conciliar essa capacitação com a própria sustentabilidade da gestão autárquica permitindo, inclusivamente, que em algumas áreas a Junta de Freguesia possa associar a sua estrutura ligeira para complementar algumas insuficiências que existiam na própria autarquia. Isto implica capacidade para assumir os custos estruturais dessas transferências (manutenção de recursos humanos, manutenção de equipamentos e manutenção de infraestruturas) bem como manter uma margem para investir no que estiver em falta (aqui recorda-se que é a própria CML a informar que não dispõe dos equipamentos e dos recursos humanos suficientes para transferir para todas as Juntas);
- Com esse objetivo foram definidos recursos a serem transferidos (humanos e financeiros), porém não existe uma relação discriminada da construção desses recursos (i.e. como foram calculados os valores a serem transferidos?);
- Como se pretende que, sem incorrer em qualquer infração da legislação laboral ou da equidade de funcionários na função pública, as Juntas de Freguesia possam assegurar vencimentos de trabalhadores que resultam do acumulado de complementos ao vencimento base que não têm justificação nas novas funções?
- Que infraestruturas passam para a Junta? Como é feita a gestão de infraestruturas partilhadas por recursos humanos da Junta e da CML? Que espaços são cedidos pela CML para que a Junta possa agregar serviços e assim gerir de forma mais eficaz esses ativos?
- A CML deverá assegurar a transferência de verbas relativas à comparticipação dos pagamentos relativos à manutenção do acesso dos trabalhadores aos SSCML, aos refeitórios, à creche e outros semelhantes conforme disposto no compromisso assinado pela CML e os representantes dos trabalhadores a 3 de Junho de 2013

No âmbito da ação da Junta de Freguesia da Estrela importa realçar que estamos, de uma forma geral, prontos para receber as competências porém apreensivos com algumas insuficiências, donde destacamos:

- 1) Inexistência de uma Sede para a Freguesia, obrigando a que os serviços se mantenham separados, desagregados e com enorme potencial para gerar entropias operacionais;

- 2) Falta de informação sobre os valores que serão transferidos: a verba relativa à transferência do OE e relativo às novas competências; a verba relativa à percentagem de IMI que será transferido para a Freguesia; a verba relativa à denominada "participação da Junta nas Receitas da CML" também designada como FFF da CML;
- 3) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da higiene urbana?
- 4) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área do licenciamento comercial e licenciamento do espaço público?
- 5) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da ação social?
- 6) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da educação (nomeadamente relativa à manutenção do parque escolar)?
- 7) Que equipamentos, meios, infraestruturas e recursos humanos resultam da transferência de competências na área da cultura (nomeadamente na gestão de equipamentos culturais).
- 8) Da leitura do Orçamento da CML verificamos a existência de uma verba significativa para novos protocolos de delegação de competências. Em que áreas? Quando nos podemos candidatar?

Sem mais assunto e com os meus melhores Cumprimentos,

Luís Newton

No dia 20 de Dezembro de 2013 às 21:35, Cristina Ventura <cristina.ventura@cm-lisboa.pt> escreveu:

ASSUNTO: Processo de Transferência de Competências para as 24 Juntas de Freguesia no âmbito da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa

Exm^o(a)s Senhores(as)

Presidentes de Juntas de Freguesia

Estando em curso no âmbito da 5ª Comissão a análise ao processo de transferência de competências e meios da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, venho solicitar-lhe, se entender necessário, o seu Parecer sobre o mesmo, que me deverá fazer chegar, por e-mail ou outro documento escrito até ao próximo dia 7 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da 5ª Comissão Permanente
de Descentralização e Obras Municipais

Miguel Coelho



Cristina Ventura

Assistente Técnica

Câmara Municipal de Lisboa

SG

DAOSM

GAAM – Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Av.ª de Roma n.º 14 P. 2.º ; 1000-265 Lisboa

T. geral (+351) 218 170 401

www.cm-lisboa.pt ; cristina.ventura@cm-lisboa.pt

PATRIMÓNIO da
HUMANIDADE

| FADO |

HERITAGE of
HUMANITY



--
Luís Newton

Cristina Ventura

De: Miguel Santos <migueldacostasantos@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 21:43
Para: 'Presidente - AML'; rpfigueiredo@ps.parlamento.pt; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp; drago.ana@gmail.com; tcorreia@cds.parlamento.pt; claudia.osverdes@gmail.com; afarruda@sapo.pt; jose.mr.moreno@gmail.com; msg@sapo.pt; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com
Cc: Cidalia Marques; Cristina Maximiano; Cristina Martinho; Maria Lino; Ana Veneno; Pedro Morais
Assunto: RE: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa

Exma. Sra. Presidente,

O PAN confirma e aprova o teor do memorando.

Com os melhores cumprimentos,

Miguel Santos

De: Presidente - AML [<mailto:presidente@am-lisboa.pt>]
Enviada: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 18:14
Para: rpfigueiredo@ps.parlamento.pt; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp@cm-lisboa.pt; drago.ana@gmail.com; tcorreia@cds.parlamento.pt; claudia.osverdes@gmail.com; afarruda@sapo.pt; migueldacostasantos@gmail.com; jose.mr.moreno@gmail.com; msg@sapo.pt; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com
Cc: cidalia.marques@cm-lisboa.pt; cristina.ventura@cm-lisboa.pt; cristina.martinho@cm-lisboa.pt; maria.lino@cm-lisboa.pt; sofia.meneses@cm-lisboa.pt; pedro.morais@cm-lisboa.pt
Assunto: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa
Importância: Alta

Exmos. (as) Senhores(as)
Representantes dos Grupos Municipais
Secretários da Mesa da AML

Junto envio para conhecimento e aprovação, o memorando referente ao assunto em epigrafe e que foi discutido na última conferência de representantes na sequência da proposta de constituição de uma Comissão Eventual apresentada pelo PSD.

Solicito a vossa validação ou eventual proposta de alteração, com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos

Helena Roseta

Cristina Ventura

De: José Moreno <jose.mr.moreno@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 21:00
Para: Presidente - AML
Cc: Rui Paulo Figueiredo; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp; drago.ana@gmail.com; tcorreia@cds.parlamento.pt; claudia.osverdes@gmail.com; afarruda@sapo.pt; migueldacostasantos@gmail.com; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com; Cidalia Marques; Cristina Maximiano; Miguel Graça; Cristina Martinho; Maria Lino; Ana Veneno; Pedro Morais
Assunto: Re: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa
Importância: Alta

Ex.ma Senhora Presidente,

O Grupo Municipal do PNPN, valida o memorando, por corresponder ao acordado na Reunião de de 17 de dezembro.

Os meus melhores cumprimentos

José Moreno

On Dec 18, 2013, at 20:38, Miguel Graça <miguel.graca@cm-lisboa.pt> wrote:

Os Deputados Municipais concordam com o proposto e validam o texto

Com os melhores cumprimentos,

Miguel Graça
Deputado Municipal Independente
Assembleia Municipal de Lisboa
miguel.graca@cm-lisboa.pt
Av. Roma, 14-P - 1000-265 Lisboa
Tlf: 218 170 401 / Tlm: 91 291 68 41
www.am-lisboa.pt

<Untitled.png>

On 18 Dec 2013, at 18:14, Presidente - AML <presidente@am-lisboa.pt> wrote:

Exmos. (as) Senhores(as)
Representantes dos Grupos Municipais
Secretários da Mesa da AML

Junto envio para conhecimento e aprovação, o memorando referente ao assunto em epigrafe e que foi discutido na última conferência de representantes na sequência da proposta de constituição de uma Comissão Eventual apresentada pelo PSD.
Solicito a vossa validação ou eventual proposta de alteração, com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos

Helena Roseta

<Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa.pdf>

Cristina Ventura

De: Miguel Graça <miguel.graca@cm-lisboa.pt>
Enviado: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 20:38
Para: Presidente - AML
Cc: Rui Paulo Figueiredo; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp; drago.ana@gmail.com; tcorreia@cds.parlamento.pt; claudia.osverdes@gmail.com; afarruda@sapo.pt; migueldacostasantos@gmail.com; jose.mr.moreno@gmail.com; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com; Cidalia Marques; Cristina Maximiano; Cristina Martinho; Maria Lino; Ana Veneno; Pedro Morais
Assunto: Re: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa
Importância: Alta

Os Deputados Municipais concordam com o proposto e validam o texto

Com os melhores cumprimentos,

Miguel Graça

Deputado Municipal Independente
Assembleia Municipal de Lisboa
miguel.graca@cm-lisboa.pt
Av. Roma, 14-P - 1000-265 Lisboa
Tlf: 218 170 401 / Tlm: 91 291 68 41
www.am-lisboa.pt



On 18 Dec 2013, at 18:14, Presidente - AML <presidente@am-lisboa.pt> wrote:

Exmos. (as) Senhores(as)
Representantes dos Grupos Municipais
Secretários da Mesa da AML

Junto envio para conhecimento e aprovação, o memorando referente ao assunto em epigrafe e que foi discutido na última conferência de representantes na sequência da proposta de constituição de uma Comissão Eventual apresentada pelo PSD.

Solicito a vossa validação ou eventual proposta de alteração, com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos

Helena Roseta

Cristina Ventura

De: Rui Paulo Figueiredo <rpfigueiredo@ps.parlamento.pt>
Enviado: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 18:31
Para: Presidente - AML; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp; drago.ana@gmail.com; Telmo Correia; claudia.osverdes@gmail.com; afarruda@sapo.pt; migueldacostasantos@gmail.com; jose.mr.moreno@gmail.com; msg@sapo.pt; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com
Cc: Cidália Marques; Cristina Maximiano; Cristina Martinho; Maria Lino; Ana Veneno; Pedro Morais
Assunto: RE: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa

Toda a validação do memorando que corresponde ao debatido e acordado.

Rui Paulo Figueiredo



Deputado
Presidente do Conselho Fiscal
Coordenador da Comissão de Economia e Obras Públicas
Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Palácio de São Bento
1249 – 068 Lisboa
Extensão : 13223
Telefone : +351 21 391 73 23
E-mail : rpfigueiredo@ps.parlamento.pt

De: Presidente - AML [<mailto:presidente@am-lisboa.pt>]
Enviada: quarta-feira, 18 de Dezembro de 2013 18:14
Para: Rui Paulo Figueiredo; saazevedo@psd.parlamento.pt; aml.pcp@cm-lisboa.pt; drago.ana@gmail.com; Telmo Correia; claudia.osverdes@gmail.com; afarruda@sapo.pt; migueldacostasantos@gmail.com; jose.mr.moreno@gmail.com; msg@sapo.pt; jleitao@netcabo.pt; margarida.a.saavedra@gmail.com
Cc: cidalia.marques@cm-lisboa.pt; cristina.ventura@cm-lisboa.pt; cristina.martinho@cm-lisboa.pt; maria.lino@cm-lisboa.pt; sofia.meneses@cm-lisboa.pt; pedro.morais@cm-lisboa.pt
Assunto: Acompanhamento das Transferências de Competências do Município para as 24 freguesias de Lisboa
Importância: Alta

Exmos. (as) Senhores(as)
Representantes dos Grupos Municipais
Secretários da Mesa da AML

Junto envio para conhecimento e aprovação, o memorando referente ao assunto em epigrafe e que foi discutido na última conferência de representantes na sequência da proposta de constituição de uma Comissão Eventual apresentada pelo PSD.

Solicito a vossa validação ou eventual proposta de alteração, com a máxima urgência.

Com os melhores cumprimentos

Helena Roseta